FEIRA DA LADRA.

Revista mensal ilustrada;
Dirige-a Cardoso Martha e edita-a Gusmaõ Navarro

TOMO SEXTO.

LISBOA,

Com todas as licenças necessarias. Anno 1934

N.º 2

FEIRA DA LADRA

Fêz-se uma tiragem especial
de 8 exemplares
em papel de linho azul

FEIRA DA LADRA.

Revista mensal ilustrada;
Dirige-a Cardoso Martha e edita-a Gusmaõ Navarro

TOMO SEXTO.

LISBOA,

Com todas as licenças necessarias. Anno 1934

TOMO SEXTO...

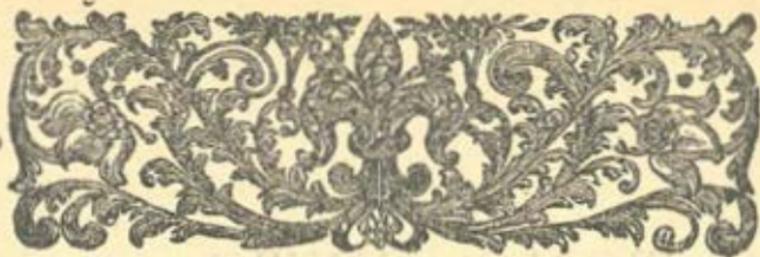
Cinco volumes completos! Mal diríamos, quando há anos enfiámos esta camisa de onze varas, que havíamos de rebocar a Feira *ao cabo do primeiro volume, quanto mais do quinto!*

Freqùente era o exemplo de muitas e mui bem estreadas publicações mortas à nascença. E lá diz a boa ciência que «nas costas dos outros lêmos as nossas»...

Emfim, melhor ou pior, cá chegámos. Desajudada de qualquer outro auxílio q. não seja o dos seus fiéis leitores e obsequiosos cooperadores, a Feira da Ladra *neles confia. E fecharemos com o lema que uma conhecida casa de negócio alfacinha divulgou:*

—Sempre por bom caminho ... e segue!

O Director

O Editor

OS BECOS "DA CANCELA"

HOUVE dois em Lisboa.

No local onde hoje assenta o quarteirão pombalino que faz frente para as ruas do Oiro, do Crucifixo, da Conceição e de São Nicolau, abria-se na direcção norte-sul, antes do terremoto, comunicando a rua dos Fornos com o beco da Lage (de 1755), outro beco, ou travessa, esquinado e tortuoso, que no século XVII se chamava o *beco da Cancela*, e que mais tarde foi conhecido por *beco da rua das Manilhas*. Esta rua, correndo em igual direcção, ligava a mesma rua dos Fornos com a dos Douradores, que se enfiava a seguir à dos Ourives do Ouro, estabelecendo a mais fácil ligação entre o Terreiro do Paço e o Rossio.

Meado o século XVI, não existia ainda o *bêco da Cancela*. O macisso das casas limitava-se pelas ruas dos Ourives do Ouro, dos Fornos e das Manilhas e pelo beco da Amoreira (que era o «da Lage» de 1755). O golpe foi-lhe dado à roda de 1560 ou 70 para dar

luz e ar a umas casas novas edificadas sôbre uns pardieiros e nuns quintais que o proprietário de uma casa da rua dos Ourives adquirira nesse tempo. Êsses pardieiros eram foreiros ao mosteiro de Santos, donde quero inferir que assentassem no local onde fôra (séc. XIII) a «adega de Santos», doada por D. Paio Peres, mestre de São Tiago, a umas freiras de Santos a qual, por várias confrontações posteriores, existiu muito perto da Calcetaria(1755), à entrada da rua dos Fornos. Os quintais ficavam um pouco mais ao poente, para o lado da rua das Manilhas. Tinham sido aí, antigamente, uns *fornos* (os fornos do Morraz, que deram o nome à rua?) e as casas que lá havia tinham ardido então. Tais quintais e ruinas eram foreiras ao mosteiro do Salvador. O comprador, no local dos pardieiros, fez duas moradas de casas com seus fornos de poial; e, no dos quintais, um prédio de três sobrados. Para arejar e iluminar as novas moradias que ficavam nas trazeiras das suas casas dos «Ourives do Oiro», abriu uma rua particular que lhe ficou pertencendo, e não à cidade, cortando-a no chão dos dois prazos adquiridos, e indo sair à rua dos Fornos. Em sinal de posse, pôs-lhe à entrada dois *boulhões* de pedra e uma *cancela*, para a fechar quando quisesse. E aqui está a origem do nome da nova serventia — *bêco da Cancela* — que perdurou pelo século XVII fora. Em qualquer altura, os *boulhões* e a *cancela* desapareceram, e o beco, perdido o motivo denominante, passou a apelidar-se de *beco da rua das Manilhas*. Era assim em 1755.

Saibamos agora da identidade do comprador, edificador e dono da rua particular. Êsse proprietário cidadão foi Gaspar Gil Severim, executor-mór do reino, soldado de Alcácer-Quibir, poeta e aritmético, cavaleiro de Cristo, comendador de Santa Maria de Pernes, e várias coisas mais. Estando viúvo de D. Antónia de Faria, sua primeira mulhér, fez a compra dos

pardieiros, e na constância do seu segundo matrimónio com D. Juliana de Faria, sua prima, construiu as primeiras casas, comprou os quintais e ergueu as outras moradias abrindo a rua, nomeando para a sucessão dos dois prazos, em segunda vida, a sua filha D. Joana de Faria, que veio a casar com D. Cristóvam Manuel de Vilhena e foi mãi de D. Sancho Manuel, 1.º conde de Vila Flor.

As casas da rua dos Ourives do Ouro, com seus quintais que extremavam os chãos comprados, ficavam defronte do local onde fora a *albergaria de Roca Amador*, que tinha a frente para a rua das Esteiras a pado adro de São Julião, e que se demolira ao alvorecer o século XVI. Perto ficava sôbre o rêgo (depois rua nova do Cano de ElRey) a ponte da Galonha; mas D. Maria Severim, tia e sogra de Gaspar Gil Severim, de quem êle as houvera, já não conhecera a ponte que desaparecera no meado do século XV, quando se construiu o cano real sobre o *rêgo*. Tais casas eram um prazo foreiro ao mosteiro da Trindade, e talvez se possam identificar com as que se confrontam numa escritura do convento dos Trinitários (1466) transcrita pelo Sr. Augusto Vieira da Silva na sua obra *As muralhas da Ribeira de Lisboa*: .... *casas que o dito mosteiro tem na entrada da Rua do Cano nova, que ora foi feita, que está no cabo do rua Mova* e *casas na rua do Cano, á entrada da rua dos Fornos e da rua Nova* (dos Ferros).

Por morte de Gaspar Gil Severim (1598), passou êste prazo para seu filho (do 2.º matrimónio) Manuel Severim de Faria, o célebre chantre da sé de Évora. Depois, não sei. As casas pagavam o foro de 9$000 reis anuais aos frades da Trindade que, apoz larga demanda com Gaspar Gil Seveverim, se obrigaram a renovar o prazo em mais três vidas e, findas estas, em mais vidas. Nas lojas desta propriedade havia uns en-

genhos de atafonas, mas uma das rodas trabalhava em casas e terreno do prazo que Gil Severim nomeara em D. Joana de Faria.

Tôda a herança que veio parar a D. Joana de Faria, irmã do chantre de Évora, passou depois aos Vila-Flôres e aos Cunhas, senhores de Tábua, pelo casamento de D. Maria Manuel de Vilhena, irmã de D. Sancho Manuel e filha de D. Joana de Faria, com D. António Álvares da Cunha.

Ainda um apontamento sôbre os Severins. Todo êste arrazoado extraí-o eu do testamento de Gaspar Gil Severim, feito em 30 de Outubro de 1588, auxiliando-me também dos *Ligeiros apontamentos sobre a família de Manuel Severim de Faria*, por Frazão de Vasconcelos. O testamento veio-me, por acaso, parar às mãos, oferecido com vários títulos e tombos de propriedades, pelo meu amigo Adolfo Nandim de Carvalho.

Manuel Severim de Faria, por escritura feita em Évora, em 21 de Abril de 1625, vinculou ao morgadio de Sub-Serra, que Gaspar Gil Severim instituíra, uma relíquia de São Severim, que ficou na ermida de Nossa Senhora da Soledade, fundada e construída pelo executor-mor do Reino.

O outro *bêco da Cancela* ficava ao Rossio, na frèguesia de Santa Justa, e ainda assim se chamava em 1755. O tombo da cidade menciona-o. Ligava a praça com a *rua de Valverde*, juntamente com outras duas serventias igualmente orientadas, e desembocava em frente da *rua dos Carreiros*, que subia pela encosta e ia acabar, como a *da Crespa* e o *bêco dos Frades*, defronte do Hospício dos Jerónimos de Belém, cuja fachada principal voltava para êste último arruamento. O Hospício estava encravado na propriedade dos Cadavais e encostado pela parte posterior ao *Pátio da Fruta*, cuja bôca abria para o *do Duque*, junto à célebre Estalagem

Nova do Rossio.

Todos êstes terrenos pertenciam aos Cadavais e o *bêco da Cancela*, pela mesma razão do seu homónimo da rua das Manilhas, ganhara aquela denominação. Como era terreno particular, defendia-o uma cancela de ferro, chumbada em dois *boulhões* de pedra. Quando, após o sismo de 1755, os chãos foram retalhados e, pela nova planta, se estabeleceram compensações de terrenos, a cancela deslocou-se e os Cadavais ficaram com direito à posse de determinados chãos no mesmo sítio. É por essa razão, legalizada por cláusula contratual entre a Câmara e a casa dos Duques, que todos os anos se fecha, em certo dia, durante uma hora, a grande cancela que lá está à entrada, pela calçada do Carmo, do largo do Duque, onde poisam as carroças e para onde deitam as trazeiras dos prédios do lado poente da rua Primeiro de Dezembro.

A cancela do *bêco* aberto por Gaspar Gil Severim não conseguiu vencer os anos, como esta. Dela só ficou memória nos documentos que citei. Isto ainda era no tempo em que a lógica entrava na toponímia urbana e em que às ruas se chamava pelo nome que elas sugeriam. Depois que as designações deixaram de ser objectivas e passaram ao subjectivismo homenageador, a documentação topográfica falhou absolutamente. O século XVIII trouxe os santos; o século XIX os conselheiros e os comendadores; o século XX os cidadãos desconhecidos e o mais que vamos vendo.

MATOS SEQUEIRA

AZULEJOS PORTUGUESES

arte do azulejo foi trazida para a Península Ibérica no século XII pelos árabes almohades. Depois dêstes serem expulsos do território que indevidamente tinham ocupado, ficaram de posse dos segredos do fabrico da sua cerâmica os mouros e os judeus sujeitos ao domínio cristão. Com o evoluir dos tempos essa arte diferenciou-se entre as duas nações irmãs.

A história da arte em Portugal está por fazer; mas quando um dia se fizer, não se poderá deixar de dar relêvo ao capítulo *azulejo*, pois que entre nós essa modalidade artística atingiu certo esplendor, com características absolutamente *sui generis*, distinguindo-se bem da sua similar dos outros países.

Em Portugal houve duas pinturas grandes: a de quatrocentos em tábua e a de setecentos no azulejo.

Negam alguns ter existido no país, no século XV, obra de vulto na pintura, pela carência de quadros que chegassem até nós. Esquecem-se, porém, êsses, das qua-

tro dezenas de nomes de pintores que se conhecem dessa época.

O que sucedeu com a pintura de quatrocentos, está destinado a suceder com a do azulejo. Daqui a um ou dois séculos se negará que tivesse havido azulejo português de merecimento, tal a falta de cuidado, a pouca atenção e a nenhuma importância que a êle se tem ligado.

Já em 1896 Francisco Liberato Teles de Castro e Silva escrevia no seu livro ***Duas palavras sôbre pavimentos***, na parte referente aos azulejos, as seguintes palavras: «Em Portugal há pouco quem se ocupe do assunto *azulejos* e causa verdadeira mágua ver os preciosíssimos exemplares que por todo o país se encontram ignorados, ora nos velhos claustros, de arruïnadas igrejas, ora no interior de conventos, escadarias, etc., objectos êstes duplamente preciosos quer pelo seu valor artístico, quer pelo arqueológico».

Êste Liberato Teles, que é quem melhor, até hoje, entre nós tem escrito sôbre azulejos, com Gabriel Pereira, Joaquim de Vasconcelos, Sousa Viterbo, José Queiroz e Vergílio Correia, forma uma reduzida falange de arqueólogos que ao assunto alguns estudos dedicaram.

Não há obra de conjunto, sòmente simples notas e apontamentos.

O que urge, porém, antes de tudo, para que tão rico espólio artístico se não perca, é que o nosso primeiro município mande elaborar um inventário dos azulejos que na cidade de Lisboa merecem ser considerados monumentos nacionais, a-fim de os seus proprietários os respeitarem devidamente e não darem cabo dêles quando lhes apeteça. Daqui apelamos para o pelouro cultural que vigora na comissão administrativa detentora, actualmente, dos sêlos da cidade.

O que existe de azulejo por êsse país fora é o que se pode dizer um mimo de arte; não há convento anti-

go, igreja velha, solar de fidalgo, que não tenha, quer interior, quer mesmo exteriormente, qualquer painel de azulejos. Nos mais antigos vêem-se representadas cenas de dansas, de cavalhadas, de touros, combates, etc, motivos, por assim dizer, profanos. Depois da empreza da Índia, há-os também com motivos orientais e temas da história medieval, característicos da época em que renascia o gôsto pelo clássico, a par da influência dos nossos descobrimentos.

Nos séculos dezassete e dezoito a arte do azulejo é dedicada principalmente à Igreja. É nesta época que o azulejo, entre nós, deixa de ser policromado para passar a monocromado em azul, por influência holandesa. O mesmo não sucedeu com o azulejo espanhol, em que, por influência italiana, ficou predominando o amarelo.

Tendo perdido riqueza de côres na última época, ganhou, no entanto, um cunho espiritual, de religiosidade tal, que traduz de uma maneira intensa o sentimento religioso do povo que venerava os seus santos.

*

Numa quinta próxima da pitoresca vila alentejana de Arraiolos, existe ainda hoje o convento que foi dos frades lóios, fundado no século XVI.

Val-Fermoso se chamava o sítio doado pelo fidalgo da côrte de D. Afonso V, José Garcês, para nele se construir uma casa que servisse aos cónegos seculares da congregação de S. João Evangelista.

Lançada a primeira pedra a 14 de Agosto de 1527, foi devido aos subsídios concedidos por D. João III e e pelos infantes D. Henrique e D. Luiz que o edifício se concluiu em 1585.

O estilo do monumento não sai fora dos demais da mesma região: paredes reforçadas por botareus terminados em pináculos cónicos e pequenas esferas. O claustro e a igreja conservam, ainda, o primitivo estilo

manuelino.

A igreja, que é de uma só nave, com três vãos no corpo e dois na capela-mór, tem as paredes revestidas de azulejos do século XVII. Representam-se neles cenas do novo testamento, figuras de vários santos e os fundadores da ordem religiosa a que a capela pertencia. Os dois painéis que reproduzimos pertencem a ela. Estão nas paredes que separam o côro conventual da igreja. Do lado direito está o que representa o bispo de Vizeu, mestre João, o que o próprio azulejo diz nesta inscrição:

D. Joannes Episcopus Visensius L.^us Fundator congregationes S.^ti Joani Evang.^el

Do lado esquerdo está a figura de Afonso Nogueira, arcebispo de Lisboa. A sua inscrição diz:

D. Alfonsus Noguerius Archepiscopus Ulisiponensis unus e primis fundatoribus congregationis sc.^t Juannis Evãg.

Estas duas personagens não deixam de ter certo valor histórico, pois que representaram papéis importantes no reinado de D. Afonso V.

Mestre João nasceu em Lisboa a 2 de Março de 1380 e eram seus pais os fidalgos Estevam Rodrigues Maceira e D. Mecia Ponce.

Vivendo nos seus primeiros anos em Benfica, próximo do convento de S. Domingos, foi influenciado na sua educação infantil pelos religiosos seus visinhos. Afastado pelos seus pais da vida clerical, veio para a Universidade de Lisboa estudar Lógica, Filosofia, Teologia e Medicina, tendo-se doutorado nesta última ciência. Pelos seus méritos, foi elevado a mestre da Universidade, onde preleccionou durante sete anos; e atribuiu-se-lhe a autoria de um livro de medicina cujo nome, infelizmente, não chegou até nós. Renunciando à cátedra universitária e ao cargo de físico-mór da côrte que também exercia, dedicou-se à vida religiosa, tendo passado a cha-

mar-se João Vicente e não fazendo mais uso dos seus apelidos.

A adaptação do nome Vicente é-lhe atribuida por ter sido influenciado a recolher à vida religiosa por um estrangeiro dêsse nome que vivia recluso, ou emparedado, junto ao convento de Nossa Senhora da Graça, que êle amiùdadas vezes visitava. Quando os infantes D. Fernando e D. Isabel foram a Borgonha, êle acompanhou-os, tendo seguido depois para Roma, donde regressou feito bispo de Lamego. Mais tarde, porém, foi elevado ao bispado de Vizeu. Quando D. Isabel, a filha do mestre da ordem de Santiago, D. João, sexto filho de D. João I, partiu para a côrte de Castela, êle acompanhou-a como seu conselheiro e confessor. Depois, a pedido do Infante D. Henrique o Navegador, veio ao país reformar a ordem de Cristo, missão esta de que se desempenhou com agrado do Infante, e novamente partiu para a côrte de Castela, onde se conservou até à morte, em 1456,de D. Isabel. Não tendo então mais que estar em Castela, retirou definitivamente para a sua diocese de Viseu, onde faleceu e ficou sepultado na Sé Catedral.

Afonso Nogueira era filho do alcaide-mór do Castelo de Lisboa, Afonso Anes Nogueira e de Joana Vaz de Almada. Natural da mesma cidade, veio à luz do dia no ano de 1399. Formou-se em Filosofia na Universidade de Lisboa. Querendo completar os seus estudos, embarcou para Bolonha. Passado que foi o Estreito, o barco em que ia foi acometido por uma galé mourisca. Dado à costa, teve que regressar a Lisboa e daqui novamente partiu, por terra, para Bolonha. Pela morte do infante D. Jaime, foi-lhe dado o bispado de Coimbra. Sendo muito amigo de D. Afonso V, quando êste esteve doente fêz a promessa, em graça do seu restabelecimento, de ir a pé ao santuário de Guadalupe, o que cumpriu com a maior devoção. Foi incumbido da missão de ir a Castela ajustar o casamento da infanta

D. Isabel com D. Fernando, filho do rei de Aragão, no que foi bem sucedido. D. Afonso V nomeou-o arcebispo de Lisboa e Pio II honrou-o com a dignidade de legado *a Latere* no reino, o que raras vezes era concedido. Faleceu a 16 de Setembro de 1467 e jaz sepultado na igreja de S. Lourenço.

Ambos foram fundadores da congregação dos Bons-Homens de Vilar, no Mosteiro de S. Salvador de Vilar dos Frades que, a pedido da rainha D. Isabel, mulher de D. Afonso V, passou a denominar-se Congregação dos Cónegos Seculares de S. João Evangelista, por ela ser muito devota dêsse apóstolo. O hábito adoptado pelos que resolveram reunir-se na nova comunidade religiosa era de côr parda, pobre e grosseiro, com uma murça azul. Por êste facto chamaram a mestre João Vicente o Bispo Santo do Azul.

A representação dos dois prelados, nos azulejos que estamos tratando, não deve condizer com a sua verdadeira fisionomia e figura.

Mestre João tem a dextra apontando com dois dedos, atitude vulgar na representação de bispos. E Afonso Nogueira lê os Evangelhos. Ambos seguram os significativos báculos, próprios das suas dignidades de bispo e arcebispo; estão mitrados e com as respectivas vestes, tendo ao lado competentes pias e as inscripções que os identificam.

Compondo e fazendo fundo, vêem-se arvores e umas casitas ingénuamente figuradas.

Consideramo-los figuras de fantasia, porque na época em que êles viveram não era costume os prelados de elevada categoria usarem barbas compridas. Na gravura da portada do livro *O ceo aberto na Terra*, de Fr. Francisco de Santa Maria, que descreve a ordem de S. João Evangelista, publicado em data aproximada da dos azulejos (1697), figuram êles em meio corpo, de cara rapada, e com legendas identificando-os.

Há também quem os queira ver, como nós, nas tábuas atribuidas a Nuno Gonçalves. O arcebispo Afonso Nogueira, o que dá o nome da sua categoria ao painel respectivo. E mestre João Vicente, no volante onde estão os frades de Alcobaça, a última figura que está de solideu e segura na mão um chapeu, que a maioria das pessoas confunde com uma sombra.

Serão? Não serão? Nada há que o possa confirmar em absoluto. O que não há dúvida, porém, é que são pessoas da Igreja, pelos seus trajos. E estão, também, de rôsto rapado, ao contrário dos painéis que temos vindo a descrever. Havia o costume, nos séculos dezassete e dezoito, de representar as pessoas gradas da côrte e da Igreja com longas barbas.

Os dois quadros não estão assinados nem datados.

O Dr. Vergílio Correia, no seu livro *Azulejos datados* (1922) diz que encontrou a assinatura de Gabriel del Barco no painel da mesma igreja que está no altar-mor e que representa S. Pedro, e num outro a data de 1700.

Gabriel Pereira, o consciencioso arqueólogo eborense, diz que os azulejos da dita igreja estão assinados *Antonius ab Oliva, 1711.*

É possível que haja trabalho de ambos. Tanto António de Oliveira, como Gabriel del Barco foram dos melhores artistas de azulejo que viveram no nosso país.

Não conhecemos qual dos dois executou os painéis que damos à estampa; o que não resta dúvida, porém, é que são azulejos portugueses e dos mais interessantes que temos.

ARMANDO SOUSA GOMES

DUAS OPINIÕES DE CAMILO SOBRE RIBEIRO GUIMARÃES

odos os que gostam ou precisam de estudar velharias conhecem e devidamente apreciam o *Summario de varia historia,* curiosa obra em cinco volumes que é um rico repositório de narrativas, lendas, biografias, descrições de templos e monumentos, estatísticas, costumes civis, politicos e religiosos de outras eras.

É assim que o autor, D.r José Ribeiro Guimarães, indica, em sub-título, as matérias contidas no seu trabalho, uma compilação de artigos publicados no *Jornal do Commercio,* de que sairam, como disse, cinco volumes e ficou incompleto o sexto.

Como a obra é muito conhecida e muito consultada pelos estudiosos, parece-me interessante recolher aqui duas opiniões de Camilo sôbre o seu mérito, absolutamente contraditórias e emitidas com um intervalo de cinco anos.

Em 1875, no primeiro volume da *Caveira da mar-*

tyr, quatro vezes cita a obra de R. G.

Nas duas primeiras citações (pág. 62 e 99) não fêz comentários, mas já não aconteceu o mesmo nas outras duas.

A primeira destas (pág. 89- 90) é como segue: «Se o leitor é caroavel d'estas velhas coisas, veja *A batalha naval de Matapan* particularisada no *Summario de varia historia* de um coleccionador intelligentissmo». A segunda e última vê-se a pág. 212, numa nota em que transcreve do *Summario* a descrição dos aposentos da Madre Paula em Odivelas, e é dêste teor: «A descripção do interior do palacio da freira appareceu em tempo impressa, e novamente a reimprimiu o sr. dr. Ribeiro Guimarães no 2.º tomo da sua estimavel obra chamada *Summario de varia historia*».

Nesse tempo, como se está vendo, Camilo achava o autor *inteligentissimo* e a obra *estimável*, e aproveitava os elementos que ela lhe fornecia e que não brigavam com opiniões suas.

Já não foi assim passados cinco anos, em 1880, quando apareceu o livro *Historia e sentimentalismo*.

O seu primeiro capítulo trata de Gil Vicente e nêle contesta Camilo o parecer de Teófilo Braga que, ao tempo identificava o dramaturgo e o lavrante, ao contrário dêle, Camilo, que era pela dualidade, pois tinha o ourives e o poeta como pessoas diferentes.

Encontrou então uma passagem do *Summario* em que era perfilhada a doutrina de Teófilo e logo R. G. perdeu, no seu conceito, aquelas qualidades que lhe atribuíra em 1875.

No final do capítulo vicentino, na pág. 25, que é, por sinal, aquela de que há uma curiosa variante, reproduz a parte do livro em que R. G. louva o trabalho de Teófilo e diz que, mesmo sem documento autêntico que prove a identidade, as investigações dêle levam a crer que autor e lavrante são o mesmo homem. Esta

opinião do autor foi duplamente apreciada por Camilo, antes e depois da transcrição.

Precedendo esta, escreveu: « Em um livro intitulado *Summario de varia historia*, publicado em 1873, lê-se o seguinte periodo d'uma vacuidade deploravel:».

E no fim da reprodução reforçou o comentário dêste modo: «Eis a conclusão. Lido isto, lembra-se a gente de uns dizeres de Balzac a Leon Gozlan: *Si vous saviez combien l'on ne sait rien!*»

O autor já não era *inteligentissimo* e a obra deixara de ser *estimável* para passar a ser, pelo menos naquele ponto, duma *vacuidade deplorável* ...

Sabem quantos conhecem Camilo que eram freqüentes nêle estas mudanças de opinião a respeito da mesma pessoa ou da mesma obra.

Consoante a disposição de momento, fazia rasgados elogios ou críticas acerbas. Mas, no caso presente, parece-me que o facto não deve ser atribuído à sua conhecida volubilidade.

A cousa era outra: é que R. G. mostrava uma opinião contrária à sua e, o que mais era, colocava-se ao lado de Teófilo ...

JÚLIO DIAS DA COSTA

UMA ESCULTURA DE JOÃO DE RUÃO

O «CRISTO DOS OLIVAIS» (1)

As obras realizadas pela Comissão de Turismo no suburbano santuário de Santo António, mirante incomparável da paisagem serrana coimbrã, proporcionaram o descobrimento de mais uma valiosa escultura de João de Ruão: o «Cristo dos Olivais».

Êsse Cristo crucificado, que o escultor normando desprendera e arqueara sôbre um bloco cruciforme de pedra alva de Ançã, tinha esquecido de há muito no

---

(1) Êste escrito não é inteiramente inédito: saiu primitivamente, em fins do ano passado, num jornal de Coimbra. Dada a importância da matéria e a autoridade de quem a discute, para aqui o trasladamos com vénia do autor, que, nalguns passos, teve a iniciativa de modificar a sua redacção.

N. da Dir.

cenobítico remanso de um «passo» de romaria arrabaldina.

Redutos cobertos de coruchéus escamosos e policromados, cantonados de pináculos piramidais caiados, ostentando como moldura das frestas rasgadas nas frontarias, graciosas sobreportas de azulejos floridos, com meninos nus a acompanhar os dísticos latinos das cartelas, e singelos aventais de ladrilhos pintados com motivos soltos, as capelinhas do escadório constituem um mimo de construção miniatural setecentista; e os personagens que abrigam, de barro colorido e em tamanho natural, representando um auto de via sacra, são, pela composição dos grupos, atitudes e expressões, exemplos do mais puro e ingénuo sentimento popular, admiravelmente adaptados ao meio em que os fixaram e à devoção do público a que eram destinados.

Como elemento desprendido do conjunto, erguia-se no terreiro, a pouca distância das arcadas, uma outra capelinha consagrada ao Senhor do Amparo, coberta com a típica agulha de placas vidradas, e revestida internamente de azulejos.

Figura estilita, repintada, escurecida e emparedada num recinto acanhado que uma grade tôsca de madeira e fôlha de ferro dificilmente deixava examinar, o Senhor do Amparo chegou até nossos dias — até o outono de 1933 — sem que sôbre êle se tivesse fixado a atenção dos artistas e investigadores de arte, julgado, quando muito, pelo mesmo critério depreciativo ou condescendente com que eram encarados os «judeus» do escadório.

Desmontado por inteligente sugestão do Prior dos Olivais o desataviado altar que encobria a parte inferior da coluna que suportava o Crucificado, apareceu a base desta marcada com a data 1536, confirmando-se, como supunha o mesmo Prior, que o pequeno santuário fôra um antigo cruzeiro aberto, transformado no sécu-

lo XVIII em capela.

Alegre e espontaneamente surgiu nesse momento no meu espírito a identificação. ¡Aquela era então a celebrada «Cruz de Santo António» que o Cabido da Sé de Coimbra encomendara e pagara a João de Ruão, e cujo destino se desconhecia!

*

Em 1913 saiu a lume em Coimbra, em edição prefaciada pelo Doutor Teixeira de Carvalho, o livro: — *João de Ruão — Documentos para a biographa de um artista da Renascença*, da autoria do deão Prudêncio Quintino Garcia, um velho alto e sêco que ainda vi uma vez, no meu segundo ano de escolar de leis, atravessando alheado, do arco do Bispo para a rua de S. João. Nesse livro, bem conhecido de quantos estudam ou apreciam o passado artístico de Coimbra, reüniu o incansável e consciencioso investigador tudo quanto nos arquivos da Sé, Santa Cruz, Universidade, Conventos, Colegiadas e Paróquias encontrara relacionado com João de Ruão, notas biográficas, encomendas de trabalhos, questões derivadas da execução dêstes, actos particulares e públicos em que fôra agente ou participante. A longa vida de trabalho do imaginário (documentada de 1530 a 1580) decorrida em Coimbra, deixara rasto assinalado em todos os cartórios da cidade...

Entre as obras que o Cabido encomendou a João de Ruão figura nesse livro uma «Cruz de Santo António», para satisfação da qual o tesoureiro da corporação passou em 12 de Maio de 1535 um alvará de 1.400 reais a favor do imaginário. Essa verba vem lançada a fôlhas 112 v. do «Livro de registo de alvarás para pagamento de ordenados e outras despezas do Cabido» de 1525 a 1537, que se encontra no arquivo da Universidade.

Nem o texto do livro do cónego Prudêncio indica-

va onde ficasse êsse Santo António, nem no prefácio o Doutor Teixeira de Carvalho fazia qualquer referência à obra. Percorrendo em fins de Julho dêste ano o «Livro de registo», pude convencer-me de que êste Santo António era Santo António dos Olivais, em cujas capelas, do Espírito Santo e Santo António, foram feitos por conta do Cabido muitos benefícios. A saber:

Em 7 de Abril de 1536 foi pintada a velha imagem do Espírito Santo, que deve ser a mesma que hoje se encontra entronizada no altar da capela da cela de Santo António. Em 20 de Fevereiro de 1537 retelharam-se as duas capelas. E em Agôsto do mesmo ano pagou-se uma importância aos pedreiros «que ora guarnecem a nossa ermida de Santo António». Em 19 de Novembro do mesmo 1537 completa-se o pagamento de 13.300 reais «a Gaspar Fernandes, pedreiro, da empreitada de Santo António e de um altar que aí fêz».

Deve notar-se que êste Gaspar Fernandes é o mesmo que, em parçaria com João Português, igualmente pedreiro, construiu a admirável capela de Celas, terminada em 1529, durante o abadessado de D. Leonor de Vasconcelos.

Infelizmente o altar a que se faz referência desapareceu. O que resta de mais antigo no santuário é o portal, em gótico quatrocentista, de acentuada mas singela molduração. As reformas do século XVIII mascararam totalmente a construção primitiva, e os vestígios das obras que se seguiram até o século XVI.

Ao regressar de férias, chamada a minha atenção para as obras da Comissão de Turismo nos Olivais, quando se abriu a capela do adro, compreendi. Eis todo o mecanismo, que nada tem de misterioso, da identificação do «Cristo dos Olivais».

*

¿O que vale, artisticamente considerada, esta ima-

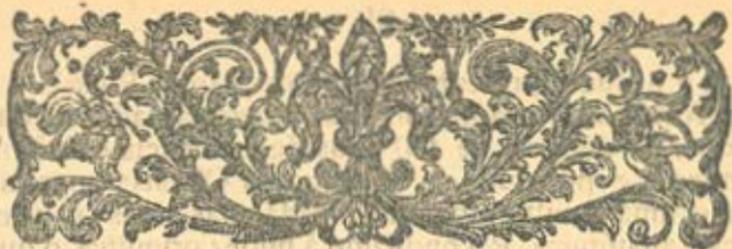
gem, e o que representa na obra de João de Ruão?

Antes de descamisado das muitas camadas de tinta que, no decurso de 400 anos de existência o tinham alindado e protegido, o «Cristo dos Olivais» aparecia como uma escultura bem delineada, mas grossa na execução anatómica. Reconduzido à nudez primitiva, o que mais impressionou foi a sua extrema delicadeza. Se há um termo adequado para definir a realização plástica, é esse: delicadeza. Finura dos membros, do cendal, das mãos cravadas, dos cabelos entrançados; da corôa de de espinhos, do rôsto; finura que roça o maneirismo, que é a suma expressão de um fim de arte. Com efeito, tôda a evolução das representações do Cristo medieval finda naquilo. Ao convencionalismo, idealismo, naturalismo e realismo das figurações do Crucificado, dos séculos XII ao XV, substituia-se, no alvorecer de «quinhentos», um neo-idealismo dulcificante no espírito e na forma.

Melhor que quaisquer outros artistas europeus, os da Normandia e da Touraine souberam realizar obras expressivas dessa corrente. João de Ruão, oriundo do noroeste da França e aí educado, prolonga, nas primeiras décadas da sua estada entre nós, a feição artística em que se criara.

O Cristo dos Olivais é um exemplo escolhido do talento do imaginário, e do sentido da arte que praticava; e também uma das peças mais completamente identificadas na extensa galeria das suas produções de meio século de labor ininterrupto.

20 de Dezembro de 1933.

VERGÍLIO CORREIA

LÁPIDA SEPULCRAL DE UMA FILHA DO DUQUE DE AVEIRO

UANDO em 1923 comuniquei que entre as numerosas lápidas sepulcrais provenientes do desaparecido convento de Santo Alberto, recolhidas no Museu Arqueológico do Carmo, se encontrava a da triste condessa dos Arcos, que ali se acolhera após a morte de seu marido, afirmei, se bem me recordo, que só o acaso poderia desvendar-nos um dia o segrêdo daqueles nomes de freiras, tão lacónicos eram os humildes letreiros que lhes diziam respeito. E, mais tarde, ao publicar na 3.ª série das minhas *Inscrições Portuguesas do Museu do Carmo* êsses misteriosos epitáfios, disse ao terminar a breve notícia que os acompanhava: «quantas lágrimas choradas, quantas ilusões desfeitas e, quem sabe, que lindos dramas de amor nos ocultam hoje êsses nomes!»

Creio não ter fantasiado ao escrever essas linhas. Foi, de facto, o acaso que me guiou até à pequena inscrição referente a uma nobre menina, que o ciúme

real, a serem verdadeiras certas vozes chegadas até nós, ou a impiedade de um ministro despótico, rouba ao afecto de um noivo e atira para a eterna clausura de um austero mosteiro carmelitano.

Está no Museu do Carmo a pequenina lápida sepulcral, única recordação que nos ficou da virtuosa filha mais velha do nobre Duque de Aveiro.

F. N. M. TER.ᴬ J.ᴱ
DA CONC.ᴬᴼ A 10 DE
JUL. 1804

Faleceu nossa madre Teresa José da Conceição, a 10 de Julho (de) 1804.

Teresa José da Conceição era o nome humilde que D. Joana Tomázia de Mascarenhas adoptara ao professar a 15 de Outubro de 1759.

Devo dizer que, em rigor, não me pertence esta identificação. Foi a leitura de um interessante trabalho recentemente publicado pelo meu velho e querido amigo Dr. Caetano Beirão, que despertou em mim a ideia de procurar entre essas enigmáticas inscrições que tão funda impressão haviam deixado no meu espírito ao estudá-las, a que pudesse coïncidir com a curiosa notícia que acêrca dessa desventurada família, êsse meu amigo me dava nas páginas do seu livro.

E era tão improvável conseguir de outro modo a a identificação, quanto é certo que nem suspeita havia de que tivessem separado a infeliz menina de sua mãi, enclausurada nas Trinas do Rato.

A tanto poude a crueldade, o rancor, ou-quem sabe — o despeito!

J. M. Cordeiro de Sousa

A PONTE DE S. GONÇALO DE AMARANTE NA ICONOGRAFIA DO SANTO

A *Historia Antiga e Moderna da Sempre Leal e Antiquissima Villa de Amarante,* por P. F. de A. C. de M., lê-se a págs. 32 o seguinte: «A antiga ponte desta villa, a naõ ser obra dos Romanos como pertende mostrar hum sabio Choronista da Religiaõ Benedictina, o P. P. G. Fr. Marceliano da Ascensão com solidas razoens, que se verão nas provas (no. 12,) ao menos he evidentemente demonstrada a sua existencia muitos seculos annos antes da vida de S. Gonçalo; e por tanto, naõ foi elle o seu fundador, o mais que podia fazer foi re-edificalla, e talvez a mudas-se do primeiro sitio, o que naõ deixa de ter alguma provabilidade.» (1)

Outros autores, que de S. Gonçalo se têm ocupado mais ou menos de longada, admitem que o santo varão, na sua actividade apostólica, fundasse por 1260,

(1) Londres, 1814. A transcrição mantêm a ortografia.

reconstruísse ou ainda mudasse a ponte de Amarante. Fôsse como fôsse, o caso não nos ocupa agora por objectivo principal, O certo é que a ponte, atribuída ao Santo, não existe já. Derrocou assustadoramente às 10 e meia da noite de 10 de Fevereiro de 1763. No mesmo lugar está a ponte, que o Provedor e Contador da comarca de Penafiel, D. Caetano José da Rocha e Melo, mandou erguer com o dinheiro das «sobras dos Cabeções das cizas» da comarca. Começaram os trabalhos da «real obra» em Julho de 1782. O arquitecto foi Francisco Tomaz da Mota, de Adaúfe, termo de Braga. A circulação da ponte principiou em 1791.

¿Como era a ponte primitiva, a de S. Gonçalo? Se admitirmos que, na iconografia do Santo, a ponte representada junto-da imagem do prègador, correspondia à realidade, conheceremos hoje como a ponte era. Nos quatro in-fólios da colecção de «registos de santos» de Aníbal Fernandes Tomaz, que pertencem hoje ao Museu Etnológico, existem alguns de S. Gonçalo. Pertencem, porém, a datas diferentes, e apenas nos interessam os do séc. XVIII: são dois, um de António José dos Santos, outro de Manuel da Silva Godinho. Em ambos os «registos» dêstes gravadores, aparece a ponte.

Concorrem aqui duas razões a-favor-da autenticidade da ponte: 1.ª, os «registos» adaptam-se suficientemente à verdade, pois se destinavam a representar o que o povo via nas festas religiosas do santo cultuado, e serviam de carta de presença aos assistentes e romeiros, além de recordação; 2.ª, um dos «registos», o de António José dos Santos, vêm de um portuense ou trabalhador no Pôrto: *Santos, f. Porto;* êle decerto não desenhou de cór, tão perto estava de Amarante. [1]

---

(1) Êste gravador foi discípulo de João de Figueiredo, natural de Aveiro, e veio para Lisboa, onde trabalhou como gravador de história natural no Museu de Belém.

Gravuras similares, posteriores, copiam ou fundam--se nestas do séc. XVIII; sempre figura a ponte, ora adulterada, como qualquer ponte actual, ora na forma da ponte que substituiu a antiga em Amarante, elemento êste em-favor-da autenticidade das representações da ponte nos «registos» mais antigos. [1]

A ponte das gravuras anteriores à ponte moderna, representa a ponte antiga com dois planos em diedro, de aresta ao meio do taboleiro, ou seja ponte de cavalete, com três arcos redondos. A imagem do Santo está na margem, à-frente-do desenho; no extrêmo da ponte, na margem oposta, vê-se na gravura de Santos a capela que pretende representar a primitiva, sôbre que foi construído o templo do convento dominicano. Esta figura é de fantasia, com a sua tôrre, porque o convento é do séc. XVI.

Luiz Chaves

(1) No vol. I, fol. 119, ha um "registo" onde aparece a fachada do convento e se vê o arranque da ponte nova com as pirâmides terminais sôbre as guardas.

EPISTOLÁRIO

XXII

A INSPIRAÇÃO DUM POETA

Agora, que a propósito do seu livro póstumo «Terra e Azul» anda na tela da discussão o nome de Manuel Duarte de Almeida, não virá fora de propósito a publicação duma carta sua.

Era êste escritor natural de Vila-Real de Traz-os-Montes, onde nasceu a 28 de Setembro de 1844, filho de António José Duarte e de D. Antónia Emília Guedes e foi um inspirado poeta parnasiano de muito merecimento.

Tinha o curso de farmácia, e chegou a ser primeiro oficial e chefe de secção dos correios do Pôrto.

Camilo, Alexandre da Conceição, Alberto Pimentel, Joaquim de Araújo, Luiz Botelho, Silva Pinto, D.r Ricardo Jorge, D. Alberto Bramão e outros. sôbre êle escreveram artigos encomiásticos.

O primeiro, reproduzindo-lhe, no «Cancioneiro Alegre», uma sua poesia. «Supplica de um enterrado», «gracejo com duas lagrimas a derivarem nas faces e a tremeluzirem no labio que sorri», disse dêle: «Tem notavel originalidade. É triste, mas não se queixa da fortuna com o desabrimento dos infelizes zangados. Dirige-se a Jupiter com sorriso socratico. Tem o stoicismo de nm pagão, e a physionomia angelicalmente serena de um fatalista. Conheço-lhe um sorriso bom e ingenuo como o dos seus poemas».

Eis a lista dos seus trabalhos que, infelizmente, não reüniu em volume: «Estancias ao infante D. Henrique», 1889, recitadas pelo autor em sessão solene da Sociedade Instrução do Pôrto e traduzidas em italiano por Tommaso Cannizzaro; «Ao Centro Artis-

tico Portuense». 1878; «Ramo de lilazes para depor no ataude de S. M. F. o Senhor D. Luiz I». (série de 3 sonetos), 1889; «Elegia pantheista a uma mosca morta», poemeto; «Romance incompleto»; «Vae Victoribus, anathema a Inglaterra», Pôrto 1890, poesia patriótica; «Flor de cebo» e «Beijos perdidos», 1909, encantadores epigramas. Ultimamente, como dissemos, saiu em volume a sua colecção de poesias «Terra e Azul», com prefácio do D.or Ricardo Jorge.

Colaborou n' «A Folha», n' «A Grinalda», na «Renascença», na «Evolução», no «Cenaculo», no «Primeiro de Janeiro», n' «A Harpa» na «Republica das Letras», etc.

Muito amigo de João de Deus, escreveu uma carta defendendo-o da acusação de ter plagiado a «Melopea de Doroteia» de Couto Monteiro, e coligiu algumas das suas poesias no volume «Folhas soltas».

Os seus escritos, não pela quantidade mas pela qualidade, mereceram-lhe ser eleito, em 16 de Março de 1893, sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa.

Eis o que se lê no respectivo parecer, que está assinado por Teófilo Braga, Oliveira Martins e Sousa Monteiro (relator); «São poucas, sem duvida, na extensão e numero as composições de que se trata. E d'essas as principaes são feituras de occasião, versos commemorativos dum caso solemne ou luctuoso que impressionaram vivamente a alma de seu auctor: Estrophes ao Infante D. Henrique, escriptas por motivo de promover-se a erecção d'uma estatua do grande Infante na cidade que foi seu berço; sonetos a Anthero do Quental por occasião da tragica morte do Poeta; protesto provocado por um successo grave, que mais vehemencia ainda que razão, commoveu recente e dolorosamente o espirito publico entre nós, etc. Mas a valia d'um escriptor não se aquilata pelo numero de suas obras, senão pela intensidade de seus meritos. E sem embargo do caracter alludido que assumem os escriptos do candidato, ha n'elles tão viva sinceridade de sentimento, tão constante elevação do conceito, tão carinhoso esmero de expressão, que essas breves composições alcançaram desde logo no conceito publico o pronunciado apreço que merecem. Accresce que a estreiteza de numero nos escriptos sobre que teve de incidir o exame e apreciação critica da secção de litteratura não deriva da exiguidade de recursos, deficiencia de seiva ou pouquidade de energia productiva no escriptor; mas sim d'uma ingenita e cruel disposição de seu espirito, tristemente aggravada por delicadezas de sensibilidade morbida e melindre de saude, e tambem, e em grande parte, do meticuloso escrupulo com que escreve e da nimia sinceridade com que se julga e julga os seus trabalhos».

O sr. dr. Ricardo Jorge, no seu livro "Camillo e Antonio

Ayres" traz este juizo altamente laudatorio a seu respeito: "..., mas acima de todos (refere-se à escola portuense de poetas), o soberbo parnasiano Manuel Duarte, quasi desconhecido dos cenaculos magistraes, o discipulo querido de João de Deus e Antero, a quem em qualquer literatura bastaria para a imortalidade a elegia da "Mosca Morta" e as estancias ao "Infante D. Henrique", as melhores que em qualquer tempo se produziram na lingua portuguesa".

Irmão de outro poeta, Custódio José Duarte, faleceu o autor de "Terra e Azul" em 8 de Janeiro de 1914.

HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA
DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

Meu caro Brandão (1)

Demorei o album pela razão que logo te disse ao recebêl-o.

Desejava escrever alg.a cousa expressam.te p.a elle. Para isso esperava um momento de disposição, em que os meus crudelissimos soffrim.tos, cada vez mais incomportaveis, me permittissem o trabalho das musas. Devo dizer-te que não costumo escrever versos, senão q.do a *vis intima* imperiosam.te o exige. Não versifico, poeto. Mas, baldado empenho. Esse momento desejado não chegou ainda nem sei q.do chegará, porque o meu estado é cada vez peior.

Não escrevi cousa *nova* no album, mas deixei lá um inedito, que p.a o caso vale o m.mo

Sempre teu velho am.o ob.mo

M. D.TE DE ALM.DA

---

(1) Raúl Brandão? Júlio Brandão? Manuel Duarte foi amigo de ambos, e o original, donde directamente copiei, já não tinha envoltório.

POVOS E RAÇAS NO FOLC LORE PORTUGUEZ

O povo tem uma ciência completamente sua—o folc lore, ou a etnografia; e os con-conceitos e princípios dessa ciência popular encontram-se definidos, habitualmente, em provérbios, rifões, ditados e prolóquios, em quadras e outras cantigas de género popular, e outras manifestações de actividade espiritual: perlengas, jogos numerativos, lendas, etc.

Farta tem sido a colheita de todos êstes elementos; e, trabalhando nesta messe, podem fazer-se já alguns estudos relativos à profundidade, valor, extensão e limitação dos conhecimentos e noções que informam a ciência ou sabedoria popular.

Voz do povo voz de Deus—diz um conhecido adágio: os povos, melhor, os habitantes de certas regiões característicos, formados no mesmo quadro do ambiente geográfico (telúrico, climatérico, fitológico), saídos do mesmo e comum molde rácico, tendo passado histórico, tradições e até aspirações de futuro também comuns, cons-

tituindo tipos muito similhantes de aspecto físico e configuração mental — êsses habitantes instituiram, para si, um conjunto de normas e leis, morais e mentais, cuja origem se baseia no ambiente complexo, geográfico, rácico, histórico e tradicional em que vivem, e que não sendo talvez verdadeiras nem podendo ser, mesmo quando verdadeiras, verdades universais mas simples certezas regionais, não deixam, no entanto, de ter um alto valor de certeza, de prestígio, de mística, tanto maior quanto mais rude e de mais primitiva mentalidade fôr o povo, e quanto mais sobrenatural — e, por vezes, aparentemente lógica — fôr a explicação com que satisfazem a sempre curiosa alma humana.

Será voz de Deus essa voz do povo: mas, muitas vezes, quando fôr voz certa e natural, não passa duma voz local, determinada por condições de circunstância vária, de tempo, de lugar. Sôbretudo de lugar; não recordo quem disse esta frase: o que é verdade àquem Reno, é mentira além Reno. Mas disse uma grande verdade.

Com algumas notas e apontamentos, forrageados aqui e além — ou em livros, ou na fonte viva que é o povo, pretendemos, neste breve esfôrço, focar o conceito de raças, que o povo, naquela sua, tão sua ciência, elaborou.

Trabalho imperfeito, porque nem tudo está ainda recolhido, pretende ser uma modesta contribuïção para a etnografia portuguesa e um trabalho honesto. Nem, se o não fôsse, o admitiria a *Feira da Ladra*. E que seja êste pequeno trabalho motivo bastante que sobreleve à situação oficial definida, que ainda não temos, e que já nos fêz perder uma bolsa de estudo, que esperávamos merecer com a nossa publicidade de investigação e divulgação cientifica.

*

Vamos começar por tentar determinar o nosso tipo rácico. São conhecidos vários rifões, que enumeramos:

1 *A homem ruivo e a mulher barbuda, de longe os saúda:*
2 *Barba de três côres, barba de traidores;*
3 *Falso por natureza, cabelo negro, barba ruiva;*
4 *Homem de barba ruiva, uma faz, outra cuida;*
5 *Homem velhaco, três barbas ou quatro:*
6 *Olho azul em portuguesa é êrro da natureza;*
7 *Olhos verdes, em poucos os vêdes;*
8 *Olhos brancos em cara portuguesa, ou filho da... mãi, ou da natureza;*

e ainda conhecemos a seguinte quadra:

9 *Olhos brancos, olhos pretos,*
Olhos azuis, olhos verdes,
Estas quatro castas de olhos
Em poucas caras os vêdes.

Verifica-se, da análise dêstes documentos, que a barba ruiva ou as barbas mescladas pertencem a indivíduos cujo modo de proceder não é caracterizado pela lealdade ou franqueza habitual dos autores dos rifões; a mentalidade dêsses indivíduos, a sua maneira de actuar e agir são estranhas às peculiares da maioria.

A barba ruiva é característica de povos do norte, das regiões onde a influência actínica não é suficientemente forte para dar um tom escuro aos ornamentos pilosos da cabeça; e as barbas mescladas, ou diferentes da côr dos cabelos indicam cruzamento de raças: os indivíduos híbridos, provenientes dêstes cruzamentos, elementos estranhos enxertados na massa popular, em muitos casos apresentam, como caracteres dominantes, as más qualidades características dos dois lados progenitores: paterno e materno. Daí, o seu caracter deficiente e o sentimento de estrangeiros que lhes atribue o povo, que confirma o que acima se escreveu, quando diz:

10 *De sangue misturado e de moço refalsado, me livre Deus.*

A confirmar o mau conceito àcerca dos indivíduos barbirruivos, apresentamos a quadra seguinte, de Vila-Real, que se aplica a um caso feminino:

11 *Inda que teu pai me desse*
Uma vaca c'um bezerro,
Contigo não casava eu,
Minha ruça de pelo,

na qual, no entanto, não sabemos se, no último verso, o cantador se quis referir à côr ruça ou ruiva dos ornamentos pilosos da visada, ou se houve síncope na frase bem popular: ruço de mau pêlo; neste caso, o verso que, realmente, está coxo, ficaria mètricamente perfeito:

Minha ruça de mau pêlo;

mas, seja como fôr, a côr ruiva ou ruça não deixa de ser côr de muita antipatia e desconfiança para o povo português.

Mas não é só a barba: a côr dos olhos é, também, um dos outros caracteres somáticos que servem para o povo distinguir as raças. Assim, os olhos de côres claras (azuis e verdes) que caracterizam os povos do norte, por influência negativa de actinismo, como se disse para os cabelos, — os brancos, peculiares aos indivíduos *albinos*, — os pretos, característicos dos povos onde a influêneia actínica é mais intensa, não são vulgares entre nós: e, ou se devem atribuir a um cruzamento, quási sempre clandestino e ilegítimo, ou a uma aberração da natureza, devida, talvez, a um caso de atavismo ocorrido, esporàdicamente, de caracter recessivo em várias gerações e dominante, alfim, em geração mais recente, equiparando-a

à geração remota que lhe deu origem.

Deve, daqui, concluir-se que o tipo português, popular ou normal, não tem, nem cabelos ruivos — e mesmo loiros, que o povo por vezes, confunde com os ruivos — nem olhos claros (azuis, verdes, brancos), nem pretos.

Vamos atribuir-lhe cabelos negros ou castanhos (cabelo negro é natural — vidè o n.º 3), e olhos castanhos ou cinzentos.

A Etnologia e a Prè-história, atribuindo ao *substractum* fundamental do povo português uma origem nord-africana, confirmam as conclusões a que chegámos quanto ao tipo normal português, cuja colaboração é menos acentuada, por sofrer menores influências actínicas, do que a dos indígenas actuais da região aborígene.

Visto as características do tipo normal do povo português, e deixando para depois os conceitos formados àcerca das variantes regionais dêsse tipo, vejamos quais são os vestígios que se encontram, entre o conhecimento cultural do nosso povo, das gentes estrangeiras. Extenso e variado, em espaço e tempo, foi o contacto dos portugueses com os estrangeiros; e dêsse contacto, restam, ainda, lembranças e reminiscências na alma popular, fundadas, quási tôdas, em comparações feitas com o caracter dêsses estrangeiros que mais diferente do do nosso povo, porisso mesmo maior impressão lhe causou.

Enumeremos a documentação adquirida:

11 *Á conta dos ciganos todos furtamos;*
12 *A judeu e a porco não metas no teu horto;*
13 *A mouro morto grande lançada;*
14 *Ainda que negros, gente somos, alma temos;*
15 *Avoengo do mouro, e do judeu, e do homem de Viseu; mas lá tendes o braguês, que é pior que todos três; e se fôr de Braga ao pé, libera Deus e dòminé; mas o do Pôrto, com seu contrato, é pior que todos quatro;*

16 *Bem canta o francês, papo molhado;*
17 *Boa fazenda é negros se não custassem dinheiro;*
18 *Boas contas deita o preto, se lhe não saem erradas;*
19 *Branca com frio, não vale um figo; e negra, nem figo nem bêbera;*
20 *Contra rameira e bretão não basta razão;*
21 *De galinha, a preta; de pata, a parda; de mulhér, a sarda;*
22 *Debaixo da manta, tanto vale a preta como a branca;*
23 *Dinheiro de padre e de brasileiro não chega a terceiro;*
24 *¿Donde vem a Pedro falar galego?;*
25 *Duzentos galegos não fazem um homem, senão quando comem;*
26 *Em caminho francês, vende-se o gato pela rez;*
27 *Em casa de mouro, não fales algaravia;*
28 *Em França como francês, em Roma como romano;*
29 *Entre judeus, judeu como êles;*
30 *Francês não é de natureza se não quebra o que assegura;*
31 *Jejua galego, que não há pão cozido;*
32 *Judeu, dona e homem de coroa, jamais perdoa;*
33 *O louvor a judia, endereçado de noite e dormir de dia;*
34 *Mouro que não podes haver, forra-o por tua alma;*
35 *Não entendo* (ou *não conheço) flamengos à meia-noite;*
36 *Não há melhor adaíl para desmandos que os mesmos mouros;*
37 *Não vale um chavo galego;*
38 *Nunca de bom mouro bom cristão, nem de bom*

cristão bom mouro;

39 *Para judeu, judeu e meio;*

40 *¿Para que vai a preta ao banho, se branca não pode ser?;*

41 *Português pela vida, francês pela comida;*

42 *Quarto de cão prêzo e de moço galego;*

43 *Faltar como um negro* (ou *como um moiro);*

44 *Mentir como um judeu;*

45 *Trabalhar como um mouro* (ou *como um negro* ou *um galego);*

46 *Vermelho como um bretão;*

47 *Falar francês como uma vaca espanhola;*

48 *Nem de toucinho bom briolete, nem de mouro bom sacerdote;*

49 *Falar como um italiano;*

50 *Malcriado como um galego;*

51 *Preto chinês:*

52 *Justiça de mouro;*

53 *Cabeça de turco;*

54 *Andam mouros na costa;* e, finalmente,

55 *O preto também ser gente.*

Ainda se conhecem as seguintes quadras, de Vila Real:

56 *O senhor engeitou-me por pobre,*
Eu ó senhor por judeu:
Veja a diferença que vai
Do seu sangue para o meu.

57 *A minha nódoa é gordura,*
Com qualquer água se lava;
E a do senhor é judeu,
Só pela morte se acaba.

Pelo estudo dêstes rifões e cantigas tiram-se bastan-

tes conclusões àcerca do caracter de vários povos com quem convivemos.

Começando por aqueles que deveriam ter vivido no solar português, como núcleos populacionais formando minorias raciais, vê-se que os *ciganos* se caracterizavam pelo exercício da arte de furtar, pôsto que nem sempre responsáveis de todos os furtos que lhes atribuiam; os *judeus*, considerável massa, dificilmente assimilada pela população, cuja influência foi tão notável, notabilizaram-se pelo seu espirito ganancioso nos contratos (n.° 15), duro e vingativo (n.° 32), falso (n.° 44), e, talvez até destruïdor, se não ladro (n.° 12); os *mouros*, tradicionais inimigos, escravos de algum tempo, gente que foi o treino do nosso espírito aguerrido e de administração, distinguem-se, já pela ganância contratual (n.° 15), pela sua péssima noção de justiça (n.os 36 e 52), pela sua inadaptação ao verdadeiro cristianismo (n.os 38 e 48) e pelo seu esfôrço trabalhador (n.° 45), já pelas suas investidas e incursões guerreiras, ameaçando, como piratas e inimigos, as nossas povoações costeiras (n.° 54); os *negros* ou *pretos*, quási todos escravos, ficaram tidos, pelo nosso povo, como ingénuos nas contas à vida (n.° 18), incapazes de manterem os seus compromissos (n.° 43), como gente de pezado trabalho (n.° 45), e não hesiatríamos em os classificar como vaidosos (n.° 40) e supôr que o tratamento que lhes davam se equiparava ao dado aos animais domésticos, nanja aos de luxo, donde os gritos de revolta, em que se proclamam gente (n.os 14 e 55); os *galegos*, quási portugueses, grupos laboriosos que imigravam e imigram para o nosso país, de residência a longo prazo e retôrno, ou de fixação definitiva, adquiriram os seguintes conceitos: mal educados (n.° 50), sujos (n.° 42), de moeda (ochavos) depreciada (n.° 37), comilões (n.os 25 e 31), e pouco claros na expressão (n.° 24); finalmente, os *brasileiros*, quer nativos do Brasil, quer portugueses emigrados e de retôrno, torna-viagens denominados bra-

sileiros, regressando ricos, mas gastando os seus bens, quási sempre, na aquisição de veneras que os enobrecessem e na compra de prestígio político, angariando votos monetàriamente, ou deixando os haveres por herança a parentes pobres que, enriquecidos, se tornavam esbanjadores, êsses, caracterizavam-se pela não-continuïdade, pela não-perpetuação de seu pecúlio na família (n.º 23). É curioso notar que o povo diz o mesmo do dinheiro dos padres que vai enriquecer parentes pobres, ou que era gasto na política por aquele padre, cacique eleitoral, tão vulgar nos fins do século passado, e ainda em começos do actual.

Depois dêstes, veem os outros, de estadia a curto praso ou eventual, marinheiros ou caixeiros-viajantes, comercialistas arribados aos nossos portos em estação de viagem ou pelas exigências e necessidades de seu tráfico comercial. E, muitos, de tal sorte o faziam, que se tornaram autênticos traficantes, no mais pejorativo e ruim sentido do termo. Vejamos êstes elementos estrangeiros: dos *espanhois*, pouco há no rifoneiro e cancioneiro popular, excluídas as referências aos galegos; encontram-se, sobretudo, citações a êles em anedoctas e contos burlescos, apresentando-os como fanfarrões, arrogantes, exagerados e ridículos. No entanto, merece menção o rifão n.º 47, que o falecido Tomaz Pires interpretava como referência a basco espanhol e, por corrupção, transformado em «vaca». Bem sabemos que há um rifão francês que indica *vache*=vaca: a-pesar-disso, não nos repugna aceitar e perfilhar a hipótese de Tomaz Pires, que dá mais mais realce ao rifão, fazendo referência ao povo *basco*, bastante característico, mesmo sob o domínio do estado espanhol, e à sua pronúncia da língua francesa, dominada pela influência do dialecto basco, ou biscaínho, o mais arrevezado e incompreensível de quantos se falam na Espanha. Acidentalmente, referiremos que *de Espanha, nem bom vento, nem bom*

casamento.

O *francês* é mal visto entre nós: um intrujão, um dissimulado, um falso, é muitas vezes, ainda hoje, designado por *francês.* Talvez que haja um pouco de exagêro nesta apreciação desfavorável, pois que, desde os primeiros tempos da nacionalidade até muito tarde, se denominavam *franci*, francos, ou franceses todos os estrangeiros do Norte, que não fôssem ingleses. O francês é comilão e gosta de boa mesa (n.os 16 e 41); refalsado em negócios (n.os 26 e 30); alegre (n.º 19). O *bretão*, que tanto pode ser o natural da Grã-Bretanha, como o da Bretanha continental, ou francesa, é casmurro e desobediente, devendo ser metido no caminho normal por argumentos mais contundentes do que os intelectuais (n.º 20); e, além disso, o seu rôsto còrada, côr de lagosta cozida e os seus cabelos ruivos ou muito loiros, não passavam despercebidos, dando origem a um termo comparativo (n.º 46). O *flamengo*, denominação que faz recordar a nossa época áurea, de amistosas relações com a Flandres, ainda não retalhada pela França, Bélgica e Holanda, devia caracterizar-se pela sua embriaguês, e crêmos que o rifão que o cita (o n.º 35), se deve referir aos marujos noctívagos, errando pela cidade, depois de copiosas libações e pretendendo, com a pertinácia própria dos avinhados, comerciar com os indígenas do nosso torrão.

Dos *ingleses*, pouco há: devem aplicar-se-lhes os casos indicados para os bretões (n.os 20 e 46), e, ainda, encontrámos citação feita aos nossos aliados da velha Albion num jôgo numerativo vianense:

> *Um, dois, três.*
> *Aqui vai o ingrês*
> *Pela barra de Viana*
> *Com uma gata castelhana.*
> *¡Sape, gato português!*
> *¡Ó terlim, tim, tim, aqui estão vinte e três!*

Pouco mais se encontra: uma referência aos *romanos* (n.º 28), não os caracterizando nos seus traços ou costumeiras peculiares, mas num termo de exemplo dum provérbio que aconselha a adaptação ao meio, aos usos e costumes do ambiente onde quemquer se encontre e que não será precisamente alusiva ao estado anterior à unificação da Itália, mas sim aos naturais duma cidade de alto renome. Todavia, ouvimos algures a comparação arquivada sob o n.º 49, mais característica, pois a sua origem se deve encontrar na estranheza causada pela língua italiana, cuja melodia suave soa mal aos ouvidos do povo português, habituado a palavras mais duras, mais parecidas ao sibilar do vento, ao bramir das vagas e ao fragoar das torrentes na sua onomatopeia, do que à langorosa língua em que se deve cantar o amor. Outra alusão aos *turcos*, numa frase comparativa (n.º 53); e, ainda outra aos *chineses* (n.º 51), qualificados de pretos, pois que para o nosso povo, todo o indivíduo que não fôsse de raça branca, incluindo nesta os mouros, era preto. Ainda hoje, por muitas aldeias afastadas da civilização, se ouve esta expressão: *preto chinês*. Não é rigorosa, mas é expressiva e interessante como elemento de informação do conceito rácico do nosso povo. A África, terra de negros, que também são pretos, estava mais próxima, e daí a generalização da côr preta a todos os povos ultramarinos, descobertos depois da África — em espaço e tempo. Preto não quererá dizer a côr dos africanos, que são negros, nem a «ausência de côr», mas sim uma côr mais escura que o branco, desde o vermelho dos bretões ao mate dos mouros.

Mas, mesmo àquem fronteiras, e porque *cada terra com seu uso, cada roca com seu fuso*, há diferentes tipos portugueses, não já os divergentes pelos caracteres somáticos indicativos de raça estranha acantonada no território, mas os formados pelas influências de ordem vária, constituindo agrupamentos fixos ou vários quadros

Grav. de Antônio José dos Santos
(Com a capela do Santo)

Grav. de Manuel da Silva Godinho
(Sem a capela do Santo)

O «CRISTO DOS OLIVAIS»

Desenho do natural
por José Contente

D. JOÃO VICENTE, BISPO DE VISEU

D. AFONSO NOGUEIRA, ARCEBISPO DE LISBOA
Azulejos monócromos de "Os Lóios" de Arraiolos
(Clichés do autor).

regionais, mòrmente nas áreas territoriais conhecidas sob o nome de províncias. É natural que assim seja: há uma grande relação entre o homem e o ambiente que o cerca; êste, influe aquele, forma-o, imprime-lhe um caracter peculiar, que estabelece uma relação, por vezes indissolúvel, entre os dois. E, havendo no nosso país quadros regionais tão variados, do Minho ao Alentejo, de Traz-os-Montes ao Algarve, das Beiras ao Ribatejo, variados no sentido longitudinal e transversal, facilmente se compreende a diversidade de tipos regionais a dentro do mesmo tipo fundamental rácico. Como, porém, o tipo rácico não é uniforme, mas variado nas suas origens, desde os povos nord-africanos aos nord-europeus (e alguns se localizaram, de preferência, em certos cantões do território), mais acentuada se torna a diversidade dos nossos tipos regionais. Citaremos alguns, bem referidos aos tipos provincianos.

Deixamos de parte os ápodos locais, muitos dos quais são, contudo, significativos, ao procurarem caracterizar os usos e costumes dos agrupamentos populacionais a que se referem.

Quási todos os rifões relacionados com os nossos grupos provincianos são depreciativos. O português não é bom para o português, pôsto que se desfaça em amabilidades e salamaleques para o primeiro aventureiro lá de fora que lhe apareça pela frente, vindo fugido à polícia do seu país, ou resolvido a explorar a ingenuïdade párva do portuguezinho valente.

Eis, pois, alguns dêsses elementos de tipo regional:

58 *Gente do Minho*
Veste de pano de linho,
Come pão de passarinho,
Bebe vinho de enforcado
E tem fôrça que nem diabo.

59 *Sou do Minho, sou minhota,*
Sou filha de minhoteira,
Sei falar aos meus amores
Como qualquer da Ribeira.

(Vila Real)

60 *Para cá do Marão*
Mandam os que cá estão.

61 *Ladrão do Minho, assassino de Trás-os-Montes.*

62 *Homem da Beira e besta muar*
Teem sempre coices para dar.

63 *No bom beirão,*
Alma e corpo pequenos são.

64 *Algarvio,*
Sem honra, nem brio.

65 *Algarvio, ilheu, transmontano e cão,*
São tudo a mesma geração.

66 *É como os ilheus:*
Dão couces até depois de mortos.

Detendo-nos, um pouco, nestes documentos, em que a voz do povo não exprime a verdadeira justiça, nós concluiríamos que em Portugal, só alentejanos, estremenhos e durienses (duma fantástica província do Douro) eram boa gente. (1)

---

(1) Um dia, qualquer gracioso, para, naturalmente, demonstrar que, como o francês, o português era um senhor que não sabia geografia, lèmbrou-se de inventar uma província do Douro, compreendendo os distritos do Pôrto, Aveiro e Coimbra. Não teve, a

Os *minhotos* são referidos pelos seus hábitos, inusitados no resto do país (n.º 58), e pela sua característica sentimental e amorosa reivindicada na quadra 59, mas muitas vezes já posta em evidência e, ainda, pela particular abundância de ladrões na província (61). Os transmontanos, povo serrano e altivo, mostram a sua autonomia no brado 60, e, pôsto que sejam depreciados nos ápodos n.º 61 e 65, a verdade é que, se são violentos, também são gente tão franca que, quando nas aldeias se bate à porta, espondem sempre: *Entre!* em vez de preguntarem, como, no resto do país se faz: *Quem é?* Os *beirões* teem fama de mesquinhos e ingratos (62 e 63) mas é de notar que são os da região do interior, melhor, da Beira Cen-

---

província, existência como circunscrição administrativa, senão de 1833 a 1834, e nunca teve sob a sua hierarquia a circunscrição distrital, criada em 1834.

Mas o nosso homem criou aquela província e quási tôda a gente a aceitou como justa, sem notar o contrasenso geográfico que tal província constitue. No entanto, é certo que a região litoral da Beira, nos distritos de Aveiro e Coimbra, está bem diferenciada, sob o ponto de vista histórico, da Beira pròpriamente dita, como o diz Tito Larcher *in* «Estudos de Regionalismo». E, para comprovar que a gente daquela região se não tem por da Beira (pôsto que coopere nos congressos beirões e se considere integrada no grande bloco da Beira), transcrevemos a seguinte passagem do sr. Dr. Amorim Girão *in* «Esboço duma Carta Regional de Portugal», 2.ª edição, pág. 75, nota:

«Esta conclusão, a que nos levam os documentos antigos, pelo menos até à dominação espanhola, pode fundamentar-se, ainda hoje, em expressões de uso popular e tradicional. Em Coimbra, por exemplo, a simples designação de *Estrada da Beira* aplicada à artéria que sai da cidade para E., o pregão, tantas vezes ouvido pelas ruas, de «queijos da Beira» ou «castanhas da Beira», e a circunstância de, por vezes, se dizer, de quem sai para Vizeu, que "retirou para a sua casa da Beira", bastam para nos demonstrar que da Beira não se considera quem assim fala».

Daí, o diferenciarmos, no texto, o duriense do beirão.

tral [1]. Os *algarvios* são tidos como gente sem caracter, nem pundunor (n.os 64-65) e os *ilheus*, se bem que não tenhamos abrangido as ilhas neste trabalho, são havidos por ingratos e maus (n.º 65 e 66). Mas, comparando-se, depreciativamente, algarvios, ilheus e transmontanos aos cães, diriamos que eram gente fiel... se bem que o intuito do rifão seja exprimir o contrário.

Deixemos, pois, o assunto e vejamos, ainda dentro da mesma ordem de ideias e trabalho, alguns costumes portugueses, fornecidos pelos ditames da sabedoria popular, procurando determinar quais os comuns aos variados tipos da nossa terra. A documentação, além dos anteriormente citados que forneçam elementos, v. g. como, o n.º 41, tem mais:

67 *Português pobre, nem quieto, nem calado;*
Português rico apanha môscas.

68 *Por mal, não se leva um português,*
Mas por bem, dois ou três.

---

(1) Levam-nos a esta conclusão os seguintes elementos: os rifões que depreciam Vizeu: *Em Vizeu, o cão sim, o homem não; De Vizeu, quero o cão para coelho e não o homem para conselho; Livre-nos Deus, do mouro, do judeu, «e do homem de Vizeu»; mas lá tendes o braguês, que é pior que todos três (e se fôr de Braga ao pé, libera nós e Dòminé), mas o do Pôrto, com seu contrato, é pior que todos quatro;* e os que depreciam as povoações situadas na zona de passagem do litoral para o planalto do interior: *É como os da Mealhada, o que dizem á noite, de manhã não vale nada; São como os da Válega, bebem o vinho e quebram a malga; São como os de Celas, comem da gaveta.* Parece, pois, que esta região de má fama é a compreendida entre estas povoações da zona de passagem e a cidade de Vizeu. Curioso será estudar esta característica psicopatológica, confrontando-a com a percentagem criminalógica da região. Mas, para se ver a arbitrariedade e pouca consistência destes ditos, note-se que dizendo-se *do bom beirão, alma e corpo pequenos são,* e referindo-se à dita região, se erra completamente, porquanto aquela região é a do tipo mais alto, um dos mais altos de todo o país e o mais alto da Beira!

69 *Quando mija um português,*
Mijam logo dois ou três.

70 *É costume de Portugal*
Comer, beber e dizer mal.

71 *Aprendiz de Portugal,*
Não sabe coser e quere talhar.

72 *Dom de Espanha, Excelência de França, Senhoria de Portugal,*
Não valem meio-real.

E não deve esquecer-se o conhecido provérbio espanhol, que ilumina bastante a psicologia do português, no seu exagêro de espanholada:

73 *Portugueses, pocos,*
Y eses, locos.

O provérbio n.º 67 define o português, quando na parte inferior da roda da fortuna, como um homem activo (o que não quere dizer trabalhador), e, possivelmente, um revoltado, não tanto contra as injustiças sociais, como contra a sua situação inferior, quando tem capacidade profissional para ser ou para fazer mais; esta ânsia de subir, de melhorar a sua situação, quási sempre sem uma preparação basilar suficiente, deu, sem dúvida alguma, origem ao n.º 71: e, depois, enriquecido, o nosso homem, que prometia fazer mundos e fundos, cai na indolência e no marasmo. Talvez que haja, com a fortuna, uma crise de iniciativas; e, como, por vezes, qualquer português, ao realizar um empreendimento, se vê logo imitado ou perseguido pela concorrencia em extremo e, porisso, prejudicial, devemos procurar neste facto a génese do n.º 69. O n.º 68, para nós, não é tanto um argumento a fa-

vor do espírito inteligentemente lúcido, apreendedor, compreendedor e lógico do português, o que dalí se parece inferir, mas sim da natural tendência para a indisciplina e rebeldia da nossa gente, da qual dizia Camões ser mais para mandar que para ser mandada. Do nosso exagêro, da afectação dos nossos tratamentos, da mania ambiciosa das grandezas, da nossa expansibilidade e da nossa vaidade em querer figurar nos aspectos externos, com ênfase e tolice, diz-nos algo, e comparado com o de outros países, o n.º 72. O n.º 70, êsse, caracteriza genuìnamente o português. E, todos, dão razão ao prolóquio espanhol, n.º 73.

Mas, remontando ao estudo dos precedentes rifões, verifica-se, pelo n.º 8, que a mulher portuguesa não é muito estranha ao estranjeiro; que, também, a gente portuguesa, quando pode, apanha a dente o que calha, vê-se pelo n.º 11; os sentimentos materialões dum povo que não hesita em cruzar-se com raças inferiores, constam dos n.os 19 e 22, e também do n.º 20, mostrando que, muitas vezes, na conversa com gente do sexo dito frágil, usa alguma cousa mais pesada que uma flôr; as normas da adaptação e da oportunidade salvaguardando as aparências encontram-se nos n.os 11, 26, 27, 28, 29, 33 e 39; a memória viva das ofensas, a mentalidade vermelha, encontram-se no n.º 32; o n.º 41 faz-nos supôr um português sóbrio, mesmo espartano, em oposição a um português comilão e requintado nas ementas, pôsto que, também, activo.

Serão êstes elementos bastantes como determinativos das características rácicas?

Aí fica a pregunta. Se o forem, muitas destas últimas não são fundamentais e poderão alterar-se no dia em que uma sólida e boa educação nos permita alcançar outra mentalidade. Se o não forem, se não tivermos tais características — então, a sabedoria popular muito falseada anda.

Observando o movimento dos povos, vemos que há duas espécies de emigração: uma, mais ou menos longa, mas no fim da qual o emigrante, enriquecido quási sempre, espera regressar, e regressa à sua pátria; outra, em que o emigrante abandona, definitivamente, o seu rincão para formar nova pátria.

Não terá, êste último, o amor da pátria, da terra que o viu nascer, das tradições que o envolveram? Não nos interessa, agora, êste problema, e vamos tratar do primeiro, que é o tipo da emigração portuguesa, emigração de retôrno.

Volvido, na torna-viagem, o português que emigrou — geralmente, o do Norte, — se vem rico, compra umas courelas em redor da casa, levanta os telhados desta, põe o dinheiro a render e, como bom português rico... apanha môscas. Se vem pobre, e não morreu no catre dos hospitais com febres e biliosas, é, na sua terra aldeã, uma espécie de doutor-lareiro, grau que conquistou por ter visto mundo. Será, também, talvez, uma espécie de inovador, de crítico, de revoltado... nem quieto, nem calado...

Os factos parecem mostrar, pois, que, na nossa gente, há um grande amor-pátrio, revelado no retôrno dos que vão lá fora ganhar o pão.

No entanto, é curioso notar que o português se aconselha, a si próprio, uma grande adaptação ao meio, uma identidade absoluta com o ambiente onde se encontra, e êste mimetismo deveria indicar um estabelecimento fixo e definitivo na emigração (ver os n.^os 11, 26, 27, 28 e 29); e, mais ainda, há muitos princípios desta sabedoria popular que preconizam mais o desapêgo e a indiferença perante a terra-mãi, do que o amor a esta, do que a fixação nela, e tudo por interêsses materiais. Assim o provam estes rifões:

74 *Bem está S. Pedro em Roma,*
Se êle tem que coma.

75 *Onde nos corre a vida bem,*
Aí é a nossa terra.

76 *Onde se ganha dinheiro,*
Aí é a nossa terra.

O sentimento contrário só o encontramos neste provérbio:

77 *Passarinho da Serra da Estrêla,*
Onde lá se cria, lá se deseja

expressão curiosa e simbólica de significar o regresso ao lar.

Antes de concluir, agora que o judaísmo está na moda, chamarei a atenção dos leitores para as manifestações anti-semitas dos n.º 33, 39, 56 e 57. O português, que não hesita em cruzar o seu sangue com as raças tidas por inferiores, as raças pretas (n.ºs 19 e 22) teme comprometer-se fazendo a côrte às judias, e guarda as conveniências ao máximo, para que o não reconheçam, pois *de noite, todos os gatos são pardos*. O facto de se ser judeu é tido como uma grande desonra (56-57), ainda em nossos dias, na massa popular.

Também nos esqueceu incluir no lugar respectivo o prolóquio *A um romano, eis romanas*, a que se aplicam as considerações feitas ao n.º 28 e as sôbre a oportunidade e a adaptação ao ambiente, que êste anexim desmente, marcando a personalidade do indivíduo em reacção contra os costumes que o cercam e solicitando o condicionamento do seu *habitat* peculiar.

Para conclusão, damos um pequeno vocabulário de termos de nomenclatura geográfica e de nomes de povos aplicados a outras ideias, alguns colhidos dentre o povo, outros forrageados de textos antigos, outros, ainda, suprindo o desconhecimento que, de certos nomes, de origem, algum leitor possa ter. Muitos devem ser

pouco conhecidos, já por serem arcaísmos, plebeísmos e provincianismos, já porque hoje, para certos adjectivos derivados dos nomes de terras, se abandona a forma correcta por outra, *ad-libitum* do autor.

Mais deve haver, como deve haver, entre o povo, em rifões, comparações e cantigas, outros documentos do que os por nós apresentados. Que sejam colhidos e tratados com mais interêsse por pessoa mais competente do que nós, são os nossos votos.

Abarroado — no sentido de teimoso. Deve vir de *barrão*, corrupção de *bairrão*, pessoa da região do Bairro, das cercanias de Santarém, região distinta da Charneca e da Lezíria ou Campo.
Abexim — da Abissínia.
Abylense — de Ceuta (de Ábyla).
Adiceiro — mineiro da Adiça e, também, dos jazigos de ouro do Ribatejo.
Aframengado — parecido com framengo=flamengo, por ser branco-rosado e louro.
Afro — africano.
Agote — descendente pobre dos godos (em parte da Espanha).
Ajudengado — com maneiras de judeu.
Albiónico — de Albion (Inglaterra).
Andaluz — da Andaluzia.
Anglo — de Inglaterra.
Angolano — de Angola.
Angolar — idem (E também moeda daquela colónia).
Angolês — de Angola.
Arábigo — da Arábia.
Asteque — do México.
Barbários — denominação antiga dos habitantes da península de Setúbal.
Basco — de Biscaia.
Belga — da Bélgica. E também leira pequena. de terra.
Berbere — da Berbéria.
Beócio — ignorante. (Por comparação com os simplórios habitantes da Beócia, na Héllada).
Bèsteiro — habitante do Vale de Bèsteiros, no sopé oriental da Serra do Caramulo, perto de Tondela.
Biscainho — da Biscaia.
Biscaitarro — idem.
Brancarana — mulata, filha de mulata e branco, ou vice-versa; po-

risso, mais clara do que a filha de preta e branco, ou vice-versa.
Bracarense—de Braga.
Brácaro—idem. E também os Brácaros, antigo povo da Península.
Braguês—de Braga (Brácara).
Bragançào—de Bragança.
Bretão—da Bretanha.
Brigantino—de Bragança.
Britânico—da Inglaterra.
Britano—da Inglaterra. E também os Britanos, antigos habitadores dêsse país.
Caboclo—índio do Brasil.
Caldeu—da Caldeia.
Caldaico—idem.
Çaloio=*saloio;* mouro de origem, convertido ou colonizando terras de cristãos. Habitante dos arredores de Lisboa, ao N. do Tejo.
Candiota—de Cândia, ou Creta.
Carioca—do Rio-de-Janeiro.
Castrovidense—de Castelo de Vide.
Chamorro—nome dado aos portugueses pelos castelhanos, por aqueles usarem a barba cortada, contra o costume do tempo, dêsde D. Fernando I.
Christengo—cristão. Forma paralela de *judengo*.
Chardes—pano grosso, de origem francesa (de Chartres ou Chardonnay).
Chim—da China.
Chino—idem.
Címtio—de Sintra.
Conguês=*congolês*—do Congo.
Corcyrense=*corfiota*—de Corfu, antiga Córcira.
Colimbriense=*conimbrigense*=*conimbricense*,—coimbrão, de Coimbra.
Cyprio=*cypriota*, de Chipre.
Dânio=*dano*—dinamarquês.
Dardânio—troiano.
Delagoano—da baía de Lagoa, Lourenço Marques.
Dominicano—da Rep. de S. Domingos.
Egipciano—egípcio, do Egito.
Egitaniense—da Guarda, bispado da antiga Egitânia, hoje Idanha.
Encreo e increo—incrédulo; designação de povos não cristãos: judeus, maometanos, pagãos etc.
Engrês=*ingrês*—inglês—pano inglês. *Capa de ingrês*, de pano inglês.
Enchacoco—individuo que fala algaravia, que fala mal línguas es-

trangeiras, misturando palavras doutras línguas.
Enxovio—mouro que falava à moda dos cristãos e adoptava os costumes dêstes.
Epirota—albanês; do Épiro.
Eridano—das margens do rio Pó (Eridanus).
Erino—irlandês, da Erin.
Escalabitano—de Santarém (Scálabis).
Escandinavo—da Escandinávia.
Eslavo—de país da raça eslavónia.
Esquimó—dos países boreais.
Escalduno=*euscalduno*=*euscaro*,—vasco, da Biscaia.
Eurásio—da Eurásia (continente formado pela Europa e Ásia).
Eurasiano—idem.
Eurasiático—idem.
Eurino—do Euro.
Farfan—cristão habitante da Mauritânia.
Fenice—fenício.
Finnês=*finnico*—finlandês, da Finlanda.
Flamengo—da Flandres.
Flandrisco=*frandisco*=*flaudrisco*=*framengo*—idem.
Flaviense—de Chaves.
Florentino—de Florença.
Fluminense—do Rio-de-Janeiro—rio, em latim, "flumen".
Francico=*francisco*=*franco*—francês, dos franceses.
Franduno—quem despresa o nacional pelo estrangeiro.
Frisão—da Frísia (Holanda).
Frisio—idem.
Gaditano—de Cádiz.
Galicano=*galo*—da Gália antiga, ou França.
Geês=*geer*—da Etiópia ou Abissínia.
Genuense=*genuês*—genovês.
Geralista—de Minas-Gerais, no Brasil.
Germânico—da Germânia, ou Alemanha.
Helvético—da Suiça (Helvécia).
Hermínios—povos da serra da Estrêla.
Hespérido e *hespérico*—da Hespéria, ou Peninsula Hispânica.
Hibérnico—da Hibérnia, ou Irlanda.
Hierosolimita—de Jerusalem, (Hierosólima).
Hispalo=*hispalense*—de Sevilha.
Ilho—de Ílhavo.
Iliaco=*Ílio*—troiano.
Insabre—milanês, de Milão.
Interamnense—de Entre-Douro-e-Minho (de *inter*, entre, e *amnis*, rio).
Ismaelita—mouros naturais da Península Hispânica.

Jau—javanês, de Java.
Kurdo—do Kurdistão.
Lacobrigense—de Lagos (Lacóbriga).
Lamecense—de Lamego.
Lateranense—de Latrão (Roma).
Laurbanense—do Lorvão (Laurbanus).
Legionense—leonês, de Leão, na Espanha (Legio).
Limenho—de Lima, capital do Perú.
Limiano=*limiense*—das margens do rio Lima.
Lísio—de Portugal (de Lísia).
Louletano—de Loulé.
Lucense—de Lugo, na Espanha.
Lugdunense—de Lião, na França (Lugdunum).
Lusitano—de Portugal (de Lusitânia).
Lusíada—idem.
Luso—idem.
Macaense=*macaísta*—de Macau.
Magelânico—do Estreito de Magalhães.
Magiar—da Hungria.
Malaio—de Malaca, ou da Malásia.
Malaquista—de Malaca.
Maltês—de Malta.
Malgache—de Madagascar.
Manchu ou *mandchu*—da Manchúria ou Mandchúria.
Maronitas—povos cristãos do Líbano.
Marrano—judeu (nome depreciativo)
Matritense—*madrilenho*—de Madride.
Mauro—da Mauritânia, mouro (de *maurus*).
Mauritano—idem.
Meritense—de Mérida (Emérita).
Micaelense—da ilha de S. Miguel, Açores (do lat. *Michael*).
Milésio—de Mileto.
Mineiro—de Minas Gerais, Brasil.
Mirleu—francês. estrangeiro.
Moabitas—mouros naturais da África (forma paralela de ismaelitas. (De Moab, no país de Israel).
Mogol—mongol, da Mongólia.
Mohamédico—maometano (de Mohamed, ou Mahomet).
Moleque—escravo.
Monegasco—de Mónaco.
Moscovita—da Rússia, ou Moscóvia.
Moslémico—muçulmano.
Moslemita—cristão que renegou a fé e se fêz maometano.
Mourisco—da Mauritânia.
Mozárabe—cristão que vivia entre os mouros, na Espanha, e ado-

plava os costumes dêstes.
Nabantino—de Tomar (Nabância), ou das margens do Nabão.
Napolitano—de Nápoles.
Neerlandês ou *neerlandês*—da Holanda (Nederlanda).
Nemetano—minhoto.
Nemeu—de Nemeia (Grécia).
Nipónico—do Japão.
Norteamericano—dos E. U. da América do Norte.
Noruego—da Noruega.
Numantino—de Numância.
Ortivo—oriental.
Otómano—turco.
Ovarino—de Ovar. Por extensão: de tôda a costa marítima de Aveiro.
Ovetense=*ovietense*—de Oviedo.
Palermitano—de Palermo.
Parda—mulher mulata.
Partenopeu—de Parténope (Nápoles).
Parmesão—de Parma.
Patavino—de Pádua, paduano.
Penicheiro—de Peniche.
Pêrro—nome dado pelos mouros aos cristãos e por êstes ao mouros e judeus-castelhanos. Quere dizer *cão*.
Peruviano—do Perú, peruano.
Pheácio—de Corfu.
Picoense—da ilha do Pico.
Platino—do Rio-da-Prata.
Polaco—da Polónia.
Polonês—idem.
Portenho—de Buenos-Aires.
Portorriquenho—de Pôrto-Rico ou Puerto-Rico
Púnico—de Cartago, cartaginês.
Quarterão—filho de mestiça e branco, ou vice-versa.
Rabudos—alcunha dada aos castelhanos.
Reitre—cavaleiro medieval alemão.
Remesino ou *remense*—de Reims.
Rhético—da Récia.
Rhodânio—das margens do Ródano.
Rhódio ou *rhodiense*—da ilha de Rodes.
Ribatejano—do Riba-Tejo.
Ripuário—antigo habitante das margens do Reno (do lat. *ripa*, margem).
Romão—romano.
Romaico—grego moderno; habitante da Romània, ou, impròpriamente, Roménia.

Romani—linguagem dos ciganos.
Romeliota—habitante da Romélia.
Ruano—de Ruão. *Ruão*—pano de Ruão.
Rume—romano—romaico
Rúnico—relativo aos antigos escandinavos; *povos rúnicos, caracteres rúnicos.*
Sabrosino—de Sabrosa.
Sacaveno—de Sacavém.
Salaciano—de Alcácer-do-Sal (antiga Salácia).
Salamantino=*salmantino*—de Salamanca.
Sálico—dos povos francos. *Lei sálica.*
Salvatoriano—de S. Salvador.
Santaomê—o pano de St.º Omer, em França.
Santareno—de Santarém, ou Scálabis.
Santomense—da ilha de S. Tomé.
Sardo—da Sardenha; piemontês.
Sármata—da Sarmácia.
Siamês—do Sião.
Sineense—de Sines.
Singalês e *cingalês*—de Ceilão.
Sisyphio—de Corinto.
Suldanês=*sudanês*—do Sudão ou Negrícia.
Suécio—da Suécia. *Ferro suécio.*
Talabricense—de Tavira. (Talábriga).
Tangitano=*tingitano*—de Tânger.
Tergestino—de Trieste (Tergestum).
Teucro—troiano.
Teutão=*teutónico*—alemão.
Tiberino—das margens do Tibre.
Toledo—tolo.
Transtagano—de além do Tejo.
Transteverino—de além do Tibre.
Trentino=*tridentino*—de Trento.
Tripeiro—habitante do Pôrto.
Tripolitano—de Tripoli.
Torrejano—de Tôrres.
Tudense—de Tuy.
Tudesco—alemão.
Tunesino—de Tunis.
Tusco—toscano.
Urcitano—de Almeria.
Valasiense=*valesiano*—do cantão de Valais (Suiça).
Valboeiro—de Valbom.
Valdense—vaudense, do cantão de Vaud (Suiça).
Valenciana—pano de lã de Valência; renda de Valenciennes.

Valhisoletano=*valisoletano*—de Valhadolide.
Vasco—*vasconçado, vasconço, vascongado, vascónio, vascoense*—das províncias Vascongadas (Biscaia).
Vidense—de Castelo-de-Vide.
Vigitano—de Vich.
Viguês—de Vigo.
Walão—belga de língua francesa.
Yorkino—de Iorque.

FERNANDO FALCÃO MACHADO

AZULEJOS POLICROMOS DE FIGURA AVULSA

Os azulejos de figura avulsa, isto é, de um assunto só em cada placa, surgiram por imitação dos holandezes quando a industria de Delft espalhou entre nós os seus productos que entravam por quási todos os nossos portos comerciais, sobretudo pelos da Figueira e de Viana do Castelo. Este processo pode ir buscar-se também aos exemplares hispano-árabes da abundante fabricação peninsular que contém um desenho geométrico independente, e ás figuras da fauna e da flora que durante todo o século XVII ilustraram o fundo dos pratos e o bôjo do vasilhame caseiro.

Quando Nicoloso Pisano traz para Espanha o modelo da pintura cerâmica tipo majolica, os productos moiriscos batem em retirada diante dêste processo mais expedito e barato e é então que o azulejo começa a imitar as tapeçarias na decoração mural e a fingir os frontais textis na frente dos altares. Destinados

Asulejo de Figura Avulsa

Aguarela do Autor

Des.º de M. de Matos

Grav.ª de Godinho.

O MASSACRE DO "PATRISTEN"

(Colecção do autor)

a substituir os panos de raz, a sua policromia é suntuosa e cantante, realçando o amarelo, o azul e o rôxo com estranha vivacidade. Quando no século XVII a decoração templar foi da base das paredes até ao tecto, impunha-se atenuar a riqueza pelas condições de tamanhas áreas e a paleta reduziu-se então ao azul sôbre branco, onde se desenvolveu a hagiologia, a História, os costumes nacionais e exóticos, as graças da vida palaciana.

Mas, além das grandes decorações destinadas a vastos e solenes recintos, outras havia, mais modestas de motivos, que ilustravam os corredores com pequenos quadros onde a composição podia baixar de tom, devendo ter sido então, fins do século XVII, princípios do século XVIII, que a novidade holandesa sugeriu ao oleiro nacional a imitação dos assuntos avulsos que escapavam assim às dificuldades de factura dos amplos quadros cenográficos a cargo dos mestres, podendo ser executados por desenhadores somenos, por aprendizes mesmo, na plena liberdade da sua inspiração. É porisso que, além dos motivos da flora, nacional ou exótica, o *rapin* de olaria se deleitou em caricaturar os ridículos de seu tempo, que reproduzia freqüentemente com rudeza, chegando mesmo a uma reprovável incorrecção, dando-nos os aspectos da vida ambiente num interessantissimo kaleidoscópio de documentos étnicos e assuntos folclóricos.

Outros há, de uma magnifica perfeição formal, devidos a um pincel seguro da sua interpretação heráldica.

Vê-se que os azulejos de figura avulsa eram destinados sobretudo a acudir às necessidades de uma produção barata, generalizando-a de maneira a que não só a monumenta com suas vastidões murais mas a modestia da casa urbana ou rural com seu reduzido âmbito, conseguissem dentro das suas possibilidades económicas uma espelhante percinta nos corredores e

na cosinha uma alegre chaminé. Libertando as peças da sua sujeição a uma composição comum deu-lhes uma individualidade onde realmente o moço da oficina podia iniciar a sua aprendizagem, ao mesmo tempo que ia dando provas do seu feitio observador e da sua veia ora burlesca ora cáustica. Eram a sátira da época em avulsas fôlhas vidradas.

Entre os policrómicos desta espécie, citam-se apenas os da demolida capela de Santa Luzia, no monte de Viana do Castelo, e ainda na cidade do Lethes uma percinta num corredor perto da sacristia da igreja de S. Domingos. Ora a esta penúria de activo vamos juntar os que se encontram na capelinha de Santo-António, erguida numa das arribas a par de S. Martinho de Pôrto, em frente do monte do Facho, que é o ponto culminante da costa portuguêsa.

A capelinha é pobre, mesmo nula de requisitos de arte: um pequeno interior coberto por um tecto de madeira, paredes escaroladas e nuas. Mas ao fundo, dos lados e por cima do altar-mór, revestindo a parede desde o nivel da ara até uma linha horisontal de onde partem duas oblíquas, o que correspondia ao primitivo tecto (o actual vê-se que foi alteado), estende-se um grande pano de azulejos a três tons, de figura avulsa, semelhantes no desenho e nas côres aos que se encontram no norte do país. Assuntos: flôres decorativas, algumas de bela estilisação, cães arremetendo, coelhos saltando timoratos e de orelha fita, atentos ao rumor que os persegue, aves pousando em vergônteas com elegância galharda. Os contornos são a rôxo, como era de uso, às vezes no terreno algumas pinceladas de verde além dos tons já citados, o desenho firme, espontâneo, denunciando um decorador hábil, um ornemanista experiente.

Não tendo presentes os de Viana, difícil se nos torna estabelecer comparações, aventar origens; mas por algumas reproduções que temos á vista, não nos repu-

gna aceitar uma fabricação comum. Aos especialistas confirmar ou invalidar esta hipótese.

João Barreira

NA MINHA LIVRARIA

I

O CENTENÁRIO DE ALEXANDRE HERCULANO (1910)

ÃO há muito, tive a honra de receber a visita de duas cultas senhoras: vieram pela minha livraria. Demoraram-se algumas horas. Ao despedir-se, uma delas interpelou-me:

—O sr. C. G. não leu todos êstes livros ¿Não é assim?

—Tal e qual, minha senhora, respondi. Não os li mas passei-os pela vista quando os comprei. E depois, como tenho razoável memória, não esqueci facilmente o assunto de que tratam. Isto basta. Se mais tarde descubro que me enganei sôbre o valor ou utilidade dalgum, não descanso enquanto não o imponto e lhe dou outro dono.

A conversa seguiu nêste tom familiar. Em certa altura, contei às minhas visitantes o que me tem sucedido com certos livros: uns, que se prendem a actos

da minha vida; outros, que me resolvem problemas interessantes cuja solução não antevia. Os bons livros — além do valor intrínseco — são verdadeiros amigos, que respondem sempre à chamada, quando os solicitamos.

O que disse às visitantes vou — pouco mais ou menos — repetir agora aos meus fieis leitores.

*

Está publicado o 2.º volume do estudo do sr. Carlos Portugal Ribeiro — *Alexandre Herculano. A sua vida e a sua obra* (1810 — 1877). [1]

Desta feita li o volume duma assentada. Explica-se o caso pelo interêsse que me mereceu sempre a altíssima figura de Herculano, cuja obra consulto ainda freqüentemente. O glorioso historiador é, para mim, um dos maiores portugueses do século XIX. Não admira, por isso, que a leitura despertasse o apetite de consultar mais uma vez as *Memorias* e *Sob os cyprestes*, de Bulhão Pato; *No 1.º centenário de Alexandre Herculano... Paginas intimas*, de Gomes de Brito; *Alexandre Herculano e o ensino publico*, de Adolfo Coelho; o *Diccionario Bibliographico* de Inocêncio, continuado por Brito Aranha; finalmente, os *Opusculos* do Mestre.

Todos êstes trabalhos me serviram para recordar a vida, as ideias, os actos de Herculano. Conferi assim, como foi possível, as deduções do sr. Portugal Ribeiro, que lhe permitiram delinear o retrato fiel do Mestre e explicar a sua conduta, ainda nos lances mais controversos. É êste, sem dúvida, o principal merecimento do estudo em referência.

---

(1) Êste estudo recebeu o *Prémio Herculano*, cujo *Fundo* é administrado pela Sociedade de Geografia. O *Fundo* foi constituído pelo saldo da quantia de 10 contos, que o Estado deu para custear as despesas do Centenário.

*

Das obras consultadas, apenas o tômo XXI do *Diccionario Bibliographico* de Inocêncio tinha escapado à leitura. A 1.ª parte do tômo é da autoria de Brito Aranha; a 2.ª parte foi redigida por Gomes de Brito.

Folheando agora êste volume, todo dedicado a Herculano, com surprêsa li o seguinte em página 22:

«A ideia da comemoração do primeiro centenário de Alexandre Herculano nasceu em Lisboa, em Coimbra, no Pôrto ou em outra qualquer povoação do querido Portugal? Sabe-se, e é certo, que um grupo de estudantes da Academia dos Estudos Livres, de Lisboa, soltou a ideia com fervoroso entusiasmo, que a mocidade aquecia e que se divulgou desde logo, sendo abraçada por grande número de consócios e condiscípulos; e que, pelo mesmo tempo quási, outro grupo de estudantes de Coimbra, tendo por órgão a *Revista Coimbrã*, lembrava e defendia a comemoração do centenário para honrar a memória de Alexandre Herculano. Estava-se em novembro de 1909 e a data consagrada era 28 de março de 1910.»

Como andei envolvido nos trabalhos do centenário e fiz parte da sua comissão executiva na qualidade de representante da Academia de Estudos Livres, de cuja direcção era secretário, posso testemunhar o que realmente aconteceu e que resolve perfeitamente a dúvida de Brito Aranha.

* * *

Em 29 de Novembro de 1909 publicou o *Diario de Noticias* uma correspondência de Coimbra, assinada pelo sr. Hipólito Raposo, ao tempo estudante da Universidade. Dizia êle: «*Revista Coimbrã* é o titulo de uma publicação recente que se annuncia quinzenal e que, como as suas congeneres annuaes, deve ter nascido

em periodo preagonico.

«O seu auctor — João Ramos de Castro — não o conheço e ignoro mesmo se será caloiro arribado este anno, ou algum segundannista emancipado da ferula da praxe, e mordido subito da brotoeja litteraria. Mas não trato agora da vida da *Revista* que desejo seja longa e prospera, nem do talento de Ramos de Castro, tão promettedor na prosa e na rima d'este primeiro numero. Refiro-me á idéa-mater que gerou a publicação e para a qual esta ha de viver sobretudo: o centenario de Alexandre Herculano»...

Depois de encarecer o papel desempenhado pelo grande historiador, «prestando aos negocios publicos o alto concurso da sua inspiração e conselho... trabalhando pacificamente na sua obra de investigação, fóra das frivolidades da vida das salas», o articulista estigmatiza o acto de Herculano «desertando covardemente para os olivaes de Vale de Lobos» por não resistir aos vícios do seu tempo.

Num rebate de consciência contra a injustiça de tal juizo, o ilustre escritor aponta, porém, a necessidade do estudo da vida íntima do Mestre e da publicação das suas cartas, exigida pela verdade histórica «em busca da qual elle chegou á immortalidade.»

Termina assim a curiosa crónica:

«Sem a nobre physionomia moral de Herculano não teria a sua historia conquistado a auctoridade dum canon religioso, nem os seus ossos estariam nos Jeronymos expostos á veneração publica...

«O centenario de Herculano apparece lembrado pela primeira vez na imprensa, segundo creio, por aquelle meu camarada Ramos de Castro. Generosa idea a sua. Se o auctor das *Lendas e Narrativas* tem amigos, se a obra de Herculano tem admiradores, se o espirito publico não se apagou de todo, que a nação inteira celebre o centenario do maior historiador da Hespanha e aprenda

no seu exemplo de lutador até á hora do desalento—a servir a Patria como elle a serviu.»

*

A esta crónica do sr. dr. Hipólito Raposo entendeu a Academia de Estudos Livres, que devia responder. Cumprindo a resolução, escrevi no mesmo dia 29 de Novembro de 1909 uma carta que foi publicada no *Diario de Noticias* de 1 de Dezembro seguinte. Eis o trecho principal dêsse documento:

«Em março d'este anno (1909) tive a honra de apresentar, em nome da Academia de Estudos Livres e em sessão da Liga de Educação Nacional, uma proposta para se celebrar o 1.º centenario do nascimento de Alexandre Herculano. Em 28 d'este mesmo mez, a Academia de Estudos Livres levou as creanças da sua Escola Marquez de Pombal até ao tumulo do grande escriptor. Ali, o sr. dr. Sá e Oliveira fez-lhes uma prelecção mostrando a significação d'aquella patriotica visita. Á noite realisou-se na séde da Academia uma sessão solemne, sendo lidos por alumnos alguns dos mais bellos trechos de prosa e versos de Herculano.

«Finalmente, no mez ultimo, o sr. Agostinho Fortes, a pedido da Academia de Estudos Livres, apresentou na camara municipal uma proposta, approvada por acclamação, para que fosse collocada uma lapide commemorativa no predio do Pateo do Gil, n'esta cidade, onde nasceu o grande portuguez. Como se vê, Lisboa teve a prioridade na idea da celebração do centenario de Herculano».

*

Digamos, como comentário a êste documento, que seria justo ter sido feita nêle a evocação do nome de Gomes de Brito. Não se fêz porque a Academia de Estudos Livres ignorava então ter sido Gomes de Brito quem

lançou primeiro a público a ideia da comemoração. Eu conto o que soube depois:

Foi em 1906. O nosso bom amigo Matos Sequeira publicara no número de 11 de Junho da *Illustração Portugueza* (2.ª série) um valioso artigo acêrca-de Herculano, intitulado «*Uma genealogia interessante.*»

Matos Sequeira, baseado na certidão de baptismo do Mestre, afirmou nesse estudo que Herculano nascera em 28 de Abril de 1810.

Gomes de Brito combateu energicamente tal informação em carta publicada no *Dia* e datada de Julho de 1906. É no final dessa carta que se lança a ideia da celebração do centenário de Herculano, nos seguintes e vibrantes termos:

«*Que o povo de Lisboa, pois, se lembre que em 28 de Março de 1910 se completarão cem annos que nasceu dentro della o auctor egregio da Historia de Portugal*».

A questão levantada em volta da data do nascimento de Herculano renasceu em 1910, levando a comissão do centenário (já então a funcionar na Sociedade de Geografia, que conseguira unir todos os grupos académicos de Portugal), levando a referida comissão, repito, a resolver que as festas comemorativas se realizariam no periodo decorrente entre 28 de Março e 28 de Abril de 1910.

Mais tarde provou-se, com documentos irrefragáveis, que a razão estava tôda do lado de Gomes de Brito. Um êrro na certidão passada pelo coadjutor de Santa Isabel, José Gonsalves Ferreira, que baptizara Herculano em 28 de Abril de 1810, deu causa a questão tão acalorada, quási 100 anos depois! Herculano festejou sempre o seu aniversário em 28 de Março: há cartas dêle, confirmando o facto.

*

Não foi êste o único incidente que perturbou a ce-

lebração do centenário: outro houve que alvoroçou muito a opinião liberal — a recusa do Colégio de Campolide a tomar parte no cortejo cívico aos Jerónimos e nas outras festas comemorativas. A imprensa ocupou-se do caso. A *Lucta*, da direcção do sr. dr. Brito Camacho, ocupou-se superiormente do assunto. O *Portugal*, dirigido pelo P.[e] Lourenço de Matos, professor da Casa Pia, defendeu com valor a direcção do Colégio de Campolide. Mas a batalha não transpôs então os limites de polémica acalorada; e no dia 28 de Abril de 1910 eram encerradas as festas do centenário com o cortejo cívico que saiu da Praça do Comércio a caminho de Belém, onde foi esparzir flores sôbre o túmulo de egrégio publicista — erguido pela gratidão nacional na majestosa Casa do Capítulo dos Jerónimos.

*

A evocação dêstes acontecimentos em que, repito, me achei envolvido, traz-me saudades do tempo passado. Em 24 anos, ¡como a face do mundo mudou, como os velhos se sentem desnorteados!...

J. Cardoso Gonçalves

COMO CHEGOU A PARIS A NOTÍCIA DO TERREMOTO

ODE dizer-se que um dos acontecimentos que maior número de publicações tem provocado em Portugal, foi o pavoroso terremoto do dia de Todos-os-Santos do ano de 1755. As descrições, mais ou menos fantasiosas, da literatura popular e os trabalhos de caracter científico formam uma extensa bibliografia do terrivel cataclismo.

É, porém, sempre interessante qualquer referência, por mais aparentemente insignificante, que venha acrescentar um pormenor inédito, uma notícia curiosa, à longa série das informações coligidas. Veremos, pois, como a triste nova dessa horrorosa catástrofe chegou ao conhecimento da legação de Portugal em Paris, segundo um extracto do ofício que o nosso representante diplomático remeteu para a Côrte, a 24 daquele trágico mês de Novembro:

«... Louvada seja a divina bond.e q. se serviu preservar as preciozas Vidas dos Reis N. S.es e mais Real

familia do funesto estrago que Cauzou nessa Cid.e o terremotto Succedido no 1.o deste Mez cuja Not.a chegou a esta Corte na Madrugada deterça feira passada 18 do Corrente, dia em q. fomos Comprimentar S. M. Xp.a pelo Nascimento do Conde de Provença; mas o Sobredito Monarcha logo que entramos na Sua Camara sem esperar que o felicitassemos, veyo a Mim para meperguntar se tinha recebido Noticias de Lisboa; e dizendolhe que naõ sabia mais que as da posta do 21 de 8.bro e que Se havia alguma ulterior q. S. M. houvesse sido informado quizesse ser servido participarme. Me dice, com demonstraçoens de grande magoa que por hum Cor.o de M. de Bachi tinha recebida a triste nova da ruina de Lisboa ajuntando que S. S. M. M. e a Sua Real familia Se tinhaõ Salvado no Sitio de Bellem onde Se achavaõ e felicitandome pela Concervaçaõ de Suas preciosas vidas, Me encarregou de fazerlhes presente quanto sentia taõ grande desgraça . . . .

«Logo que sahi do aposento de El Rey fuy a Caza de M. Rouillé que Me Comunicou a Carta do Conde de Bachi na que vi Com a Maior dor do Meu Coraçaõ a horrorosa Narraçaõ que fez do estrago da nossa infausta Capital e da grande Mortandade dos seus habitantes.

«A minha excessiva e justa dor por tão infeliz Successo me naõ tem permitido Sahir de Caza onde em Comp.a do Ballio D. Joaõ de Souza e D. Henrique de Menezes estamos esperando Com impaciencia e temor a chegada da posta futura para Sabermos alem da perda geral que exprimentamos a que Cada hum em p.ar devera Sentir porque em taõ infeliz estrago Naõ podemos esperar excepçaõ, e naõ havendo visto por esta triste razaõ Mais que o Emb.or de Espanha que nos faz fiel e Sincera Companhia na nossa disgraça, não tendo Sabido Cousa alguma de Noticias publicas que possa

refferir a V. Ex.ª nem quando as soubesse teria força para participarlhas pelo abatimento em que me tem posto a nossa Comum infelicidade».

". . . . . "

Estamos a ver a aflição dêsses desgraçados, sem notícias que os tranquilizassem acêrca da sorte dos parentes, dos amigos, supondo derruídas as suas casas, arruïnados os seus bens, soterrados nos escombros os entes mais queridos; condenados a esperar intermináveis dias a vinda, sempre morosa, do postilhão que, depois da longa travessia da Espanha, sujeito a um provável mau encontro, e das extensas caminhadas pelas estradas francesas, lhes traria, — sabiam lá, — a confirmação da sua angustiosa incerteza.

J. M. Cordeiro de Sousa

UM CRIME NO MAR EM 1780

NTRE as minhas estampas de gravadores portugueses, existe uma, aberta por Godinho sôbre um desenho de M. de Matos, em fôlha inteira e de aparatoso aspecto, onde se representam com invulgar abundância de letreiros explicativos, as cenas de um crime monstruoso cometido no mar, perto de Lisboa, no reinado de D. Maria I.

A estampa, que mede 420×305 mm., figura um motivo arquitectónico, com peristilo—*Templum justitiae*, onde sobressaem dois paineis episódicos da tragédia, entre os quais, numa edícula, avulta um anjo vestido à romana, de balança na mão esquerda e espada erguida na dextra, pronta a ferir, assim etiquetado: *Justitia vindex*. Numa cartela sobrepujante, lê-se: *Nemini parcit*. O simbolismo completa-se, na base, com os emblemas da justiça.

As legendas, numerosas e explícitas, pormenorizam o sucesso criminoso de maneira a completar a referência genérica, inscrita numa extensa fita, que corre superiormente, dêste modo:

Verdadeira reprezentaçaõ do horrorozo atentado sucedido no navio sueco Patristen, que se praticou na noute de 2 de junho e na manhaã do dia seg.te do anno de 1780.

Em baixo, esta nota elucidativa:

Sete foraõ os agressores deste delito V castelhanos e II portuguezes.

Nas suas linhas gerais, eis o que a estampa encerra.

A simples leitura dos letreiros é suficiente para nos esclarecer àcêrca do crime, que tanta impressão produziu, pela ferocidade revelada, que mereceu as honras da gravura.

Mas um relato circunstanciado dessa triste façanha de banditismo, existe ainda, feito pelo doutor José Pedro Ferraz Gramoza, juiz do crime na côrte, o qual corre impresso no livro *Successos de Portugal, Memorias historicas politicas e civis, em que se descrevem os mais importantes successos occorridos em Portugal desde 1742 até ao anno de 1804*, publicado em Lisboa por Francisco Maria dos Santos, em 1882.

Nele se baseia a narrativa subsequente.

Na manhã de 3 de Junho aparecia, próximo a Cezimbra, um navio ao abandono que vinha encalhar na praia da Albufeira. Gente marítima da localidade, como ficassem sem resposta os brados que dirigiram, penetrou a bordo. Um triste espectáculo se lhes deparou: na tolda jaziam três cadáveres ensangüentados.

Arrombada a câmara, cuja porta se achava pregada, nova visão de horror a surpreendia: no recinto estavam dez corpos, de mãos atadas para as costas, cobertos de ferimentos, e estrangulados com cordas.

Uma só das vítimas dava sinais de vida, sendo logo conduzida para terra.

Êsse navio, de nacionalidade sueca, tinha saído na véspera de Lisboa, com destino a Génova. Chamava-se *Paristen*, ou, segundo a gravura, *Patristen*.

Era seu capitão Jés Plausen, compondo-se a tripulação de dezessete homens. Conduzia como passageiros o presbítero João Ferro Peres, sobrinho do célebre David Peres, mestre da música da câmara real, João Ambrósio Penco e João Luiz Eliziardi, negociantes, e ainda um espanhol, António José, por alcunha o *Clavineiro*, que tinha embarcado alguns rolos de tabaco.

O ferido era o passageiro Eliziardi, o qual sobreviveu dez dias.

Da gente que ia a bordo só escaparam três homens: dois que por acaso estavam no porão, e lá se ocultaram ao ouvir gritos, e um que se lançou ao mar com mais sete companheiros, os quais pereceram. O marinheiro salvo foi alvejado a tiro, podendo escapar pelos mergulhos que fêz. Um barco da Ericeira, que se dirigia à barra, recolheu-o.

O crime, causa de dezenove mortos, teve por móbil o roubo. Planeou-o o espanhol António José, cujo nome verdadeiro era Diogo Félis Lavado, «contrabandista famoso e ladrão por ofício», já conhecido como tal no Alentejo.

Combinou com o capitão descarregar os rolos de tabaco nuns barcos que à noite para êsse fim apareceriam, visto ser seu propósito enviá-los para Espanha. O capitão, ganancioso, contra os regulamentos, aquiesceu, auxiliando, sem querer, o plano facinoroso do *Clavineiro*.

Como soubesse êste, que os passageiros levavam «com sigo bastantes riquezas em dinheiro, joias, e outras alfaias de valor, que haviaõ adquirido, o Presbíte-

ro Peres, como herdeiro de seu Tio David Peres, os dois com o seu commercio, determinou aproveitar esta ocaziaõ de saciar a sua avareza e exercer a sua depravada fereza».

O tabaco fôra o pretexto para se instalar a bordo.

Pela meia noite, um tiro de pistola dado pelo *Clavineiro* era o sinal da investida. Os celerados seus auxiliares, com armas brancas, numa abordagem satânica, tratam de assassinar marujos e passageiros, que, surpreendidos, mal se defendem.

Tabaco e haveres passam para três barcos que os bandidos levavam; desembarcam o tabaco na Quinta do Rodelo e tentam entrar a barra de Lisboa; mas o encontro do barco da Ericeira, onde ia o marinheiro salvo, força-os a mudar de rumo.

No mesmo dia 3 arribam ao Portinho da Arrábida. Subiram ao alto da serra e, no dia seguinte, depois de alugarem cavalos para o transporte dos roubos, vão até ao sítio de Cabanas, junto de Palmela. Permaneceram até ao dia 5 em vários lugares das proximidades, separando-se então, com receio de serem apanhados.

Nessa altura já havia ordens «muito recomendadas» para os prender a todos.

Dois espanhois, os irmãos Monge, são capturados em Évora, não sem terem disparado tiros de bacamarte sôbre o oficial que efectuou a diligência, ferindo-o.

Os portugueses Plácido Fernandes Maciel e José da Cunha Cerqueira, tendo-se dirigido para Lisboa, em breve caíam nas mãos da autoridade.

Recolheram todos ao Limoeiro.

Os outros espanhois, incluindo o *Clavineiro*, conseguiram passar a fronteira.

Nas devassas que tiveram lugar, foram pronunciados os cinco espanhois e os dois portugueses, bem como os barqueiros que os conduziram; êstes últimos apenas ficaram incursos no delito de contrabando.

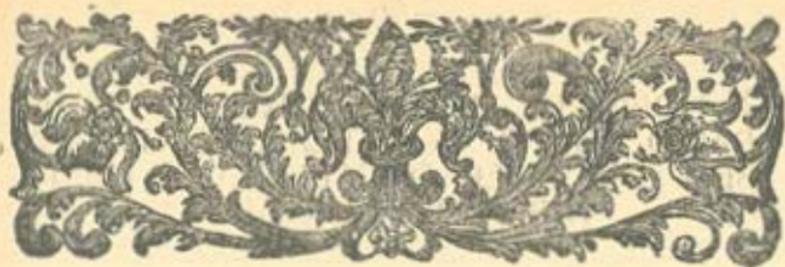
O prêso Cerqueira morreu na enfermaria da cadeia antes do processo concluído.

A justiça foi feroz.

Os réus João Paulo Monge, António Joaquim Monge e Plácido Fernandes Maciel foram condenados a «serem com Baraço e Pregaõ arrastados á cauda de cavalos, e levados pelas Ruas publicas desta cidade á praça chamada do Dezembarque junto da Ribeira Nova, aonde em Forca, que nesse sitio se levantará, morreraõ morte natural para sempre, e separadas as cabeças se poraõ em Altos Postes nas Praias de Albufeira, e seos corpos feitos em quartos seraõ igualmente postos nas Praias mais publicas do lugar da Forca athé ao Caes de Belem, aonde estarão athé que o tempo os consuma.»

Aos reus ausentes, os espanhois António José, o *Clavineiro*, ou Diogo Félis Lavado, Inácio Dias e João Martins Polido, coube a mesma pena. O acórdão lançado pelo corregedor do Crime da Côrte, o dezembargador Henrique José de Mendanha Benavides Circe, em 11 de Agôsto de 1781, determinava «para cada huma das pessoas do Povo os poder matar, naõ sendo sua inimiga».

Três dias depois, a 13 de Agôsto, era executada «em tôdas as suas partes» esta bárbara sentença, muito de harmonia com os costumes do tempo, mas de resultados duvidosos na repressão da criminalidade.

Pedro Vitorino

A MODA FEMININA DOS CABELOS CURTOS

SONETO anónimo que vai ler-se, inteiramente inédito, constitui uma revelação para a maioria dos leitores. Prova-se, mais uma vez, a verdade do aforismo ***nihil sub sole novum***, e que data por vezes de muitos anos, e até de séculos, o que supúnhamos ser uma invenção dos nossos dias.

¿Como seria o corte? *À garçonne? À Joãozinho?* Investiguem o caso os cabeleireiros de senhoras, para o apontarem como justificação do suposto modernismo.

Foi encontrado o soneto por um amigo da *Feira* numa miscelânia do século XVIII, mutilada em várias páginas no comêço e no meio do volume.

Pela comunicação desta curiosa peça, em que o valor documental sobreleva a mesquinhez literária, os meus agradecimentos àquele amigo, um ilustrado jornalista que me pede para deixar na sombra o seu nome.

C. M.

À HORRIUEL MODA, E INVENTO TEMERARIO, COM Q. AS BELLEZAS CORTEZÃNS SEM LHE DOER O CABELLO SE OBSTINARAÕ EM CORTALLO

SONETO.

Quem vio no Mundo enfeite taõ daninho
ao mesmo genio femenino, ingrato?
O cabello deixar de ser ornato
e vir o tosquiado a ser alinho:

Com cabeça rapada, inda hum Arminho
do mais vil catimbáo[1] fica retrato,
e a hua[2] calva, de barato
lhe dá a gente o pareçer focinho:

Hum nouello (cansandosse a compollo)
a tal cabeça asim sem mais cabello
he molde de hum enfeite, hoje o mais tollo.

E qual será (receyo de dizello)
qual será o trapinho, q. he o miollo,
em que deve dobarse este nouello?

---

(1) Homem ridículo e desprezível.

(2) Falta aqui uma palavra (possìvelmente, *qualquer*) qu[e] concertaria o decassílabo.

O TEATRO DA «SOCIEDADE THALIA»

OUSA Bastos, no seu interessante livro *Carteira de um artista*, fixa a localização dêste teatro, onde funcionava a *Sociedade Thalia*, no antigo palácio dos Condes de Rezende, a Santa Clara, em que, presentemente, se acham instalados vários estabelecimentos, pertencentes ao Ministério da Guerra, como as Oficinas Gerais de Fardamento e Calçado, o Arquivo Histórico Militar e o Arquivo Geral daquele ministério.

Não se encontram, naquele livro, outros elementos, nem para a história do teatro, nem para a da referida sociedade dramática.

Porém, como possuimos alguns elementos para a sua história, entre êles oito curiosos programas de diversas representações nele havidas, raríssimas espécies bibliográficas que nos foram gentilmente oferecidas pelo sr. Marquês de Faria, aqui os apresentamos aos investigadores da arqueologia do nosso teatro, afim de serem por êles completados.

Ignoramos quem fôsse o presidente desta sociedade de amadores dramáticos, mas sabemos que dela foi vice-presidente Almeida Garrett, conforme nos informa o seu biógrafo.

O teatro abriu as suas portas na noite de 11 de Abril de 1844, levando à cena duas comédias: *A virtude triunfante do engano,* de que se não indica o autor e *O tio Simplício,* que, também, vem anónima, mas que é de Garrett e o drama histórico em francês *Madame Lavalette,* de que ignoramos o autor.

Nos seus interessantíssimos prólogos escreveu o autor a propósito desta inauguração: O Tio Simplicio foi composto para a abertura do elegante theatro da sociedade denominada de Thalia onde concorrem como actores e espectadores as primeiras pessoas e as principaes familias do reino. O auctor é vice-presidente d'aquella esplendida sociedade, e como tal a quiz brindar com uma composição nova. Representou-se com naturalidade e primor, obteve geral applauso, e repetidas vezes alli tem ido à scena. É tempo que desça dos circulos exclusivos da nobreza para a exposição popular e que o reportorio do nosso theatro nacional adquira, como tanto precisa, mais uma composição do autor de Gil Vicente.»

Durante o ano de 1844 certamente se deram outras récitas, porém apenas temos o programa da noite de 17 de Janeiro do ano seguinte.

Nela se representaram as comédias anónimas *O diplomata* e *A herdeira.*

Do ano de 1845 possuimos o programa da récita de 7 de Abril, em que foi à cena uma comédia em francês, de Mellesville, Labriche e Lefranc, com o título de *Les circonstances attenuantes* e a farça, em um acto, imitada do francês, *Fallar verdade a mentir*, de que se não menciona o nome do autor.

Esta última, imitação do *Menteur veridique* de

Scribe, é de Garrett que, dela, escreveu o seguinte: «A ideia geral tambem é do reportorio francez, como a antecedente *(O Tio Simplicio)*; mas a ideia é o menos aqui, apezar de galante e ingenhosa».

À sua representação neste teatro se refere Garrett: «Egualmente foi composta esta peça para o theatro de Thalia, e n'elle representada com muita acceitação e applauso».

Na noite de 29 de Janeiro de 1846 foram representadas duas peças, um drama em francês, *Édouard en Écosse, ou la nuit d'un proscrit*, de autor desconhecido e uma comédia em português *Os projectos de casamento*, de autor tambem ignorado.

Entre os amadores que desempenharam o primeiro conta-se Almeida Garrett que, como se sabe, já em Coimbra, quando ali freqüentara a Universidade, entrara em diversas representações teatrais académicas e que, depois, em Lisboa, fizera o papel de Bruto no seu drama *Catão*, representado no teatro do Bairro Alto e ainda, mais tarde, o papel de Telmo no seu maravilhoso drama *Frei Luiz de Sousa*, que se representou, pela primeira vez, no teatro da Quinta do Pinheiro, pertencente a Duarte de Sá, situada entre Palhavã e as Larangeiras.

Na *Revista Universal Lisbonense* de 5 de Fevereiro dá-se notícia desta festa: «A Sociedade Thalia deu no dia 30 (o programa é de 29) de Janeiro proximo passado uma recita no seu Theatro, e um baile. A direcção tinha-se empenhado para que nada faltasse, assim nos arranjos e ornatos da casa, como na disposição dos divertimentos da noite; e póde lisonjear-se de que aquelle estabelecimento tem prosperado muito e promette ainda melhoramentos consideraveis. Representaram-se duas peças, uma franceza outra portugueza: em homenagem á modestia de cada um dos actores diremos apenas em geral, que a execução foi excellente, e que os applausos

dos expectadores não podiam considerar-se como um acto de civilidade, mas sim como espontaneo tributo de admiração ao talento. Perto das cinco horas da manhan ainda se dançava, e todavia ouvimos que não fôra este um dos bailes mais animados d'aquella casa!»

O jornal da época *Jardim das Damas* deu, igualmente, notícia desta noite, que, também, diz ter sido em 30 de Janeiro, informando que houvera grande e brilhante concorrência.

Na noite de 19 de Fevereiro de 1846 repetiu-se a comedia vaudeville *Les circonstances attenuantes,* com alterações no seu desempenho e representaram-se, pela primeira vez, a comedia *Quem tudo quer tudo perde,* de José da Silva Mendes Leal Júnior e a comédia «vaudeville» *Les rendez-vous bourgeois,* de autor desconhecido.

Em 25 de Abril levou o mesmo teatro à cena duas peças: uma comédia em francês, *La boulangère a des écus,* de Théaulon, Gabriel e Charles Dunoyer e outra comédia em português *As profecias do Bandarra,* por Almeida Garrett.

Parece que a *Sociedade Thalia* havia já representado o drama *Frei Luiz de Souza,* de Garrett, pois no *Jardim das Damas,* vol. III (1846-1848), a pág. 125, n.º de 12 de Setembro de 1846, encontramos referência a ter a dita sociedade, «*que já com tanta gloria representou o Fr. Luiz de Souza do Snr. Garrett*, o assentimento deste para, de novo, representar no theatro da rua dos Condes essa obra prima do nosso theatro, da maior parte das pessoas só conhecida pela leitura; e de certo a illustre Sociedade não se negará, como presadora da arte, a proteger um actor desvalido (João Anastacio Rosa), que tanto o merece».

Das récitas havidas desde esta última data até ao fim do ano de 1847 não temos qualquer noticia. Natu-

ralmente os acontecimentos políticos da época — a revolução da Maria da Fonte e a Patuleia, impediram que nesse longo período de tempo, continuassem aqueles interessantes divertimentos.

Socegados os ânimos e pacificado o país, voltou a abrir-se o teatro.

Na noite de 11 de Fevereiro de 1848 representaram-se a comédia «vaudeville» em francês *La lectrice ou Une folie de jeune homme*, de Bayard, e a comédia portuguesa *Quem porfia mata caça*, de José da Silva Mendes Leal Júnior.

Encontramos na *Revista Universal Lisbonense* uma desenvolvida notícia acêrca desta recita, na qual se faz um rasgado elogio aos amadores que se encarregaram dos diversos papéis nas duas referidas comédias.

Para se fazer ideia do êxito da representação transcrevemos êste período: «A representação da noite de 11 causou-nos tão forte impressão por vermos comprehender uma arte difficil da maneira, que por desventura nossa, se não comprehende fóra d'aquella casa, que não podémos resistir á tentação de traduzirmos nestas linhas o que sentimos á vista de tanto prodigio.» No final da récita «um dos nossos mais mimosos poetas contemporaneos», lê-se na mesma revista, saudou com uns «lindos e delicados versos», que ali se transcrevem, as senhoras que representavam no teatro da Sociedade Thalia, «escolhida Sociedade, que com tanto ardor e gloria está concorrendo mui poderosamente para que a Arte Dramatica seja em Portugal o que deve ser».

No *Jardim das Damas* alude-se a estas récitas de carnaval: «Na Thalia esteve menos gente do que no primeiro baile, e as peças dramaticas, apezar de mais ligeiras do que na primeira recita, como pedia a estação não foram menos bem desempenhadas».

Na noite de 4 de março foram à cena: a comédia *Bedlam*, traduzida por Duarte Cardoso de Sá e a comé-

dia «vaudeville» *Zoé ou L'amant preté*, de Scribe e Meslesville.

Sôbre o seu desempenho se manifestou aquela revista por estas palavras: «A representação da Sociedade Thalia em 4 deste mez, foi uma das mais agradaveis reuniões, que o carnaval promoveu no presente anno. É para admirar como os illustres socios, que se dignam representar, se dedicam com enthusiasmo e afinco ao estudo de uma arte tão difficil. ¿Quem diria, assistindo á representação de 11 de Fevereiro que antes de um mez, teria o prazer de vêr outra, entrando em scena algumas das pessoas que se haviam admirado na primeira? Ainda mais um motivo existe para nos maravilharmos com esta representação pela quadra em que se ensaiou; foi aformoseada por brilhantes e repetidos bailes dos quais por força, que um dos maiores encantos consistiu na presença dos illustres actores: mas ninguem se lembraria de tal, vendo o esmero com que a representação correu. Constava de duas peças, uma em portuguez, outra em francez. Havia desejos de representar uma em hespanhol, mas não cabia no tempo de modo nenhum».

Na revista faz-se ainda a crítica elogiosa da forma como os actores se houveram no desempenho dos seus respectivos papéis.

Outros atractivos houve nesta festa, como se refere na mesma notícia: «Foi a representação adornada com o chistoso intervallo de uma engraçada canção franceza, meio comicamente cantada por um dos Srs. Sás vestido de mulher. Finda a representação houve um baile explendido, baile, no qual os actores e espectadores se confundiram para constituir uma magnifica e interessante reunião animada pelo prazer que sempre se encontra em assembléas tam distinctas como as que sempre ha na Sociedade Thalia».

Alem dos oito programas de que nos servimos, não

possuimos outros que nos habilitem a dar notícias das representações havidas no teatro da Sociedade Thalia, além daquelas de que tratamos.

Porém, na já mencionada *Revista Universal Lisbonense*, no seu n.º 5 de 7 de Dezembro de 1848, encontramos esta interessante informação acêrca de projectadas récitas a efectuar nesse teatro: «Esta mui intelligente e elegante Sociedade prepara para este inverno alguns dos seus encantadores serões. Antes do fim do mez que vem, os distinctos associados representarão uma comedia do Sr. Corvo *Um conto ao serão*. O auctor escolheu a epocha de D. João V, e dizem-nos que foi tão feliz no desempenho do seu trabalho, como na escolha do assumpto. A nossa litteratura dramatica precisa que homens de talento como o Sr. Corvo, retratem algumas das epochas da nossa historia, com as côres proprias da alta comedia».

A representação desta comédia ficou adiada pelo motivo exposto por *Sallustio*, na *Revista de Lisboa*, secção especial do *Jardim das Damas*, no seu número de 9 de Dezembro:

«A assembleia dramatica Thalia ia começar as suas sessões dramaticas, quando a morte de um parente de alguns dos illustres actores veio retardar esta brilhante diversão. O primeiro espectaculo será a representação de uma comedia original do snr. Corvo de subido merito.»

Não sabemos se a representação da comédia de João de Andrade Corvo, chegou a efectuar-se, pois no número daquela revista, de 18 de Janeiro de 1849, apenas encontramos, a êste respeito, a seguinte lacónica notícia, que, possivelmente se lhe referirá: "Consta-nos que a representação e baile do dia 13 (de Janeiro) estiveram mui brilhantes. A representação, como sempre, correu primorosa; o baile esteve muito animado.»

Na revista *Jardim das Damas*, n.º 2 de 1849 en-

contramos notícia mais desenvolvida da festa realizada naquela noite: «A Thalia deu a sua primeira função. Representou a *Clemence* de M.me Ancelot *Un Caprice*, proverbio por m. Alfred de Musset. Excelente peça e soberbos actores, a maior parte conhecidos pelos seus talentos scenicos. Debutou uma interessante actriz a sr.ª Georgina Garcelaker, que desempenhou o seu papel de um modo admiravel, e o sr. Henrique O'Neill excelente actor no Theatro Academico de Coimbra, que revelou no desempenho da sua parte, uma não vulgar intelligencia e delicadesa artistica.»

Termina este local com uma referência à proxima recita: "O segundo serão theatral da Thalia será antes do meio do proximo fevereiro. Ha duvida ainda se se representará a linda comedia do sr. Corvo *Um conto ao serão.*"

A mesma revista informa que a *Sociedade Thalia* dará baile no carnaval de 1849.

Mais adiante, realizada esta festa, desfaz-se em elogios: «O que muito me admirou foi ter ouvido dizer a algumas pessoas desanimadas que a Thalia estava em decadencia, e ia passando de moda! Vi o contrario: a concorrencia foi muita, e o enthusiasmo geral nos concorrentes, e nas mãos de uma direcção tal como a da Thalia nunca nenhuma sociedade pode singrar. De facto ella vai empreender uma obra, que a ha-de eternisar levando á scena pela paschoa a melhor composição dramatica dos tempos modernos — o Fr. Luiz de Sousa — do nosso primeiro poeta o sr. Garrett; cujo talento pasmoso o faz sempre ser o primeiro em todos os generos de litteratura no nosso paiz, como é tambem o primeiro orador d'elle, rivalizando, senão excedendo os mais distinctos litteratos da Europa. Eia pois, gente de gosto de Lisboa, ide gosar o que ha de belo á Thalia».

Não conseguimos apurar, se realmente, foi, novamente, levado á scena, no teatro da Sociedade Thalia,

a admirável tragédia de Garrett.

Ainda a mesma revista informa que na primavera dêste ano se realizou um baile, por sinal, muito concorrido.

Desta data em diante até inicíos de ano de 1851 nada rezam os nossos apontamentos.

Voltamos a ter notícias dêste teatro no numero da *Revista Universal Lisbonense*, de 20 Fevereiro dêste ultimo ano.

Ali vem, efectivamente, um artigo intitulado *O primeiro baile da Thalia (Chatterton)*, assinado com o pseudonimo *Tacitus*, (talvez Garrett) que se ocupa de uma récita efectuada neste teatro em noite indeterminada.

Nela se representou o drama *Chatterton* de Alfredo de Vigny, que, com grande arrôjo, como diz o articulista, ali foi levado à scena.

Acêrca do seu desempenho lê-se no referido artigo: «O C. é um drama que se não lê impunemente, que menos impunemente se vê representar; e muito menos impunemente quando é levado á scena pelos amaveis artistas, que compõem o quadro da Thalia. Artistas de sociedade, e da boa, e da mais distincta; com mais escolla, do que aquelles que a deviam ter, com mais génio e inspiração, que todos esses que povoam a scena portugueza».

E, mais adiante, afirma ainda: «O C. foi representado na Thalia, com estimavel senão admiravel exito.»

À representação seguiu-se um animado baile, que arrancou ao articulista estas palavras de admiração: «Emfim foi uma noute magnifica, e cheia.»

¿Como acabou êste teatro? Como se dispersaram os membros desta sociedade? São preguntas a que não sabemos responder.

Para concluir estas notas mencionaremos, extraindo-os dos programas já indicados, os nomes dos principais actores-amadores que entraram nas récitas reali-

zadas, com tanto exito e brilho no teatro de que nos temos ocupado.

Entre as senhoras aparecem alguns nomes dos mais ilustres da alta sociedade de então, como a Duquesa da Terceira, as marquesas de Fronteira e de Subserra, a Condessa da Lapa, a Viscondessa de Asseca, Baronesa de Mercier, D. Maria da Madre de Deus Azevedo Coutinho, D. Emilia Kruss, D. Virginia e D. Carlota O'Neill, D. Maria Joana Ludovice Curvo Semedo, D. Maria Madalena de Noronha, D. Maria da Piedade Palha, D. Amália Manuel de Menezes, D. Maria Joana Delgado, etc.

Entre os cavalheiros, igualmente figuram nomes dos mais representativos da fidalguia, do exército e das letras da época, como o marquês de Subserra os condes de Melo e de Farrobo, Barão de Mercier, Antonio José de Serra Gomes (futuro marquês de Penafiel), Almeida Garrett, António Pereira da Cunha, Alexandre Magno de Castilho, Ernesto Biester, José Maria de Sousa Lobo, Duarte Cardoso de Sá, D. Luiz e D. António da Câmara Leme, José Osório de Castro Cabral e Albuquerque, Inácio da Cruz Guerreiro, José e António Maria Berquó, D. José de Alarcão, António de Vasconcelos Pereira Coutinho, Luiz Aranha da Costa Falcão, Francisco de Azevedo Coutinho, D. Pedro de Mendonça, Augusto de Faria (pai do sr. marquês de Faria), António, Francisco e Luiz de Carvalho e Daun, Augusto Peixoto, D. Vasco da Câmara, Carlos e Francisco de Sá, José de Siqueira Freire, Francisco da Costa e Silva, Carlos Munró, Sebastião de Sampaio Melo e Castro, Izidoro Herculano Curvo Semedo, António Maria Leite de Sousa, Joaquim José de Azevedo, Estêvão José Pereira Palha, Duarte Cardoso de Sá Júnior, Gaspar Schindler Júnior, Francisco Walsh, José de Groot Pombo, José Frederico Pereira e Costa, João Pereira Costa, Manuel de Sampaio, D. António de Melo, D. Francisco de Almei-

da, D. António de Saldanha da Gama, D. Caetano Portugal, D. João de Melo, Francisco de Santa Bárbara e Moura, D. Francisco Rafael Figueras d'Oubril, etc.

Oxalá estas ligeiras notas despertem em algum leitor, se o tiverem, o gôsto de as completar para curiosidade dos amadores destas velharias.

HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA

DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

NOTULAS DE VIAGEM

I — AZULEJOS DATADOS.

Na igreja-monumento nacional de S. Quintino (ou Santo Quintino, como dizem os moradores), no concelho do Sobral de Monte Agraço, e datada de 1535, tive há dias ensejo de ver uma cartela de azulejos, azul sôbre branco, estilo D. João V, de que Vergílio Correia não fala em nenhuma das edições do vol. *Azulejos datados.*

Referem-se-lhe levemente o *Guia de Portugal* (ed. da Bibl. Nac.) vol. II, pág. 543, e Matos Sequeira in *Excursões ao termo de Lisboa — Relatorio da Comissão... da Ass. dos Arch. Portug.* Lisboa, 1916, pág. 13; mas o 1.º não insere o texto e o 2.º transcreve apenas, e inexactamente, metade dos dizeres da inscrição.

Ela aí vai, na pitoresca ortografia do pintor oleiro:

NO ANO DE 1738

Se detirmino a hobra do azoleizo q. tem o corpo da igreiza e sencertia [1] *e pia de bastizar en q. he uigario o Rv.º p.e quintinho Jorze o luis friz.º o esciram* [2] *Ant.º da S.a Manoel da rosa e toda a meza den.a s.a dapiadade.*

II — AZULEJOS DE FIGURA AVULSA.

Numa rápida visita à igreja manuelina da Ega, concelho de Condeixa, encontrei alguns azulejos de figura avulsa que não são vulgares: um braço, cuja mão empunha um coelho, seguro pelas pernas trazeiras; uma figura simiesca, com um carapuço de forma cónica; um busto de personagem importante, de pera e bigode, cujas extremidades se alargam farfalhudas em leque; e, finalmente, uma seringa de clisteres, com a legenda *A I V D A* (*ajuda* é a designação popular de clistér), em duas linhas.

Vai no texto a reprodução dêste último.

C. M.

---

(1) Sacristia.
(2) Escrivão.

A FEIRA DA LADRA

nós, alfacinhas e moradores em Lisboa, a designação *Feira da Ladra* não nos causa surpresa alguma, tão acostumados estamos a ouvi-la pronunciar desde creanças. Mas aos habitantes do resto do paiz, e aos estrangeiros assignantes da presente *Revista*, muitas vezes terá ocorrido a interrogação: ¿o que será a *Feira da Ladra?*

A esses diremos que a Feira da Ladra é uma feira ou mercado lisboêta, cuja origem remonta ou é porventura anterior á constitüição da Monarquia Portuguêsa, e se tem mantido seguidamente até á actualidade.

Documentos antigos contêm referencias a uma feira que se realisava em Lisboa, já no tempo de D. Afonso II (1185-1223) um dia por semana, e que indicios vagos fazem presumir que teve o seu primeiro assento junto á muralha do lado sul do Castelo de S. Jorge, na esplanada ou pequena praça ou largo ainda hoje chamado Chão da Feira. Foi esta a avó da nossa actual Feira da Ladra.

Não abrangendo o comércio de carnes, peixe, legumes e frutas verdes, que é provável que já então estivesse estabelecido na parte baixa da cidade, próximo do rio, pelas visinhanças do Terreiro do Paço, na feira junto ao Castelo negociava-se naturalmente tudo o que constitui objecto de uso doméstico, vestuário, calçado, legumes e fructas secas, etc., como ainda acontece nos mercados ou feiras moveis de abastecimento das nossas vilas e aldeias, não faltando também os objectos usados de que cada um se queria desfazer, expostos em barracas, no chão, ou em cabides improvisados com pregos nas parêdes.

Por fim, com o volver dos anos, a feira, como ainda hoje se realiza no Campo de Santa Clara todas as semanas, às terças-feiras e sábados, perdeu todo o característico de mercado abastecedor, e é apenas um repositorio de miserias, de trapos e ferros-velhos, de mistura com alguns artigos de indústria barata ou caseira.

*

Depois de ter permanecido durante muitos anos junto do Castelo de S. Jorge, a feira passsou a realizar-se n'outros sítios de Lisboa.

No 2.° quartel do século XV, em 1430, efectuava-se já no Rocio, [1] e aí se conservou durante todo o século XVI, XVII, e metade do XVIII, o que é comprovado por muitas passagens dos livros dos autores que adiante se citam, na *bibliografia*.

Os livros antigos, dos séculos XVI e XVII, dizem-nos que, além dos artigos domésticos, de vestuário, de calçado, e objectos usados, também na feira se negociava cumulativamente gado cavalar e asinino (cavalgaduras ou bêstas, expressões que não tinham signifi-

---

(1) Rocio da Feira, na freguezia de S.^TA Justa. —*Chancelaria de D. João I*, livro 4.°, fl 126 v.

cação depreciativa).

Na planta topografica do Rossio, levantada em 1750 por Guilherme Joaquim Paes de Menezes e Thomaz Roiz da Costa[1], está indicado por *Feira das Bestas* o largo ao norte do Convento de S. Domingos, aproximadamente no sitio do actual Largo de S. Domingos, o que mostra indirectamente que ainda na época do terremoto a *feira da ladra* se realisava no Rossio. Existe uma agua-tinta assinada Zuzarte, que representa o Rossio com a feira, pouco antes do cataclismo de 1755.

Depois do terremoto, como os locais ficaram muito confundidos com os entulhos por causa dos trabalhos de reedificação da cidade, e porque não havia determinação municipal sobre o assunto, os feirantes começaram a concentrar-se pelas proximidades do local que ocupavam, no Rossio, instalando-se nas novas ruas que se rasgaram nas antigas hortas de Valverde; e por isso o edital de 27 de Novembro de 1809 veio fixar oficialmente a feira no local que os feirantes haviam escolhido, preceituando que ela fosse desde o Largo da Praça da Alegria, seguindo a frente do Chafariz (*que ficava situado na Praça da Alegria de Baixo, junto á porta norte do Passeio Público*), e a Rua Occidental do Passeio Público, até ao Palacio do Marquez de Castelo-Melhor (*começo inferior da Calçada da Glória*).

A feira das cavalgaduras era tambem no Largo do Passeio Público (no lado sul do Passeio).

Com a tendencia natural para expansão e abuso, os feirantes estenderam-se até ao Palacio Cadaval, de forma que em 1823 a feira começava junto deste palacio, (*aproximadamente no sitio do patio da estação do Caminho de Ferro, nas trazeiras das casas da Rua*

---

(1) Veja-se a planta copiada por Júlio de Castilho que acompanha o vol. VII, 2.ª parte, da *Lisboa Antiga*.

do Principe), seguia pela rua do Principe (*pela rua 1.º de Dezembro, na parte hoje alargada, entre o Largo D. João da Camara e a Praça dos Restauradores)*, pela Praça dos Restauradores, ao longo dos prédios do lado ocidental da nossa Avenida da Liberdade, até á confeitaria estabelecida nas lojas n.ºˢ 87 e 89, subia pela desaparecida rampa que ligava as duas Praças da Alegria, de Baixo e de Cima, na ultima das quaes (*a atual Praça da Alegria*) terminava.

Nesse ano, pelo edital de 19 de fevereiro, foi ordenada a transferencia da feira de *fato e trapos* para o Campo de Sant'Ana onde se devia continuar a realisar ás 3.ᵃˢ feiras, passando a feira das *cavalgaduras* para o Campo Pequeno; essa transferencia foi no dia 18 de março do dito ano. Desde então as duas feiras desligaram-se, e passaram a ter vida independente.

Continuemos com a feira do *fato e trapos*, que é propriamente a *feira da ladra*.

Passado pouco tempo, por edital de 10 de julho do mesmo ano de 1823, foi ordenada a mudança da feira novamente para o antigo local, ao Passeio Publico, mas com o limite sul que lhe tinha sido designado em 1809, isto é, o começo inferior da calçada da Gloria.

Em abril de 1834 de novo se determinou a mudança da feira para o Campo de Sant'Ana, mas esta deliberação foi suspensa provisoriamente, em vista das reclamações dos interessados: feirantes e público.

Mas em 5 de maio de 1835 foi finalmente inaugurada a feira nêste novo local, em virtude do edital de 27 de abril do mesmo ano, que ahi a colocou definitivamente, sendo permitido efectuar-se diariamente.

Nêste sitio se manteve a feira 47 anos, até que, em conseqüencia da deliberação camarária de 19 de dezembro de 1881, e do edital de 23 de fevereiro de 1882, foi ela transferida em 4 de abril dêste ano para

Fig. 1

ARNEZ DE PARADA
de D. Sebastião de Portugal
(MUSEU MILITAR DE MADRID)

A Feira da Ladra na Praça da Alegria de Cima, nos principios do seculo XIX. Fotografia de um quadro a oleo, de Nicolas Louis Albert Delarive (n. em 1755 e + em 1818), adquirido para o Museu de Arte Antiga ha poucos anos.

A Feira da Ladra na Praça da Alegria de Cima, nos principios do seculo XIX.
Fotografia de uma aguarela de autor desconhecido, adquirida
pelo Visconde de Castilho

ESTE FORTE DNS DO
AMP^{O} MANDOU FAZER
O G^{AL} DVARTE SODRE
PR^{A} SEM NENHVA DESP
EZA D FAZ^{A}D REAL E
POR SVA ORDEM CORREO
COM A OBRA DELE FRA
^{CO}N DIAS FRANCO QVE NO
MEOV PR^{O} C^{AM}P DELE NO AN
NO DE 1706

INSCRIÇÃO DO FORTE DE MACHICO

LEITURA: — ESTE FORTE DE NOSSA SENHORA DO AMPARO MANDOU FAZER O GENERAL DUARTE SODRÉ PEREIRA SEM NENHUMA DESPEZA DA FAZENDA REAL, E POR SUA ORDEM CORREU CÔM A OBRA DELE FRANCISCO DIAS FRANCO, QUE NOMEOU PRIMEIRO CAPITÃO DÊLE, NO ANO DE 1706.

o campo de Santa Clara. Poucos dias aqui se conservou, em vista das reclamações dos feirantes, voltando novamente para o Campo de Sant'Ana, onde tambem se demorou pouco tempo, poisque, em 1 de Julho do mesmo ano de 1882, passou a fazer-se no campo de Santa Clara, onde tem continuado a tradição histórica, não só pela sua denominação, como pela indole do seu negocio, e tambem pelo facto de ser semanal, realisando-se todas as 3.as feiras; actualmente (1934), desde novembro de 1903, (deliberação camarária de 5, e edital de 12 do dito mez), efectua-se tambem todos os sábados.

*

Quando ainda estava no Campo de Sant'Ana, nos meiados do século passado, creado o gosto pelos novos modelos de objectos que a indústria estrangeira introduzia no nosso mercado, apareciam na feira boas peças de mobiliário antigas, massiças, entalhadas, louças maravilhosas, manuscritos preciosos, edições únicas ou raras, pergaminhos valiosos, gravuras raríssimas, de que os donos de casas se desfaziam para os substituir pelos moveis frageis, folheados, louças aparatosas mas baratas, objectos de pechisbeque, quadros de côres berrantes, etc., cujo cunho de modernismo fazia desdenhar do bom gosto dos nossos avós.

Na feira da Ladra, nos seus tempos aureos, encontrava-se de tudo; objectos novos, boa mercadoria, oiro de lei;artigos velhos, alguns concertados, retocados, a fingir de novos; artigos de problematica utilisação, mas qué sempre achavam um amador que os recolhia e guardava para ocasião oportuna. Aqui n'esta *Revista*, de parceria com artigos novos, de boas penas, ajuntam-se outros que se vão buscar aos desvãos dos arquivos, limpam-se, concertam-se, e oferecem-se ao publico com aspecto atraente e agradável, para conser-

vação e arquivo nas estantes dos estudiosos. Tal é o *simile* que levou a adotar para a presente *Revista* o nome de *Feira da Ladra.*

*

Um belo dia, não se sabe quando, talvez por principios do seculo XVII, na época em que a feira se fazia no Rossio, começaram a chama-la: *Feira da Ladra.*

Parece que o documento mais antigo em que se lhe dá esta denominação é uma postura que se encontra no livro de *Posturas da mui exclente e sempre Leal Cidade de Lisboa, reformadas emmendadas e recopiladas pelo Ill.mo Senado della — Anno 1610*, pag. 225. Está no livro 4.º, e tem por titulo: *Postura IIII, que nam vendam na feira da ladra.* (1)

O texto desta postura é para nós, os de hoje, um tanto confuso, porquanto diz que: *nenhuma pessoa venda nem compre cousa alguma na Feira da ladra, assim na Ribeira como na Feira do Ressio...* o que, além de levantar a duvida ¿para que serviria a feira? pode dar a entender que ela se fazia nêstes dois locaes, ou alternada, ou simultaneamente; mas tambem podem estas ambigüidades ser provenientes de lapsos da copia, *reformada e emmendada*, da postura mais antiga, para o novo livro; ou ainda, o que é mais provavel, a feira na *Ribeira* (Velha) ser alusão ao *mercado geral de mantimentos* que no princípio do 3.º quartel do seculo XVI passou para o dito local.(2) Em qualquer caso, não se compreende.

É natural, porém, que a denominação: *Feira da*

---

(1) Citada e transcrita por E. Freire de Oliveira in: *Elementos para a Historia do Municipio de Lisboa* — vol. 1.º, Lisboa, 1882, pág. 235. Idem por J. de Castilho, in: *Lisboa Antiga*, 2.ª parte, *Bairros Orientaes*, tomo VI, 1889, pág. 1[illegible]6.

(2) — Veja-se a documentação in: *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, pelo autor, 1900, pág. 256.

Ladra tenha uma origem mais remota, porquanto o livro que citámos, de 1610, é uma recopilação de posturas mais antigas, cujos originaes tambem existem encadernados em varios tomos no arquivo da Camara Municipal de Lisboa, não tendo nós tido porém ensejo de os examinar.

*

De que proviria esta denominação?

No ultimo quartel do século passado alguns escritores preocuparam-se com procurar a estimologia da denominação popular da feira, e fizeram correr rios de tinta para a explicar.

Duas versões principais se originaram; uma explica a designação pela situação originária da feira na margem do Tejo; a segunda, mais moderna, pela natureza miseravel do seu negocio.

Pretendem os primeiros, entre os quaes estão Pinho Leal (inventor da versão), (1) Alberto Pimentel (2), e o Visconde de Castilho, (3) que a designação de *ladra* seria uma corrupção de *lada*, que significaria o mesmo que *lado*, e teria origem no facto de se fazer a feira primitivamente às *Portas do Mar* ou *Ribeira Velha*, na margem (*lada)* direita do Tejo.

Esta asserção é completamente gratüita, porque não consta de documento conhecido que tivesse estado a feira algum dia em tal sítio, mas aí, sim, o mercado geral dos mantimentos, ***peixe, carne e todas as mais cousas necessarias*** (para a alimentação), o que destroe a hipótese em que os autores referidos fundamentaram a sua dedução, a qual, de resto, já foi larga-

---

(1) ***Portugal Antigo e Moderno***, vol. IV, Lisboa, 1874, pág. 171.

(2) ***Diario Illustrado***, de 1 de Outubro de 1874.

(3) ***Lisboa Antiga***, 2.ª parte, ***Bairros Orientaes***, tomo VI, 1889, cap.º XVIII.

mente combatida e destruida por Ribeiro Guimarães em longos artigos jornalisticos.

Pretendem os segundos, à frente dos quais está o Visconde de S.ta Monica, autor de um folheto que tem por titulo *A Feira da Ladra*, publicado anonimo e sem data, mas ahi por 1888, que *ladra* é corruptela de *lazaro* ou *ladro*, isto é, *lazarento, miseravel.*

Faz o paralelo entre a designação que o nosso classico Jorge Ferreira de Vasconcelos, na sua *Eufrosina* deu á feira: *feira de Santa Ladra*, querendo talvez significar *pobresa, miseria*, e a de uma feira que antigamente se realisava em Paris, a que chamavam *de Sainte Ladre*, corrupção de *Saint-Lazare*, pois que os francêses davam o nome de *ladreries* aos hospitais de leprosos, e nós hoje ainda a estes chamamos *lazaros*, e à pobresa acompanhada de miseria e imundicie: *lazeira*, termo que tambem já significou *lepra*. Acrescenta ainda que ha um insecto nojento, a que se dá o nome de *ladro*, provavelmente por acompanhar a imundicie (*lazeira*) e produzir uma irritação da pele.

Esta conjectura é regeitada pelo Visconde de Castilho, e teria possibilidade de ser verosimil se se pudesse provar que na época em que começaram a designar assim a feira ela tinha por principal carateristico ser um mercado de coisas velhas e miseráveis, o que a sua história não regista.

Deixaremos aqui consignada, a titulo de curiosidade, uma explicação muito original da origem do nome da feira, mas dada por um autor muito sério.

Diz Ribeiro Guimarães que sendo na feira o ponto de reünião de muita gente de todas as condições, e mesmo das mais abastadas, pelas muitas cousas que se vendiam na feira, e nas tendas debaixo dos arcos do Hospital (*de Todos os Santos*), os prégadores, á similhança de Fr. Antonio do Rosário, começaram a apelida-la de *ladra*, como se dissessem da *vaidade*, por ser

esta origem de muitos desvarios, e raptadores da virtude, da modestia, da sisudeza e da prudencia, e portanto causa de muitos pecados. (1)

Tributando o devido respeito ás autoridades mencionadas, permitimo-nos divergir da opinião delas, e julgamos, muito simplesmente, que a origem da denominação se deve resumir em ter havido algum dia, entre os feirantes, uma mulher que, com razão ou sem ela, era alcunhada de *ladra* (2). Esse apodo passou, muito naturalmente, para a feira que ficou assim conhecida, e consagrado o nome. Era facto muito vulgar, nas nossas tradições toponimicas, ligar aos locais os nomes, alcunhas ou profissões de pessoas que neles viviam ou os freqüentavam; a nomenclatura popular de muitas ruas antigas de Lisboa (porque desta cidade estamos tratando) tem d'isso numerosos exemplos.

Uns artigos que na feira apareciam abundantemente eram os restos do cabedal de botas e sapatos, usados pelos sapateiros como enchimento entre as solas e as palmilhas do calçado novo, a que chamam *almas*; d'aí resultou ser conhecido tambem êste mercado lisbonense por *Feira das Almas*.

*

A bibliografia sobre a Feira da Ladra é muito vasta. Como o assunto se presta, contém ela verdadeiras peças literárias, tanto em prosa como em verso, cujos autores tiraram partido dos seus aspectos pitorescos, da estravagancia dos objectos novos e velhos apresentados á venda, e do picaresco dos vendedores e do seu modo de negociar.

Damos aqui a nota de alguns autores e os titulos

---

(1) *Jornal do Commercio*, de 16 de outubro de 1874.

(2) A mesma conjectura formula J. Ribeiro Guimarães num dos seus artigos. —*Jornal do Commercio*, de 16 de Outubro de 1874.

de várias publicações sobre a feira, ou que conteem artigos sobre a mesma, para os estudiosos que quizerem profundar mais o assunto, ou gostarem de se deleitar com os trechos literários devidos a algumas penas consagradas na literatura portuguêsa.

1552—João Brandão—*Feirra que se faz no Rossio;* in *Tratado da Majestade, Grandeza e Abastança da Cidade de Lisboa, na 2.ª metade do seculo XVI (Estatistica de 1552)*; Lisboa, 1923, pag. 75— Nesta estatística vem uma resenha muito minuciosa do que se mercadejava na feira nos meiados do seculo XVI.

1584—P.º Duarte de Sande—*Lisboa em 1584*; in *Archivo Pittoresco*; vol. VI, Lisboa, 1863, pag. 87.

1613—Balthazar Dias—*Auto da Feira da Ladra;* Lisboa, *in*-4.º

1620—Fr. Nicolau de Oliveira—Descrição da feira, in *Livro das Grandezas de Lisboa;* tratado V, cap.º IV, Lisboa, 1620, fol. 117 v.

1698—Sebastião da Fonseca y Payva—*O Rocio á terça-feira*—Sylva in *Academia dos Singulares de Lisboa dividida em dezoyto concursos, em que se inclue hum certamen Academico;* tomo 2.º, Lisboa, 1698, pág. 402.

1755—Fr. Francisco Rey de Abreu Matta Zeferino—*Carta I. Ou Extracto verdadeiro da famosa Feira da Ladra;* in *Anatomico Jocoso, que em diversas operaçõens manifesta a ruindade do corpo humano;* Lisboa, 1755, tomo 2.º pág. 9.

1786—J. J. R. Descrição em verso; *Quintilhas compos-*

tas por J. J. R. falando com a sua Muza, lembrando-lhe o que com ella tem passado, pintando-lhe os seus grandes defeitos, e figurando-lhe a feira da Ladra, em cujo sitio se dava uma assembléa, aonde a mesma Muza tinha repetido uma obra, que foi applaudida, e que a encheu da maior presumpção; Lisboa, 1786, in-4.º de 16 pág.—Citada e transcrita por J. de Castilho in *Lisboa Antiga;* 2.ª parte, tom. VI, 1889, pág. 189.

1833—Nota in *Collecção de Providencias Municipaes da Camara de Lisboa, desde 1833;* tomo I, Lisboa, 1833-1852, pág. 46.

1848—Descrição no texto, in *The Stranger's Guide in Lisbon; or an Historical and Descriptive View of the City of Lisbon and its environs*; Lisboa, 1848, s/n, pág. 198.

1858—Julio Cesar Machado—*A Feira da Ladra*; in *A Vida em Lisboa;* Lisboa, 1858, pág. 107.

? Ricardo José Fortuna (nasceu em 1766 e faleceu em 1860)—*O londum na Feira da Ladra em Lisboa*; farça—ms. inédito, citado por J. de Castilho na obra citada, pág. 192.

1872—José Ribeiro Guimarães—Descrição estraída da *Estatistica de 1552,* atraz mencionada; in *Summario de Varia Historia;* vol. I. Lisboa, 1872, pág. 70.

1874—Augusto S. d'Azevedo Barbosa de Pinho Leal—*Feira da Lada (vulgo—Feira da Ladra);* in *Portugal Antigo e Moderno;* vol. 4.º Lisboa, 1874, pág. 171.

1874 — Alberto Pimentel — Referencia ligeira: *As Feiras* (folhetim); in *Diario Illustrado*, de 1 de Outubro.

1874 — José Ribeiro Guimarães — *A Feira da Ladra;* folhetins s/n do autor, in *Jornal do Commercio*, de 2, 14, 15, e 16 de Outubro.

1874 — Joaquim Antonio de Macedo — *Feira da Ladra;* in *A Guide to Lisbon and its environs;* London — — Lisbon, 1874, pág. 229.

1878 — D. José d'Almada — *A Feira da Ladra;* in *Almanach da Empresa Litteraria de Lisboa para 1878;* págs. 71 e 72.

? D. José d'Almada — *O Sebastianista* (folhetim) Citação de Julio de Castilho in *Lisboa Antiga*, 2.ª parte, *Bairros Orientaes*; tomo VI, 1889, pág. 195.

1882 — Eduardo Freire de Oliveira — Nota in *Elementos para a Historia do Municipio de Lisboa;* tom. I, Lisboa, 1882, pág. 235.

1883 — L. — *A feira da Ladra;* artigo de L., desenho de A. M. Ramalho, e gravura de Lallemant; in *O Occidente;* vol. 6.º, 6.º anno, Lisboa, 1883, págs. 3 e 5.

1884 — D.or Xavier da Cunha — *A Feira da Ladra na Praça da Alegria;* in *O Occidente;* vol. 7.º, 7.º anno, Lisboa, 1884, pág. 260.

1888 — Henrique O'Neill (Visconde de S.ta Monica) — *A Feira da Ladra;* folheto in-8.º, de 32 págs., s/data, e s/n do autor. (Imprensa Nacional. 1888).

1889 – Alberto Pimentel – *A Feira da Ladra;* in *O Reporter,* de 8 de Março.

1889 – Visconde de Castilho (Julio) – Capítulos descritivos in *Lisboa Antiga,* 2.ª parte, *Bairros Orientaes;* tomo VI, Lisboa, 1889, págs. 181 a 195, 279 á 286 e 321 a 325.

1896 – Guerra Junqueiro – *Na Feira da Ladra. (Historia de um piano)* in *Branco e Negro;* tomo I, Lisboa, 1896, n.º 19.

1902 – *A Feira da Ladra* – in *O Seculo,* de 7 de Setembro.

1903 – Eduardo Coelho – *Passeios em Lisboa – Na Feira da Ladra;* in *Diario de Noticias,* de 14, 15, 17, 20, 21, 22, 25, e 29 de Maio e 1, 6 e 11 de Junho.

1907 – José Augusto Corrêa – *Feira da Ladra;* in *Cidades de Portugal;* Lisboa, 1907, pág. 385.

1907 – Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues – *Feira da Ladra;* in *Portugal, Diccionario Historico,* ...; Lisboa, vol. III, 1907, pág. 332.

1911 – Silva Passos e Lima Bayard – *A Feira da Ladra;* Publicação de caracter político, de que saíu apenas (?) o n.º 1, em 8 de Fevereiro.

1912 – D.or Rodrigo Vellozo – *A Feira da Ladra e Mercado em S. Bento;* in *Aurora do Cavado,* Lisboa, n.º 45 da 3.ª serie, de 8 de Janeiro. – Em nota diz o autor que o artigo saíu origináriamente na *Aurora do Lima.*

1916 – Odwaldo Vianna – *Feira da Ladra (contos hu-*

moristicos); Lisboa, 1916.—O título não tem relação alguma com o assunto dos contos.

1924—Fialho de Almeida—*Feira da Ladra;* in *Estancias d'Arte e de Saüdade*—Lisboa, 1924, 5.º milhar.

1925—João Paulo Freire—*A Feira da Ladra vai acabar, apesar de ter começado no reinado de Afonso III;* in *Diario de Lisboa,* de 20 de Março.

1932—*A Feira da Ladra;* in *O Seculo,* de 3 de Março.

1932—Rocha Martins—*A Feira da Ladra e suas surpresas;* in *Diario de Noticias,* de 25 de Maio.

1929.... e por muitos mais anos.—*A Feira da Ladra;* dirigida por Cardoso Martha e editada por Gusmão Navarro; Lisboa, 1929-30-31-32-33-34...

Livros & Revistas

A-fim-de deixar à revista *Feira da Ladra* maior amplitude de acção e mais largo espaço para inserção de escritos da sua especialidade, serão doravante estampadas nas páginas de *O Bibliófilo* as noticias dos livros e revistas enviadas àquela publicação.

INÉDITOS E DISPERSOS DO INFANTE D. PEDRO, DUQUE DE COIMBRA E REGENTE DO REINO

I

A Instituição da capela de D. Filipa no convento de Odivelas

ESDE sempre a complexa figura moral do Infante D. Pedro—o de Alfarrobeira—inquietante e atraente como poucas, tem exercido sôbre os investigadores portugueses uma sedução que está muito longe ainda de poder considerar-se extinta e que, certamente, perdurará por largo tempo, desafiando interpretações e tentando ideologias.

O facto explica-se e compreende-se.

E', primeiro, o indizível encanto da idade-média

portuguesa evocada atravez duma personalidade de primeira plana, de cuja vida agitada a lenda em vários passos se apoderou, nimbando-a de heroicidades, aventuras e infortúnios; depois, a série de interrogações irrespondíveis sôbre o verdadeiro carácter e intenções dêsse grande vulto nacional, cuja mentalidade procurava talvez directrizes novas, europeas, à politica portuguesa do seu tempo; são, ainda, os emocionantes episódios do desfavor em que incorreu, sua conduta e trágico fim, irresistivelmente evocados sempre que algum novo documento ou episódio vem pôr em sobressalto a nossa curiosidade ansiosa ou solicitar de algum modo a nossa atenção.

O enigmático Infante ocupa já uma bibliografia extensa, só por si curiosa de traçar, se bem que de minguado rendimento prático, pois não nos consente ainda a interpretação definitiva e segura do mistério da sua alma, nem nos revelou tampouco o segrêdo orientador da sua vida; a dúvida subsiste e não acertamos com a solução definitiva.

Nova achêga vem agora a essa bibliografia, ao mesmo tempo que permite ver aumentado o número das produções literárias de D. Pedro, se produções literárias se pode chamar a espécies desta natureza...

É a carta de instituição duma capela no Convento de Odivelas, datada de Lisboa aos 19 dias de Junho de 1425.

O documento tem particular interêsse; a capela era instituída em homenagem a sua Mãi, a Rainha D. Filipa, e alguma coisa da alma do Infante transparece no acto em si e nas palavras de que êle entendeu dever acompanhá-lo:

> ...conheçemdo quanto Som tiheudo a esta Senhora per obriguaçam natural e moral e uoluntaria, Querendo Satisfazer algua pequena parte daquesta gramde obrigaçam Ordeno e sta-

> beleço hua Capela pera Senpre no most^ro de udiuelas no qual ella Fez fim no curso desta Mortal Vida E onde o Seu corpo primº Jouue Sepultado xb Meses Pareçendome Cousa conuynhauel q. Em aquele lugar Seia dela Feita memorya em o qual leixou os trabalhos e peñas mudanães e Começou de uyuer Segundo eu creo em çerta esperança e muyto cheguada da gloriá eternal...

Mas outro interêsse, ainda, nos parece entrever-se no curioso documento; é a importância que êle pode assumir para o esclarecimento do problema das viagens do Infante, obscuro em tudo, a começar logo pela incerteza na data da partida de Portugal, e reclamando de há muito um estudo sério que nos mostre o itinerário percorrido, fixe datas e acabe de vez com a lenda das *sete partidas andadas*, contra a qual já Fr. PEDRO DE POIARES protestava no seu *dicionário geográfico*, apoiado em MARIANA *(de rebus Hispaniæ)*, a estada *em Jerusalém*, (1) a suposta narrativa do companheiro Gomes de Santo Estêvão, (2) etc.

OLIVEIRA MARTINS (*Os filhos de D. João I*, cap. "As viagens do Infante D. Pedro») coloca a partida de Portugal *em 1418*, rejeitando a data de 1424, tradicional; demora-o 4 ou 5 anos na Alemanha e admite a seguir a viagem ao Oriente. Na primavera de 1428 ainda êle andaria por Veneza e nesse mesmo ano regressaria a

---

(1) Muito recentemente, em 1 de Janeiro de 1924, foi ainda possivel o *Boletim da Sociedade de Geografia*, em artigo assinado pelo Sr. *Carlos Roma Machado de Faria e Maia*, atribuir ao Infante D. Pedro a viagem «da Europa à Alexandria, Cairo, Sinay, Jerusalem, Damasco, Alepo, Ninive, Samara, Medina e Meca» *de 1418 a 1428*... *Boletim* cit., 51.ª série, n.ºs 11 e 12.

(2) Vejam-se as suas edições pormenorizadas em (ANIBAL FERNANDES TOMAZ) F. T., *Cartas bibliográficas*, vol. 1.º, Coimbra, imprensa Académica, 1876, pág. 33.

Portugal: «repousava finalmente depois de *dez anos* de longas e dilatadas viagens. Vira, pode dizer-se, o mundo inteiro.»

Ora talvez as coisas se não tenham passado bem desta maneira.

Em *meados de 1425* estava o Infante em Portugal; demonstra-o irrecusàvelmente o nosso documento, e são ainda do mesmo mês e ano — 15 de Junho — as doações do lugar de Sernache e de uns casais no termo de Penela a Álvaro Gonçalves de Ataíde, governador da casa de D. Pedro, seu cavaleiro, e do conselho de D. João I seu pai, em remuneração dos muitos e bons serviços que ao Infante prestara; estas doações, que noutro lugar publicaremos com a correspondência do Infante para o Cabido de Coimbra, por nós encontrada e reünida, foram por êle assinadas em Lisboa a *15 de Junho de 1425*, como fica dito.

Teria então o Infante deixado Portugal nesse ano, passando já o Natal em Bruges, como os assentos de contas da cidade, publicados por OLIVEIRA MARTINS, indicam?

A própria instituïção da capela em memória de sua Mãi, saldando, em idade moça demais para assuntos de tamanho significado, uma dívida de consciência imposta apenas pela sua sensibilidade moral, não indicará que o Infante se preparava então para a viagem cujos perigos não ignorava de-certo?

Na incerteza do regresso a Portugal e perante as surprezas de tão dilatado e aventuroso passeio, D. Pedro prestava a maior homenagem à memória da Mãi que não esquecia, e, prevendo qualquer eventualidade, dotava logo a instituïção com os rendimentos necessários à sua conservação para todo o sempre, regulamentando minuciosamente o seu funcionamento e administração.

Era a preocupação da viagem; não se esqueça que

o Infante tinha então 32 anos e meio, apenas.

Afigura-se-me, pois, que o presente documento, devidamente estudado e relacionado com outros elementos, grande interêsse pode ter para a cronologia das célebres viagens do Infante D. Pedro.

A quem o possa convenientemente aproveitar, com muito gosto o oferecemos; a contribuição dos arquivos estrangeiros muito concorreria também para a solução do problema.

Quanto ao regresso, estava seguramente feito em 26 de Outubro de 1428; é desta data o alvará em que o Infante determina a Afonso Peres, vedor das suas terras, que não fizesse nenhuns constrangimentos ao cabido de Coimbra no seu lugar de Tavarede... «ataa minha tornada aqui... porquanto Eu agora estou de Caminho para Euora»...

D. Pedro escrevia de Coimbra.

«Em Louuor De ds ꝛ de Santa Mª com toda / A corte çelestial amem — a Razam nos mostra / que per muitas autoridades he emsinado que a / gramde obrigaçãо no termo da uyda nõ Faaz Sua Fim / Mas o que boõ conheçedor he depois da morte da quele / que he obriguado per spaaço Sem Fim nõ çesa de co/nheçer a quelo que Reçebeo E porem eu ho IFante dom / Pedro duque de coJnbra ꝛ Soõr de monte moõr Fº Se /gumdo do muy alto ꝛ exçelente ꝛ poderoso principe / Dom Joham pela graça de ds Rei de portugar (*sic*) y do al / garue ꝛ Soõr de çeita ꝛ da muy alta ꝛ muy de nota (*sic*) pʳim / çesa ᴀ Rainha domna Felipa Sua Molher — conheçem / do quanto Som tiheudo a esta Senhora per obriguaçam / natural ꝛ moral ꝛ uoluntaria — Querendo SatisFa / zer algua pequena parte da questa gramde obrigaçam / Ordeno ꝛ stabeleço hua Capela

pera Senpre no most^ro / de udiuelas no qual ella Fez fim no curso desta Mortal Vida ⁊ onde o Seu corpo primº Jouue Sepulta / Do xb Meses Parecendome Cousa conuynhauel q. Em a quele lugar Seia dela Feita memorya em / o qual leixou os trabalhos ⁊ peñas mudanães ⁊ / Começou de uyuer Segundo eu creo em çerta eS / Perança ⁊ muyto cheguada da gloriã ⁊ ternal ⁊ / esta capela que asi ordeno me apraz que Seia cantada / per hu mõje dalcobaça o qual dom abbade he theudo / De dar Segº ele ⁊ ho cõuento outorgarão per meu Rẽ / querim^to em hua escretura q. eu delo tenho ⁊ Se per / este abbãe ou per qual quer outº que de pois Vier For / Recusado de dar este mõje o q. tiuer ho encaReguo de a / dminystrar a capela poera aly hu Saçerdote ho nesto / ⁊ bõo q. tenha Encareguo de a cantar ⁊ o capellao que / taal Carguo tiuer. Sera ho briguado de cada dia // Rezar por ela as oras canonjcas ⁊ Dizer Sua misaa / no altar q. pera esto Sera ordenado y a misa Sera a cor / dante cõ o custume de q. elle Rezar ⁊ depois da oraçam / Da Misa digua duas hua de todos os Santos En cuJa / Conpanhia / eu c(*re*)o q. he esta Vertuosa Senhora ⁊ a out(*ra*) / q. se começa Om(*er*)p(*otem*)s Sempit(*ni*)ne ds q'njno (*rum*) ⁊ ct ⁊ por q./A nos era (1) grande presuçom poerm (*os*) terminaçã na Jus/tica de ds Ca nõ Somos certos que he digno de odio ne / Damor Porem em fim da misa ho Sac^r-dote dira / cõ a gua benta o Responso q. Uzar(*e*)n (2) ⁊ ct Con o / pat(*er*) noster ⁊ ha oraçam Fidelliu ⁊ ct que Se per / Fraqueza dos Roguos daqueles que a encomendarã / ⁊ Mandarão em Comendar a ds E conpanhiaa / Dos Fies tem aJnda algua cousa q. pagua ct per / aJuda destes mereça en breue tpo Sair do purguatoryo / ⁊ pesuyr a gloria de ds En folgança Seia aJnda / dicto em Alumjam^to das penñas de todos a queles / que Som em pur-

(1) palavra emendada e difícil de reconstituir.
(2) idem muito confusa.

guato^{r}o ꝛ da gouernança desta capela / ꝛ das cousas q. a ella pertençem dou encargo a Joham / Aluarez meu colaço ꝛ thisoureyro ꝛ pera ello lhe ou / torguo as minhas Casas que eu ey en esta cidade / — S — huas na Rua a q. chama a FeRaria da Ribeira / Freguesia de Samgiam q. ora tras martim gil tanoeyro / ꝛ parte Ao levante ꝛ ao poente cõ outras casas nosas ꝛ ao au^{r}go com Rua pubrica contra o mar E ao aguyão / com as outras Casas nosas da Rua noua ꝛ outras / casas q. Som en a dita Rua da feraria. Freguesiã. / Da madanela q. ora tras J^{o} gomez de Loures q. parte / com a Rua pubrica da dita FeRarya ꝛ outras casas / q. som aas Fanguas do paaço da Farinha. do com / çelho da dita cidade freguesia da dita Igreia de São / Giãm q. ora tras aluoro do porto capateiro partem Ao / Au^{r}ego ꝛ ao guiao ꝛ ao poente cõ casas nosas ꝛ Ao // Leuante cõ Rua pubrica que uai pera as ditas fan / guas y as outras casas q. Som na Rua a q. chama de Dona m^{a} mafalda Freguesia da madanela que / tras J^{o} Lourenço alFaJame ꝛ partem ao Leuante com / Casas que ora Som de g^{o} anes q. Foy noso thisou / reiro mõor E ao aurego cõ Rua pubrica q. atrauesa / da Rua da padaria pera a Rua da oureuyzaria E ao / Poente com outras casas nosas E ao guia com outra / Rua pubrica q. atreuesa da Rua da padaria pera ho / esprital dos palmeiros com todas Suas entradas Saidas / Dr^{tos} ꝛ pertenças — Outro Si lhe outorgo mais estes / bees q. Se ao diante Segue que eu hei en toRes nouas / ꝛ hua Vinha. Laurusca em Sam gil ꝛ hu oliuall em / Sam botelhos ꝛ outro olliuall pequeno na comeeira ꝛ / hu talho de Vinha na caReira ꝛ outro talho de Vinha / na Lagiã ꝛ hu talho na cidade dos paRagnar ꝛ huas / Casas de morada q. Som Foreiras aa Igreia de / Santiago ꝛ V^{o} potes pera ter Vinho ꝛ tres taalhas / ꝛ hu olliual cõ Sua Vinha. Em alboRõ ꝛ huu ta / lho de Vinha Morta na cabeça alta ꝛ huas casas

de / morada ꝛ mais Seis talhas pera ter Vinho as quaes / CaSas ꝛ bẽes dou ao dito Jº aluez ꝛ a todos hoS / outros q. depois dele tiuerem caRego de admynjstrar / A dita capecla com tall condiçao que elle ꝛ cada hu / Dos outros dem a hu capelao q. a contara R.ta coroaS / de ouro do cunho delRei de Franca de Justo ꝛ uelho / Peso ou seu Verdadeiro ꝛ Jnt(*ri*)nseço Valor pera Sua go / uernança Em cada hu anño das quaes o terço lhe pa / guem no começo do Anño E outro terço no meo dele / E o mais que Ficar em Sua fim ꝛ lhe de maiS / em cada hu anño hua aRoba de cera perã candeaS / ꝛ q. de dez em dez anños de hua Vestimeta de citim / ou de maSquy noua cõ Sua alva de bõo Lenço ꝛ A / Myto ꝛ manjpolo ꝛ stolla guarnycida de todo como p(*er*) / tença ꝛ q. de mais Pera os Frontaes da SarJa e // Corporaes E os mantes q. lhe mester Forem / aos tenpos q. entender q. conpre ꝛ paguadas estaS / cousas aquy conteudas como dito he A my apraz ꝛ / outorgo q. o mais q. SobeJar da Renda das casas e bees / Sobre ditos o q. For admjstrador no aJa pera Sy / ꝛ pera Sua propia despesa E esta admjstraçam me / Apraz q. o dito Joam aluez ha aJa em Sua Vida Se a / Admynjstrar como deue E querendo o dito Jº aluez / ou cada hu dos outros admynistradores que de pois / Vierem Faleçerem per morte Ficara ha autorida / de A mj ou a meus SoçeSores Se em esta tera Viuer / mos pera poer outro Em a dita a dicta *(sic)* ademynjstra / ção E o meu Socesor q. ha de teer a dita autoridade / Seia o desendente mais cheguado a mj per llinha mas / Culina ꝛ Se Forem dous ou mais en hu graão / aJao ho mais Velho deles ꝛ Se eu alguu de meus Su / çesores Em esta teraa nõ Viuermos Fique a auto / ridade ao Rey q. entom For destes Regnos de dar A / dicta admystʳçam a tal pª que cunpra as Cousas en eSta / Jnstituiçao (*con*)thiudas ꝛ Se o dicto

Jº aluez ou cada hu / dos ditos admyst'dores q. depois hi Vierem nõ pagua / rem compridamte o mantimento ao dito capelao ⁊ aos tpos / q. deue E as dictas cousas aquy conteudas seram per / mj Requeridos ou per meos SoçeSores Se en esta teräa / Viuerem ⁊ Se não Seia o per o Rei q. entom Reinar, / que o Faca en mendar dando lhe spaaço atee SeiS / meses Em q. cunpra o q. he aquy conteudo ⁊ não com / Prindo ao dito termo Fique a my ou a cada hua / das pªª en cima dictas de darmos o dicto Cargo a que(*m*) / Acharmos q. he pera ello pertencente ⁊ Se For alguu / destes admyst'dores q. Requeirao Em algu tenpo q. lhe / Abatam do oFiº a despesa da capela querendo moS / trar o q. per danno dos bees asinados pera eSto o nam podem conpr logo perca admjst'cao ⁊ Seia dada per my / ou Per meus SoçeSores a outro ou Per o Rey q. entom / For nõ Sendo Aquy Meu Suçesor per Linha de / Sendente ⁊ per esta presente dou ⁊ outorgo conprido / Poder ao dicto Jº aluares q. posa apremder ⁊ Filhar / A pose corporal ⁊ Real dos drtos ⁊ cousas Sobre dictas / Pera a capela Sobre sc'pta Ficando o Regimto ⁊ au / toridade della aas pesoas em cima deuisadas En tes / temunho desto Mandei Ser feita esta carta asinada / Per mynha mäao ⁊ aSelada do meu Sello pendente / Dante em a çidade de lixª a xjx dias de Junho alluº / diaz a Fez era de mjl iiijc xxb anños. J

A transcrição acima é a cópia dum apógrafo perfeitamente coevo que em Coimbra encontrámos, incluido nos papéis que constituem o tômo XIII do cartório do Colégio de S. Bernardo, onde ocupa as fls. 430 a 432.

Ignoramos o paradeiro do original, que parece ter sido visto por Fr. FRANCISCO BRANDÃO; o cronista, que no *Conselho e voto da senhora Dona Felippa* (pág. 41-42) datara a instituïção da capela de 1445, corrige-se,

depois, na *Monarchia Lusitana* (P. VI, Lº XVII, cap. 24) e escreve: «vendo o instrumento original, achei ser no anno de 1424; assi que o tresladador, que então informou, naõ acertou com o anno. Daqui entendo que o Infante Dom Pedro duas vezes fez jornada fora do Reyno, huma antes do anno de dezasete, como aly demostrei, & outra no de mil quatrocentos & vinte & quatro, tendo voltado a Portugal despois da primeira jornada. O que se confirma, sabendo que mandou elle edificar o mosteiro de Religiosos de S. Domingos de Aveiro no anno de mil quatrocentos & vinte & tres, como escreue o Bispo de Menopoli na sua Chronica terceira parte capitulo vinte & seis.»

1424, ou 1425? Enganar-se-ia mais uma vez o *tresladador* ou o alcobacense?

O nosso apógrafo é perfeitamente claro para que alguma dúvida possamos ter; mas, evidentemente, não respondemos pela sua fidelidade, embora seja muito para ponderar o facto das duas doações acima referidas datarem igualmente de 1425, e êsses documentos provirem doutro cartório, sem nada terem de comum com o copista do documento de Odivelas.

E é quanto neste ponto podemos acrescentar. [1]

Informa BORGES DE FIGUEIREDO *(O Mosteiro de Odivelas*, 187) que a pintura das paredes e abóboda da capela era coeva da sua instituïcão e alusiva à

---

(1) Procurámos manter o mais possivel a *fisionomia* do documento, conservando as suas abreviaturas, compreensiveis, aliás, ao comum dos leitores.

Dão um certo carácter ao texto e por isso as não desdobrámos.

Sucede, porém, que as tipografias de hoje teem falta de letras tiladas; para não estar a alterar a composição destas páginas tôdas, publica-se o documento assim mesmo, prevenindo-se o leitor de que em muitas palavras falta o *til* que no original apresentavam e que completava a abreviatura. Como isto não é exercicio *de* Paleografia...

Rainha D. Filipa: «Sôbre fundo de verde garrafa cortado em rectângulos por linhas horizontais e verticais, realçam elegantes flôres de liz doiradas.»

E mais adiante: «como se sabe a rainha D. Filipa tinha nas suas armas as flôres de liz em campo azul. A tinta debotou sob a acção atmosférica, passando do azul ao verde.»

Em nota esclarece que modernamente o conductor de Obras Públicas José Maria Nepomuceno mandou picar essa pintura *que inteiramente fêz desaparecer.*

«Perdeu, pois, a capela de D. Filipa de Lencastre interiormente tôda a sua autenticidade. !Que vandalismo!», remata, com justa indignação, aquêle escritor.

Salvemos nós o documento que a instituiu e que tão nobre lição de piedoso amor filial nos ministra. Não queremos emitir juizos sôbre o caracter do Infante, mas quem aquilo escreveu e sentiu não podia ser, positivamente, um ambicioso sem escrúpulo como alguns historiadores se comprazem em fazer crer.

A. G. da Rocha Madahil

INSCRIÇÃO NUM FORTE DE MACHICO (MADEIRA)

ACHICO, vila aprasível distante do Funchal uma boa hora de auto por estradas esplêndidas e paisagem risonha, com as margens da sua Ribeira cobertas em quási tôda a extensão pelas fôlhas virentes do inhame (*Colocasia esculenta*) que a tornam encantadora, possui ainda padrões que nos atestam a soberania de nossos maiores.

Ainda há bem poucos anos existiam alguns lanços das muralhas da antiga Alfândega, situada junto á rua da Árvore, mas o camartelo camarário, que nada poupa, derruiu-as por 1916, ignorando-se o fim que levaram as suas magníficas cantarias. Dos vários fortes existentes, porém, ainda hoje se encontram em sofrível estado de conservação os dois mandados levantar pelo governador Duarte Sodré: o do «Ancoradouro», «Desembarcadouro» ou de «S. João Baptista», erguido em 1708 sôbre a ponta

da rocha, próximo do cais, e o de «Nossa Senhora do Amparo», concluido em 1705, do qual vamos tratar.

O primeiro foi em 1910 adaptado a hospital de coléricos e, actualmente, encontra-se arrendado a Mrs. Garton para sua residência de verão.

Quanto ao segundo; que se encontra construido a meio da praia, com a fachada principal caindo sôbre a Avenida do Dr. José António de Almada e fronteiro também ao mercado de frutas, é de traçado triangular. Sôbre o portão tem uma lápide de cantaria a assinalar que foi edificado *sem nenhuma despeza da Fazenda Real* e que correu com a obra o capitão Francisco Dias Franco, seu primeiro condestável, por mandato do então governador da Madeira, o capitão-general Duarte Sodré Pereira. Êste havia sido nomeado em 1703 pelo «pacífico» Senhor D. Pedro II, o qual, interessado na defeza da Madeira, ordenou que se melhorassem as fortificações e construíssem outras, onde a sua falta fôsse mais notada, tôdas segundo os modernos traçados.

Parece-nos que, nesta data, era «engenheiro mestre das obras reais» e fortificador da Ilha da Madeira, Manuel Gomes Ferreira, que em 1699 veio de Setúbal, onde era fortificador, vencendo o mesmo ordenado.

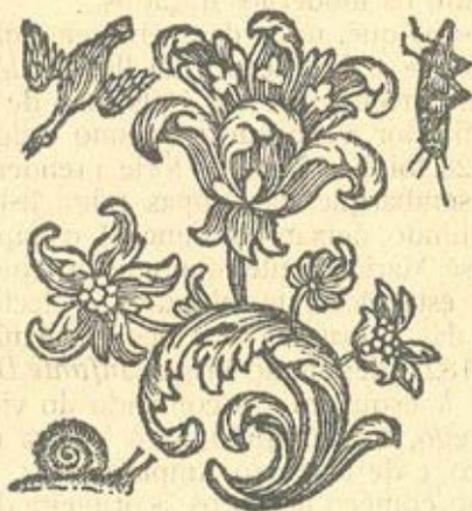
Em 1828 foi êste o último forte a render-se por ocasião do desembarque das tropas miguelistas, as quais, não conseguindo deixar no Funchal o capitão de mar e guerra José Maria Monteiro, nomeado governador por D. Miguel, estabeleceram bloqueio e efectuaram o desembarque das tropas em Machico na manhã de 22 de Agôsto de 1828, depois do brigue *Infante D. Sebastião*, pertencente à esquadra do comando do vice-almirante Fonseca Prego, ter rompido fogo contra os fortes do Ancoradouro, e de N. S. do Amparo.

Logo ao comêço dos tiros, a primeira daquelas fortalezas se calou, por a guarnição ter fugido desordenamente, no que foi imitada em pouco tempo, pela de

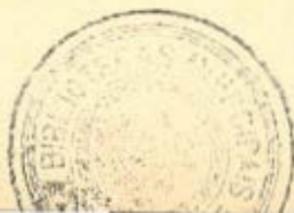
N. S.ª do Amparo, deixando assim o campo livre aos legitimistas que, realizando o desembarque na melhor ordem e sem resistência, seguiram imediatamente para o Funchal, onde chegaram no dia imediato. O governador constitucional José Lúcio Travassos Valdez (Conde de Bonfim) estava recolhido a bordo da corveta inglesa *Alligator*, fugindo poucos dias depois no mesmo navio para Inglaterra com alguns outros liberais. Neste forte está hoje alojada a delegação da Guarda Fiscal naquela localidade. Tendo sofrido algumas reparações, encontra-se ainda em razoável estado.

Em 1692 fundou o mesmo Francisco Dias Franco uma capela sob a invocação de N.ª S.ª do Amparo.

Funchal
Dezembro de 1934.

FERNANDO DE AGUIAR

UMA ARMADURA DE D. MANUEL, O VENTUROSO

OUVE tempo em que Portugal soubera acumular tesouros de incalculável valor artístico, ascendendo nas ciências, nas letras e nas artes, até ao ponto mais esplendoroso da cultura do espírito, correspondente, paralelamente, ao predomínio da fôrça pelas armas.

Absorvidos os homens na defeza da terra, avassalada pela freqüência das ondas invasoras, não podendo ou não cuidando de se guardar o riquissímo espólio das garras insaciáveis dos assaltantes, a própria tranqüilidade dos mortos foi inúmeras vezes perturbada e profanados os seus sepulcros, pelo ódio inflamado e a marreta criminosa dos vândalos. Não houve estátua jacente de monumento tumular, que não tombasse em pedaços sôbre o histórico lagedo das igrejas seculares. E não bastaram os de fora — tam vasto e luzente era o tesouro — que, os de dentro, doloroso

é verificá-lo, foram os seus mais desvairados e criminosos continuadores.

Esquecemo-nos — pelo entusiástico fumo das vitórias — dos crueis efeitos da guerra, como a pilhagem e outros crimes, que nem foram devidamente compensados nem punidos. Todavia, enquanto nos defrontávamos com o inimigo, vencendo-o, muitos valores eram transportados para lá da fronteira sem a justa restituïção que de direito o vencido devia ao vencedor.

A guerra desculpará todos os crimes; o ódio compreenderá todas as loucuras; mas nunca poderemos nós desculpar nem compreender o selvagem fora da selva, nem justificar actos degradantes que, além de ferirem os preceitos da honra e da dignidade humanas, promovam o retrocesso da civilização.

Mas, ai! quantas preciosidades desbaratámos nós!...

Talvez a nossa consciência nos obrigue a confessar, compungidos, que temos sido os mais nefastos inimigos do País, pelo desbarato e pela destruïção. Antes do abalo sísmico de 1755, é do conhecimento de todos nós que existiu uma colecção, considerada relativamente importante, de armaduras de justa e de torneio ou aparato no Arsenal de Armas dos Paços da Ribeira; assim como se afirmava em tempos, que a colecção do palácio dos Condes da Ericeira era verdadeiramente notável.

Conta-se que no último século, em que o espírito inconsciente e ganancioso varreu para fora das fronteiras incalculáveis riquezas, à porta do Arsenal de Marinha foram vendidas centenas de armaduras a pêzo e por um preço excessivamente ridículo. E em Braga, no Pôrto, em tôda a parte do País, não esquecendo a feira de Santa Clara, muitas preciosidades foram vendidas, entre as quais, autênticas espadas de aço de Toledo! E quantas raridades bibliográficas, pergaminhos valiosos e obras de arte antiga!... Quantas riquezas de valor real foram criminosamente vendidas em proveito alheio!

No Museu Militar de Madrid, existe um riquíssimo e artístico exemplar de arnez de parada que foi de D. Sebastião de Portugal (Fig. 1). Sôbre essa maravilhosa peça de indumentária militar do fim da idade média, lavrada pelo célebre armeiro Gastão Peffenhauser de Augsburgo e executada, segundo Altenech, sôbre desenhos originais do famoso artista Hans Miclich, de Munich, parece ao mesmo tempo obra de escultor e de ourives, recordando a fantasia e o génio creador de um Benevenuto Cellini ou dum Wohlgemuth, escreveu o sr. Júlio Dantas um artigo brilhante, publicado há anos no *Primeiro de Janeiro,* do Pôrto, e reproduzido na revista *Lusitânia,* do Rio de Janeiro, de 16 de Abril de 1932.

Outras peças, documentos de valor histórico e artístico, se encontram espalhadas pelos museus públicos e particulares do estrangeiro; e seria indesculpavel que não fizéssemos referência à armadura de torneio e guerra que pertenceu a D. Manuel I, o Venturoso (Fig. 2), existente em França num riquíssimo museu particular. Muito interessante, como obra de arte dos fins do século XV e princípios do século XVI, de couraça e espaldeira reforçadas, mais saliente a da esquerda, disposição do riste à direita, com a fralda de aço damasquinado e em forma de escamas de tartaruga justa postas.

A essa vasta colecção de antiga indumentária e apetrechamento de guerra, instalada na suntuosa residência de mr. Pauilhac, em Toulouse, ali foi há anos reunir-se a famosa colecção de José Estruch, de Barcelona, aumentando àquela a sua excepcional importância. E maior ela será, quando se lhe reúnam as anunciadas aquisições da colecção da Casa Torrés, que engloba as do Duque de Osuna e José Argaiz. No momento presente, ela reúne já mais de 5.000 peças, muitas de incalculável valor.

O gôsto pelas armas antigas esteve muito em moda em França no segundo Império, havendo hoje na Ale-

manha, na Inglaterra e mais desenvolvidamente na América, quem sinta por tais colecções uma especial afeição. O reconhecimento dêsse grande aprêço, leva os franceses a recordarem com mágua a existência em Londres da célebre colecção Wallace, assim como as do Duque de Dino e de W. Riggs, no Metropolitan Museum de Nova-York.

Já em 1928, Ch. Buttin, num interessantíssimo artigo publicado em *L'Illustration* no qual descreve a sumptuosidade do museu Pauilhac, fazia votos para que a preciosa colecção não emigrasse da França, como muitas outras. Para nós manifestarmos igual desejo com respeito a essas riquezas de incalculável valor, é demasiado tarde. Outros compreenderam melhor o aprêço devido às coisas do passado, que representarão sempre para o nosso espírito um enlêvo infinito.

Dêsse museu particular, que constitue o grande orgulho de um homem de fortuna e é a prova de um apurado gôsto, a par de certa elegância moral, pode com justa razão ufanar-se a cidade de Toulouse. Nós apenas ambicionaríamos para Portugal a restituïção dessas peças de valor histórico e artístico, relegadas por portugueses ao prazer alheio de possuïdores indiferentes, sem dúvida, ao período glorioso e aos nomes veneráveis que elas possam ainda invocar.

Entre os milhares de objectos de armaria antiga que ali se guardam, muitos teem a sua história romanesca de aventura ou de heroísmo. Do arnez curiosíssimo de D. Luiz de Rojas, Marquês de Posa, conta-se que foi com êle que êste se apresentou arrogantemente vestido perante o severo tribunal da Inquisição, a-fim-de ser julgado, sob a acusação de ter aderido às doutrinas de Lutero.

Recordando o nome do rei D. Sebastião de Portugal, tam sacudido pela adversidade desde a hora trágica da batalha de Alcácer-Kebir, até às referências por vezes

cruéis da posteridade, lá se encontram numa vitrina o elmo e o escudo, peças que, possivelmente, foram para França englobadas nas aquisições feitas em Espanha; não sabemos se com a parte que pertenceu a Estruch; mas, muito de supor, levadas com a armadura de D. Manuel e outras peças preciosas do arsenal dos Paços da Ribeira, no tempo dos Filipes,[1] em que as riquezas de Portugal não bastavam para saciar a voraz ansiedade de certos *coleccionadores nossos amigos.*

ALFREDO CÂNDIDO

NOTA FINAL—Já impresso o n.º anterior da *Feira*, li que, no princípio do século passado, foram criminosamente vendidas aos ferreiros da terra, com outras valiosas peças de aço de Toledo, as belíssimas armaduras do Duque de Bragança, que se encontravam no salão de armas do palácio de Vila Viçosa. (*O Antonio Maria* de 2 de Março de 1882, a págs. 67).

A. C.

---

(1) Diz nesse artigo o Sr. Dr. Júlio Dantas, muito criteriosamente: «Filipe II, coleccionador pertinaz, juntou a armadura de parada de D. Sebastião, que encontrou no Paço da Ribeira, fazendo-a transportar clandestinamente para Madrid e tendo o cuidado de não deixar no inventário, hoje existente em Simancas, a mais ligeira indicação quanto à proveniência dessa joia incomparável».

CURIOSIDADES E INDICAÇÕES ÚTEIS E PRECIOSAS

Diz Alexandre Coelho de Sousa, escrivão do juizo de Tomar, que Manuel Vicente de Sequeira, da vila de Tancos, e monteiro-mor de Paio de Pele, da comarca de Tomar, é homem de tanto respeito e poderoso na dita vila e comarca, que as justiças, assim Ministros, como Escrivães de Tomar, e seus distritos, quando vão a Tancos, vão ser seus hóspedes e, ainda quando não pousam na sua casa, são por êle brindados com o preciso para subsistirem com suas equipagens na dita vila de Tancos; e por isso se não executam as ordens executórias, expedidas dêste juizo contra êle, ficando assim frustradas as execuções deprecadas, e as boas diligências que se tem feito por parte do suplicante».

*

Em 1818, Eugénio Sullivan pediu privilégio para extrair azeite doce das canelas dos bois.

O Desembargador José Bonifácio de Andrada e Silva, que foi mais tarde uma das figuras primaciais da independência brasílica, informou que êsse azeite era muito usado em Inglaterra, muito bom para luz, para molhar panos, para frigir peixe, para preparar coiros e muitas outras coisas em que se aplica o azeite da azeitona. O azeite preparado por Sullivan tinha um certo gôsto a sebo, mas sendo bem purificado podia passar; era sua opinião (dêle, informador) que se devia conceder o privilégio por oito anos e que a Real Junta do Comércio devia publicar uma instrução breve e clara de todos os processos e aparelhos necessários ao dito privilégio, para utilidade geral da nação.

*

Ainda em 1818, João Gibson requereu o privilégio de fabricar terebentina.

O mesmo desembargador informou que dos nossos pinheiros só se extrai alcatrão. O requerente manda vir de fora as resinas, que são lá muito baratas. É de opinião que se lhe deve conceder o privilégio por seis anos, dando-se-lhe livre de direitos a importação das resinas.

A Real Junta do Comércio concedeu a Sullivan o privilégio por catorze anos; a Gibson, sòmente o privilégio de estabelecimento de fábrica.

O govêrno conformou-se e expediram-se as portarias.

*

Bernardo Guilherme de Wiederholde, coronel ao serviço de Portugal, casado com Henriqueta Sofia Mayer, teve os seguintes filhos: Augusto Ernesto Luiz, João Guilherme Pedro, Amália Luíza Guilhermina, Henriqueta Carlota Amália Luíza e Carolina Joana Frederica Lusitânia.

*

« Diz Adriana Eufrásia, viúva de André Manuel, que

para bem de sua justiça, precisa justificar os itens seguintes:

1.º Que no Hospital Real de S. José, é costume receberem-se os leites de Burras pelos respectivos Enfermeiros da mão das pessoas que os costumam vender, e para isso tem obrigação há muitos anos; cujos leites são levados em bilhas para o mesmo Hospital sem que lá vão as ditas Burras, em razão de vários prejuízos que daí se seguem.

2.º Que as ditas Burras costumam ser mungidas de dia pelas suas crias, para estas se alimentarem e para não se lhes encaroçar nos úberes; e de noite costumam ser mungidas de três em três horas pela mesma causa de se não encaroçarem, com prejuízo grave dos ditos animais e do mesmo leite, que é mais puro sendo tirado a miúdo, do que estando retido tôda a noite, razão porque se costumam vender de manhã os leites, que de noite se tiram, aliás nem trinta Burras mungidas de um jacto dariam três canadas de leite, por serem êstes animais muito diferentes dos outros, que o podem reter em si tôda a noite sem lhes fazer dano".

*

António Martins de Almeida era em 1727 fiel da Casa da Moeda de Lisboa e foi, de mandado de el-rei D. João 5.º, reformar, a pedido do rei Filipe 5.º de Espanha, as reais Casas da Moeda de Segóvia e de Sevilha. Êste monarca pediu-lhe para aceitar o cargo de superintendente daquelas casas, honra que recusou.

*

Carlos Amatucci, escultor da Real Câmara do Palácio da Ajuda, ajustou com o Visconde de Santarém a factura de uma estátua. Essa estátua seria modelada e esculpida em um armazém situado na rua de S. Filipe Néri,

n.^{os} 1 a 13, esquina do largo do Rato, pertencente a Ana Delfina Gurgel do Amaral.

¿Que estátua seria esta? Teria sido executada?

*

No ano de 1759 havia em Lisboa um estrangeiro muito rico chamado François Antoine Doutremont, que dava, na sua quinta de S. Sebastião da Pedreira, representações de óperas dirigidas por um italiano, Pietro Scarcelli.

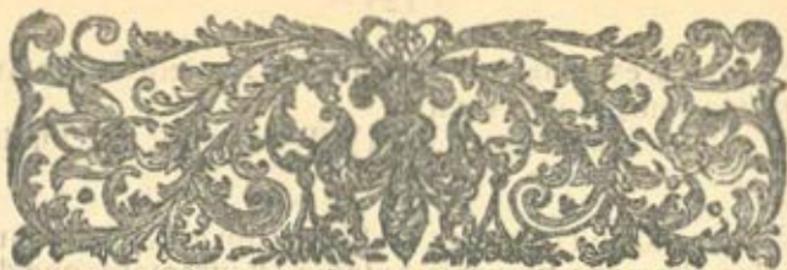
Havia também dois irmãos, um dêles morador a S. Sebastião da Pedreira, António Manuel Pacheco Malheiro, que davam representações de ópera; e uma delas, *Artaxerxes*, foi cantada com grande sucesso.

Pietro Scarcelli alugava os fatos e cenários de Agostinho da Silva, proprietário da Casa da Ópera da Rua dos Condes.

João Jardim de Vilhena

NOTA — O Snr. Manuel Silva, da Póvoa-de-Varzim, chama a nossa atenção para o facto de termos dito (tômo IV, pág. 19) que o Desembargo do Paço fôra instituído por D. Sebastião, devendo dizer-se que por D. João 1.º

Foi, efectivamente fundado por êste rei; mas as suas atribuições estavam confiadas aos regedores da Casa da Suplicação, e só no reinado de D. Manuel é que as ordenações dêste soberano determinaram a sua autonomia, que foi regimentada por D. Sebastião e mais tarde por Filipe 2.º

J. J. V.

GREGÓRIO DE MATOS E A BAIA

UANDO eu, ainda em anos atrazados, fazia as minhas primeiras digressões atravez da pátria literatura, chamou-me a atenção o nome de Gregório de Matos Guerra, estampado nas páginas do conhecido *Ensaio Biographico* de Costa e Silva. Requeria melhor pulso o desbragado *Bôca do Inferno*, a quem Camilo chama «o maior e mais sujo talento que deram as plagas de Santa Cruz». Veio a aparecer recentemente êsse pulso, empunhando uma pena elegantíssima, na pessoa de Elísio de Carvalho, espirito gentil que a morte ceifou há poucos anos na farta seara das letras brasileiras.

Não é fácil derimir se G. de Matos era um sujeito de feitio estruturalmente mórbido, azêdo e agressivo, ou um folião espirituoso, deslinguado e libertino, de estirpe

bocacciana, e da musa gaiata da França do Renascimento, cuja tradição se encadeou entre nós, mais tarde, com Tomás Pinto, Frei Lucas de Santa Catarina Bocage e Tolentino, e designadamente Lobo de Carvalho, que tem com o destampado vate baïano nitidíssimo parentesco na veia cáustica e fescenina. Como na Baía, sua pátria, passou a maior parte da existência, foi esta cidade o teatro das suas façanhas volteiras e o pasto da sua violenta mordacidade.

Justiça lhe seja, a Baía seiscentista tinha de sobra motivos de corrupção que dessem nas vistas do poeta, atraindo-lhe as iras:

> Que falta nesta cidade?
> Verdade.
> Que mais, por sua deshonra?
> A honra.
> Que mais falta, que lhe ponha?
> Vergonha.

Ali confluia, com efeito, a escória do Brasil e da Metrópole: negociantes falidos, criminosos foragidos, marafonas e damizelas, frades hipócritas e devassos, magistrados venais, usurários sanguessugas, fidalgos arruïnados, aventureiros audazes, tudo em variegada mistura com mestiços, vendilhões, prostitutas, beatas, escravos, soldados e matalotes... Do interior das 365 igrejas e mosteiros da cidade do Salvador, vinham os ecos do órgão e das ladainhas misturar-se cá fora com o ruído das folganças populares. Nas ruas e vielas tortuosas, que sob o acúleo do sol tropical fervilhavam de gritaria, desordens, pregões, balhos e procissões, as damas recatadas da rica burguesia e dos funcionários coloniais ombreavam com as mulheres de ganhar e as creoulas desnalgadas de berrante indumentária. Cá em baixo, no porto eriçado de mastros e bandeiras, não era menor a confusão de línguas e de raças, no tumultuar desconforme do embarque e desembarque de passageiros e mer-

cancias, do vozear do marujame e da gentana no trafego dos cais.

Neste cenário, que seria o encanto dum grande pintor de costumes, viveu o dr. Gregório de Matos, o *Bôca do Inferno*, e foi êle o acicate da feição poética que havia de o imortalizar.

Devia de ser um homem odiadíssimo, e não poucas vezes os atingidos pela sua língua farpada confiariam ao junco dos moxilas a função da desafronta.

No fim de tudo, G. de Matos amava o Brasil, amava a Baía, onde pela primeira vez se lhe revelara a luz da vida, e era com alvorôço que a revia de cada vez que se ausentava:

> Ontem avistamos terra.
> E quando na barra vi
> coqueiros e bananeiras,
> disse comigo: — Brasil!

Divulgo aqui uma poesia do insigne satírico, que reputo inédita, transcrita dum manuscrito do sec. XVIII existente na Bibl. Nacional de Lisboa. Não é a *Feira da Ladra*, bem sei, uma revista de letras; mas não ouso supor que esta poesia, ainda que peque por demasias de lingua, vá empecer a gravidade habitual das suas páginas, ou nelas se encontre deslocada; porque é um documento de arqueologia literária que nos desvela situações duma pitoresca cidade colonial portuguesa na época de seiscentos.

Dela faço homenagem à cidade visada, porventura ainda hoje a mais típica de tôda a terra de Santa Cruz.

REPARTIÇAÕ DOS CORNOS

> Hum vendilhaõ baixo, e vil
> de Cornos pos hua tenda,
> e fiado em que os venda
> corre por todo o Brazil:

para mim de tantos mil
lhe mandey que me guardasse
se verdade não falasse
sem soborno, e com sojorno
hum corno.

Para o Alcaide ladraõ
com despego, e sem temor
que na maõ leva o Doutor
na barriga a Rellaçaõ;
hindo a caza de hum saõ saõ
entra audás, e confiado,
e fas penhora no estrado
da Molher e seus adornos,
dous cornos.

Para o Escrivaõ falsario
que sem chegarlhe à pouzada
dá a parte por citada
dá fé, e cobra o salário,
e sendo o feito ordinario
como corre arreveria (1)
say a sentença num dia
mais amarga que piornos,
tres cornos.

Para o julgador orate,
ignorante, fanfarraõ,
que sendo Conde de Unhaõ
ja quer ser Marquez de Unhate (2)
e por qualquer dote, ou date
rezolve de emvés hum feito

(1) A' revelia.

(2) *Unhão* e *Unhate* veem aqui como acção de meter a unha. Alude o poeta à veniaga da gente de toga, o que parece depreender-se dos versos seguintes: «e por qualquer dote ou date resolve de envez um feito».

e a solla [1] a torto, e a direito
a Cidade, e seus contornos,
quatro cornos.

Para o Judas Macabeu
que porque no Tribo estriba,
foy de Cappitaõ a Escriba,
e de Escriba a Farrizeu;
pois no officio se meteu
a effeito so de comer
sufragos em ves de os ter [2]
quer antes arder em fornos,
sinco cornos.

Para o bebado Mestisso
e fidalgo atravessado,
que tendo o pernil tostado
cuida que he branco castisso,
e de flatos enfermisso
se ataca de geribita [3]
crendo que os flatos lhe quita
quando os vomita em retornos,
seis cornos.

Para o Conego Observante
todo o dia, e toda a hora,
cuja carne he pecadora
das completas por diante,
cara de desiplinante
queixadas de penitente
e qualquer gimbo [4] corrente

---

(1) Assola.
(2) Não compreendo bem o sentido dêste verso.
(3) ou *gerebita*: aguardente de cana; cachaça. Paralelamente usa-se tambem a variante *geripiti*.
(4) Moeda, dinheiro.

serve para seus sobornos,
sete cornos.

Para as Damas da Cidade,
brancas, mulatas, e pretas
que com sutilezas, e tretas
roubaõ toda a liberdade
equivocando a verdade
dizem que saõ hum feitisso
naõ o tendo em o cortisso
tanto como caldos mornos,
oito cornos.

Para o frade confeçor
que ouvindo hum pecado horrendo
se vay pasmado benzendo,
fogindo do pecador,
e sendo talvez peor
do que eu, naõ quer absolverme,
talves por inveja terme
com taõ torpes dezadornos,
nove cornos.

Para o Pregador horrendo
que a Igreja estrogindo a gritos,
nem elle entende os seus ditos,
nem eu taõpouco os entendo;
e a vida que está vivendo
he ja por outra medida,
e a mim me guiza (1) huma vida
mais amarga que piornos,
des cornos.

Para o Santo da Bahia
que mormura do meu verso,

(1) Preparar, arranjar.

sendo elle taõ preverso,
que a saber fazer, faria,
e quando a minha follia [1]
lhe chega ás maons, e ouvidos
fas na Cidade alaridos,
e vay gostalla aos contornos, [2]
mil cornos.

¿Que me dizem a êstes versos, tão naturais, tão espontâneos, tão sonoros?

¿E de linguagem? Em tão curta amostra, entrevemos um vocabulário rico e variado, de que dispunham poucos escritores do seu tempo, e uma expressão cálida, colorida e imprevista, a vincar bem a ideia.

Devemos estar gratos ao ilustre baïano por nos ter conservado muitos termos da velha linguagem, da fala do "bom tempo antigo", que os autores seus temporâneos já haviam engeitado, quiçá por pecha de plebeia, como quem atira para o fundo duma arca o vestido fora de moda.

Os estudos de filologia estão hoje em favor. Oxalá que a atenção dalgum estudioso recaia sôbre os escritos do famoso vate-jurisperito. De sobejo ficará pago com as horas que lhe dispensar.

C. M.

---

(1) Escritos, composições folionas.

(2) Alusão aos «virtuosos» moralões e censores que castigavam em público os versos do poeta e até se recusavam a lê-los, e iam saboreá-los nos arredores da cidade.

POEIRA DOS TEMPOS

XL — CAVALINHOS FUSCOS

«Os cavalinhos fuscos, inventados antigamente para as funcçoens de piquenas aldeias, aonde não ha homens, nem cavalos, ainda desta vez appareceu na Praça de Evora em a tarde das Justas do dia 7... Vinte e quatro homens de unha negra, e enserolada, montados nas ruins Bestas de suas Peçoas, com ancas sobrepostas de mal arranjados trapos, e com pescoços e cabeças de Cavalinhos, amarradas ao baxo ventre, com jaquetas, e xapelinhos muito guarnecidos de ouropele, nastros, trançadeiras, penaxos, e guizos, fizerão hum arremedo do Jogo das Justas, pela parte do burlesco e da redicularia...

. . . .

Evora Jocosa e circunspecta, Conçorcio do Burlesco e da Decencia ou Narração . das Festas de Evora na Paz Geral de 1814... Por hum filho de S. Francisco — 1814. Elvas, s. d. (1933) (Ms. da Bibl. Mun. de Elvas, publ. por A. J. Tôrres de Carvalho).

XLI — LITOGRAFIA

"Os melhoramentos e augmento, que em Portugal tem recebido esta bella arte, moveram algumas pessoas da cidade de Coimbra, entre cujos nomes se acham alguns de membros respeitaveis da Universidade, a formarem uma associação debaixo do titulo de *Companhia Conimbricense, de exploração de pedreiras lithographicas*, cujo fim é explorar as pedreiras e fazer preparar as pedras para todos os usos lithographicos. . . . . . .

. . . .

"Dotou Deus este cantinho da Europa, chamado Portugal, com tantas naturaes riquezas, que pouca admiração deve causar que..... se venham a achar pedras lithographicas tão boas como as de Baviera, do que não só se tirará imediatamente o grande proveito de não ser necessario manda-las vir de fora; mas até o de as exportar, se, havendo-as com abundancia, for provada a sua bondade". . . . .

. . . .

In *O Panorama*, jornal litterario e instructivo de Lisboa, n.º 101, de 7 de Abril de 1839.

". . . os *figurinos*, que acompanham o n.º 28 do Correio das Damas, publicado nesta côrte em 25 d'Agosto do corrente, foram lithographados em pedras fornecidas pela Companhia de Coimbra, e que a experiencia mostrou que estas pedras são tão aptas como as alemaãs para todo o trabalho lithographico, quer a lapis quer a tinta. Temos pois mais uma producção industrial no paiz"...

. . . .

Ibid. n.º 127, de 5 de Outubro de 1839.

UMA MOEDA RARA NA NUMISMÁTICA INDO-PORTUGUESA

CERTAMENTE porque a imperfeição do fabrico não ajuda a despertar grande interêsse, a série indo-portuguesa não se tem tornado atraente para a maioria dos coleccionadores.

No entanto, a India representa na vida da nossa nacionalidade um papel tão notável não só sob o ponto de vista heroico como sob o da política geral, representa tanto na História Portugueza que, quando mais não fôsse, como recordação do que ela foi para nós tal indiferença não devia existir; pelo contrário, devendo bastar a simples indicação dos nomes das várias oficinas monetárias para, acordando em nós a lembrança do que tais nomes significam, nos dever fazer ligar a êsses exemplares, em geral toscos na sua gravura e de mau aspecto pelo metal em que alguns foram batidos, a consideração que o esfôrço que esses nomes sintetisam nos deve merecer a nós portugueses.

Entre aqueles que constituem excepção à generalidade destas palavras, eu não devo deixar esquecidos, além dos mestres da numismática Portuguesa, Lopes Fernandes e Teixeira de Aragão, os nomes de Julius Meili, Gerson da Cunha, Grogan e Manuel Joaquim de Campos, que não se limitando á simples coleccionação se dedicaram á investigação das séries indo-portuguesas, constituindo coleções infelizmente vendidas no estrangeiro. dispersando-se e enriquecendo outras colecções particulares e museus não portugueses.

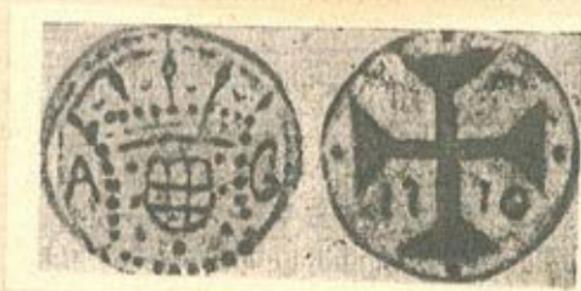
Entre esses investigadores merece lugar de especial destaque Manuel Joaquim de Campos, o apaixonado coleccionador que na sua caracteristica prosa bem se revela e cuja coleção infelizmente como as outras vendidas fóra de Portugal, deixou descrita no *Boletim da Sociedade de Geografia* de 1898, e que constitue um natural e muito notavel complemento ao que Teixeira de Aragão compilou na sua monumental obra sobre a a nossa Numismática.

A minha colecção indo-portuguesa não é grande; no entanto o acaso fez com que viesse parar ás minhas mãos um exemplar interessante de calaim de 1770 pertencente a esta série; é a êle que me vou referir.

Trata-se de um exemplar da rara série de bazarucos da data indicada descrita em M. J. de Campos sob os números 149 a 151 e constituindo uma variante da série a que M. J. de Campos se refere dizendo que "qualquer membro desta família de bazarucos, extinta sem descendencia é hoje quási impossivel de encontrar, o que faz supor que a emissão foi escassa".

No anverso apresenta as armas do Reino formadas de granitos entre as letras A — G, e três ferros de lança separados por crescentes formam a coroa; no reverso mostra a cruz de Cristo, cantonada em seus dois quadrantes inferiores por 17 — 70.

Cita Campos 3 exemplares de bazarucos desta data; 12 bazarucos conforme a descrição acima feita, e ainda 6 e 4 com ligeiras diferenças de gravura, mas tendo, porém, o escudo ladeado por J — A, considerando o autor o exemplar com A — G como único conhecido.

No Museu Municipal do Pôrto existe um exemplar de 6 bazarucos análogo ao de 4 descrito por Campos sob o n.º 151, fazendo o Snr. Dr. Damião Peres notar que a letra à direita do escudo está intencionalmente deformada, de sorte a assemelhar-se a um J ou a um B, mas sendo sua opinião que seria inicialmente um D.

Este ilustre professor atribue esta moeda a Damão por comparação da sua gravura com a de outras moedas cunhadas nessa cidade.

Campos considera esta série de 1770 como de Goa, pelo facto de os seus pezos serem regulados por uma estiva de 1769.

A moeda que faz objecto desta comunicação apresenta características de gravura idênticas às do exemplar n.º 150 de Campos, não só quanto às armas e coroa, etc, mas ainda tambem quanto à apresentação das letras A — G aos lados do escudo, particularidade que aquele numismógrafo, repito, diz só conhecer na sua moeda de 12 bazarucos; mas como tem o pezo de 9,5 grs.,

verifica-se que pela estiva de 1798, de 19,22 grãos por bazaruco, deve corresponder a 10 bazarucos, moeda cuja existência Campos não conheceu, e de que também não tenho conhecimento em nenhum catálogo, podendo, é certo, existir em qualquer colecção particular, mas os nossos coleccionadores são parcos nas suas informações sôbre o que possuem...

O facto de na data de 1770 serem conhecidos os dois exemplares com o pretenso J representado pelas moedas de 6 e 4 bazarucos e outro com as letras A — G representado pelas moedas de 12 bazarucos de Campos e pela de 10 agora descrita, moedas tôdas de grande raridade, veio pôr o problema de, ou haver em 1770 duas séries dêstes cunhos caracterizados pelas letras J—A e A — G, possivelmente significando oficinas diferentes, ou de os valores de uma série serem caracterizados por nas peças a partir de 10 bazarucos se usarem aos lados do escudo determinadas letras e abaixo de 10, outras.

O relato que faço da moeda a que acabo de me referir poderá interessar para a resolução do problema.

Novembro de 1934

RAÚL DA COSTA COUVREUR

UMA DESCRIÇÃO INÉDITA DA BATALHA DE TORRES VEDRAS

A seguinte descrição, feita por uma testemunha presencial de qualidade, o bacharel José Eduardo César, fidalgo miguelista de nobre linhagem, antigo Juiz de fóra de Faro, Comissário Geral dos estudos do Reino do Algarve e erudito anotador da tão interessante monografia do desembargador Madeira Tôrres—*Descripção Historica e Economica da Villa e termo de Tôrres Vedras*, é certamente, um documento que não cairá mal no ambiente que a «Feira» criou.

O narrador vivia na sua casa secular do Varatojo, dominando a vila de Tôrres Vedras, ao poente desta.

Assistiu ao desenrolar da batalha desde o alto do monte, tendo escrito na ocasião o documento inédito que segue, hoje pertencente à Biblioteca Municipal, que tive a honra de fundar.

R. Salinas Calado

"No dia 22—de Dezembro de 1846—se deu em Torres Vedras, huma renhida e sanguinolenta Battalha, entre Portugueses (!!!!!!) de difrentes partidos, (todos Constitucionaes) huns do parttido chamado Setembrista, ou popular, comandados pelo Conde de Bomfim, e os outros chamados Cartistas, ou Cabralistas, ou da Rainha, comandados pelo Marechal Saldanha, ficando este vencedor, com a perda total da Divisão do Conde de Bomfim, q. no fim da tarde se meteu com os restos da tropa no Castello, onde esteve athe ao dia seguinte (23) com que se entregou prizioneiro de guerra, com esses restos ditos. O Conde de Bomfim tinha chegado no sabado—19—a Torres Vedras, com a Sua Divisão, q. dizião ser de tres a quatro mil homens, infantaria, Cavallaria, e Arttelharia, esta pouca, apenas huma pessa, e hum obuz; e a cavalaria tãobem era pouca, dizião ser huns cento e quarenta cavallos; na infantaria contavão algumas guerrilhas, e battalhões organisados do povo, q., no meu parecer, pouco valião, mas trazião então alguns battalhões de linha mt.º bons. No Domingo (20) descançou na Villa, e acabou de chegar o resto da sua força. Na 2.ª feira (Dia de S. Thomé) logo se conheceu q. elle sentia o inimigo perto, porq. principiou a tomar pozições, no Castello, forte de S. Vicente, forte da Forca, d' S. João e a colocar a peça e o obuz em pozição, tomando outras mt.as disposições. NA TERÇA FEIRA—22—amanheceu mt.º chuvoso, tendo chovido toda a noite, de sorte q. o rio Cizandro estava cheio, e em algumas partes a deitar fora, não deichando com tudo a chuva, q. era hum nevoeiro molhado, mt.º cerrado, o ver cousa alguma, de modo q. a vinte passos ja se não conhecia hum indeviduo. Serião onze horas, pouco antes, entrei a sentir alguns tiros dispersos, p.ª o lado do Forte de S. Vicente, e Amiaes, fui colocarme em St.º Antonio, ponto de onde podia ver tudo mt.º bem, e sem o menor perigo, porem o nevoeiro fechado, e molhado não deichava ver cousa

alguma, ouvindo-se com tudo destinctamente as Cornetas e os seus toques de avançar, de fogo por filas, as vozes dos Officiaes, e hum fogo exasperado, e conheci q. o exercito do Saldanha tinha tomado o Forte de S. Vicente, por vivas á Carta e outras vozes, isto seria meio dia, o q. logo sube por gente q. chegou da Villa; continuando a sentir-se mt.º fogo, mesmo de arttelharia, p.ª o outro lado da Villa, parecendo p.ª o Forte da Forca, Sarges, Fontainhas, e naquella direcção. Eu vim jantar alguma cousa, e antes das tres horas voltei p.ª sima, continuando sempre o fogo vivissimo, e o nevoeiro q. nada deichava ver, sendo só por tres horas e meia q. o nevoeiro principiou a abrir, e a deichar ver o Campo da peleija; q. se extendia por todas as iminencias, principiando pouco depois a verse q. se aproximavão das pontes, e avançavão, p.ª a Villa, debaicho de hum fogo q. horrorisava, vendo-se destinctamente cahir Cavallos, e Cavalleiros, e choverem as ballas em todas as direcções, e assim aturou athe noite fechada, ficando eu, e os mais que estavamos, na incerteza de que lado ficou o vencimento, supondo mesmo q. o Saldanha sim tinha tomado S. Vicente, e os Fortes, e posições á direita do Cizandro, mas q. a Villa, e toda a esquerda do rio estava ainda ocupada pelo Bomfim, com o Castello, o q. não admira, porq. d'essa mesma opinião estavão, como depois se soube, os mesmos moradores da maior parte da Villa; e as mesmas tropas do Saldanha, e talves elle mesmo, foi necessario mandarem-nos chamar, dizendo-lhe q. a Villa, ou parte d'ella, estava tomada, q. podião vir, de sorte q. estiverão a entrar toda a noite, noite de horroroza recordação para os moradores da Villa, todas as portas erão arrombadas indestinctamente, todas as Cazas roubadas; o Saque não foi positivamente mandado, mas foi mt.º de proposito consentido. Tropa mais indesciplinada, mais ladrões, nunca, em epoca alguma aqui aparcerão, tendo nós ja aqui visto Francezes, Inglezes,

Hespanhoes e em mt.º maior numero, e nem se podem disculpar com a Battalha, porq. antes d'ella, e depois, na marcha p.ª sima, na volta p.ª baicho, sempre ladrões desaforados, tudo lhe servia!!! Em abono da verdade, porq. esta he quem sempre nos derige, o Saldanha conduzio-se na Sua victoria com moderação, tratou com moderação os prezioneiros, a maior parte consta terem fugido, e todos o deverião ter feito, porq., ao menos os Officiaes, consta terem sido em Lisboa mt.º mal tratados, alguns, os principaes, athe dizem terem sido mandados p.ª Angola. O Forte da Forca nunca se rendeu, foi de noite abandonado, quando souberão q. a Villa estava ocupada pelo Saldanha, e a Acção perdida. A arttelharia do Saldanha esteve colocada, no dia da acção, na serra de Almofalla, d'onde deitou um sem numero de projectis sobre a Villa, principalmente bombas, e foguetes de Congreave, d'estes mais de 60 — com tanta fe-lecidade p.ª a Villa q. poucos, ou nenhuns estragos produsirão, como se os não deitassem. No dia — 23 — vierão colocar 4 — bocas de fogo em o moinho, por sima do Nicho de St.º Antonio de Varatojo, p.ª ameaçarem os do Castello p.ª se renderem, mas não chegárão a fazer fogo. A artteiharia do Bomfim, pouca, apenas 2 bocas de fogo, causou terriveis estragos na Divisão do Saldanha, por mais bem colocada, e optimamente deregida (pelo Mouzinho) — A perda do Saldanha foi mt.º grande em mortos, e feridos. A batalha so foi perdida, por culpa do General, faltou-lhe a presença de espirito e o sangue frio indispensaveis; os soldados, quase sós, abandonados baterão-se athe á noite como leões, o Bomfim no meio da tarde os abandonou, indo meter-se no Castello, e dizem que athe com hum Confessionário, — estamos perdidos, estamos perdidos — sem dar mais providencias algumas, nem se lembrar do artt.º 5.º dos de guerra; com soldados taes como elle tinha, ainda q. em mt.º menos numero, e com taes posições, e o rio cheio,

a deitar por fora, como estava naquelle dia, he opinião de todos q. prezenciarão a acção, q. nunca a perderia; o ir-se meter no Castello, onde nada tinha, nem pão, nem agoa, podendo athe ainda dali sahir de noite, ou ao menos a Cavallaria, p.ª o lado da ponte do alpilhão, em direitura a Varatojo, lado que lhe ficou todo aberto athe ao dia seguinte, tanto q. os moradores da Villa q. estavão proximos á porta do Castello, e de todo o lado dito so no seguinte dia he q. souberão q. o outro lado da Villa estava ocupado pelo Saldanha.

«Lansei estes apontamentos no dia 22 de Dzb.º de 1846—com tenção de continuar, addicionar-lhe factos q depois se forão sabendo, e apurando, passando depois tudo p.ª limpo, corregido, e melhor organisado, porem não tive occasião p.ª isso.»

PARA A HISTÓRIA DA DEFESA DA CIDADE E PORTO DE LISBOA

ÔDAS as achegas servem, quando destinadas a completar os nossos conhecimentos. Lisboa prende-me na curiosidade constante dos grandes e dos pequenos períodos por que tem passado na sua existência milenária. Não só o problema da origem ou a atenção do desenvolvimento preocupam; também os pormenores da defesa constituem matéria importante no aspecto político e na urbanização do ópido.

A defesa militar de uma cidade, e especialmente quando se trata da capital, abrange circunstâncias tácticas, elementos políticos de alcance nacional e internacional, e observações arquitectónicas, além de outras subsidiárias ou complementares. E, se a capital pertence a nação apetecida e disputada, ou encabeça, como a nossa, vastos territórios de expansão além-mar, maior impor-

tância vai assumir a defesa organizada.

No período das guerras liberais, a defesa da cidade teve objectivos de ordem interna, que todavia não dispensam a atenção merecida. Foram aproveitadas obras anteriores, que, sirva de exemplo mais antigo o Castelo de S. Jorge, provinham de épocas e conceitos militares diversos no tempo e na eficácia. Acrescentaram outras construções os técnicos, para reforçar a linha de defesa, actualizando-a com fortificações permanentes umas, provisórias outras, como as actualizaram pelo artelhamento.

Encontrei em mãos particulares o documento manuscrito, que descrimina militarmente, pela posição dos fortes e batarias bem como pelas bôcas de fogo, as obras da defeza marítima de Lisboa.

Um mapa, organizado pelo Tenente-General Luiz Ignácio Xavier Palmeirim em 1833, mostra a disposição e o armamento de fortes e batarias da defesa da cidade e do pôrto de Lisboa, ao longo da margem direita do Tejo e na sua continuação fora dêle. Por simplicidade, não faço menção do número das bôcas de fogo, e, por economia de espaço, transformo a feição de mapa em a a de lista.

Castelo de S. Jorge, com peças de artelharia, morteiros e obuses.

Bataria de morteiros do Terreiro do Paço, com morteiros.

» de S. Miguel no Terreiro do Paço, sem nada.

» do Cais do Sodré, idem.

» do Beato Afonso, no Jardim do Marquês de Abrantes, com peças e morteiros.

» do Sacramento em Alcântara, com um canhão-bomba, peças, morteiros e obuses.

» do Cais de Belém, com caronadas, peças e obuses.

Tôrre de Belém, com peças.

Bataria nova do Bom Sucesso, com peças
Forte do Bom Sucesso, » » e morteiros.
Bataria Baixa do Bom Sucesso, » » e obuses.
» de S. José de Ribamar, » » » »
Forte da Cruz Quebrada, » »
» de Nossa Senhora do Vale, » »
» » S. Bruno, » »
» » Porto Salvo, » »
» » S. Pedro de Paço de Arcos, com peças.
» » S. João Baptista das Maias, » »
» » Santo Amaro do Areeiro, » »
» » Catelazete, » »
» » S. Julião da Barra, com peças morteiros e obuzes.
» de S. Domingos do Junqueiro, com peças.
» » Santo António da Barra, » »
» » S. João da Cadaveira, » »
» » S. Pedro da Cadaveira, » »
» » Cruz de Santo António, » »
» » Santo Antoninho, » »
» » S. Roque, » »
» da Conceição da Baía de Cascais, » »
Praça de Cascais, » »
Forte de Santa Marta, » »
» da Guia, » »
» de S. Jorge, » »
» » S. Braz, » »
» » Cresmina, » »
» » Alta, » »
» da Galé, » »
» do Guincho, » »

Total de 38 unidades, entre fortes, batarias, etc. Muitos dêstes postos fortificados existem ainda, quási todos desarmados. Os lugares de outros reconhecem-se

pelo onomástico mantido com precisão. Dos restantes há reminiscência ou vaga nomenclatura apenas. Ao investigador fica, porém, a minúcia da localização.

Luís Chaves

Por um lamentável lapso de revisão saíu a pág. 102 do n.º anterior, sem assinatura, o artigo «A Feira da Ladra», que se declara ser da autoria do Sr. Coronel Augusto Vieira da Silva, a quem pedimos desculpa da involuntária omissão.

UM BURGO MEDIEVAL [1]

deveras singular, pelo ambiente e pela côr, o cenário medievo que, no seu conjunto de edificações, nos oferece, logo à beira da estrada, a vila de Aguiar da Beira, assente no viso dum planalto, distanciado a sudoeste da Serra da Lapa, no distrito da Guarda.

Via-a apenas de relance numa tarde de Setembro último, e mal tive tempo para gravar na retina a imagem curiosa e bizarra que o granito pardacento-escuro das fachadas, dos arcos e das ameias — espreitado àquela hora pelos reflexos do pôr do sol, que tudo envolviam numa poalha doirada e refulgente, — produziu no meu espírito de beirão, habituados como iam os olhos ao colorido variegado das povoações da Beira Mar, e à policromia campesina da envolvente região beirã. E, ou fosse por influência mística da luz solar, a caminho do crepúsculo, — ou, mais certamente, porque o quadro nos im-

---

(1) Comunicação feita pelo autor à Associação dos Arqueólogos Portugueses, em 4 de Abril de 1935.

pressiona a qualquer hora, pela sua intrínseca beleza, semi-bárbara e invulgar, — o que é certo, é que minha simpatia, própria de guardense, por aquela vila do distrito, porventura a mais pobrezinha das sedes municipais, aumentou repentinamente, ao aperceber-me *in loco* da riqueza pictural daquelas construções de fins do século XIII ou primeiro quartel do século imediato, — tão bem conservadas e enriquecidas pela patina dos tempos, que até por isso se imporiam à veneração de quem passa e as observa.

Não importa referir aqui o valor artístico dos edifícios, nem apreciar os motivos arquitectónicos de qualquer detalhe ou peça isolada. Tudo é singelo e simples, embora se verifique certa elegância de proporções em qualquer dos monumentos, pelourinho e tôrre, mesmo vistos cada um de per si.

Porém, o que nós vemos em Aguiar da Beira, não é a grandeza física de sua fábrica. A junção dos elementos urbanos, plenamente arcaicos, é que se impõe a nosso espírito, obrigando-nos a evocar tempos distantes da primeira dinastia: e sob esta facêta restrita da fortificação e povoamento da Beira, poucos burgos encontraremos tão expressivos de velhice, tão expositores da vida urbana regional relativa aos primeiros séculos da história pátria.

O aspecto vetusto do casario, todo muito aconchegado a seu castelo feudal, conhecido por Tôrre do Relógio, — o Poço mourisco, coroado de ameias, o Pelourinho, a Câmara, um ou outro solar, as casas antigas de pezada silharia, algumas da era de quinhentos, — todo êste painel de uma tão suave harmonia de fundo, de linhas e de côr, sem mancha que destôe, chega a afigurar-se-nos, no todo, uma só peça, tornando monolítica a povoação, como se arrancada fôra de uma suposta fundição plutónica no período genésico da formação granítica

*

Sabe-se que Aguiar da Beira era já terra importante anteriormente à ocupação sarracena. Atesta-o o seu castelo velho, hoje desmantelado, cujos alicerces nos indicam todavia ser obra de romanos; e era sede de concelho no tempo de Dona Teresa, que lhe deu foral em 1120, confirmado cem anos depois por D. Afonso II, e reformado logo a seguir por D. Afonso III, em 1258, o qual perdurou até 1502.

Estes estatutos são apontados como modelares, por garantirem expressamente direitos e liberdades dos cidadãos — e privilégios tais que os moradores nunca deveram sujeição feudal a clérigo ou fidalgo, mas tão sòmente à Lei e ao Rei — ou filho de Rei: *Et ut vos per vestram cartam et per vestrum forum semper sitis judicati....* (Foral de 1220).

Daqui podemos inferir da relativa importância da vila e concelho, nesses recuados tempos em que o Norte de Portugal e nomeadamente a Beira, por tradição e pela acção de sua gente, exerceu marcada influência na vida portuguesa.

A denominação de povoações prè-romanas, em especial de origem túrdula e céltica, nem sempre se torna acessível a nosso entendimento, em virtude da grafia e e pronúncia actuais, por isso que, tendo-se afastado da etimologia própria, também se não assemelham a vocábulos da linguagem portuguesa.

Jarmelo e Cavadoude *(Cabebodi)* no concelho da Guarda, pertencem a êsse número. Tal se não dá, porem, com Aguiar *(Aquilare*, no baixo latim) designativo genérico de local onde águias e outras aves de rapina estabeleciam seu «habitat».

Isto não quere dizer — e não serei eu a afirmá-lo — que Aguiar da Beira houvesse sido alguma vez quarte-lgeneral de águias, mochos reais, corvos, milhafres ou que-

jandos voadores. Parece que não. As crónicas apenas referem aquele episódio da CABICANCA, sucedido no século XV, bem digno de arquivo e divulgação pelo cinema e por música de ópera cómica.

Foi o caso, bem natural, de uma cegonha, ao que se diz, aparecer ali pela primeira vez, e instalar seu ninho na tôrre do velho templo de São Pedro. Tal evento foi tomado como aviso de Deus para o julgamento final da humanidade. A "Cabicanca" seria o próprio Demo disfarçado nêsse *travesti*. Tôda a população se tomou de terror pânico; e até o prior abandonou a igreja, profanada assim por Belzebú. Paralizou o trabalho. Já o mulherio se não amoninhava, como eu vi, nos recantos do lagedo, fiando e dobando o linho, ou catando-se, em parçarias de cuscuvilheiras; já os homens se não viam curvados sôbre o velho arado, quási prè-histórico, com que ainda ali se arroteiam os campos. Todos rezavam, implorando o perdão divino, pois se esperava a cada momento o clangor da trombeta convocatória para a magna reünião de almas, no vale de Josafá, quando adregou passar na vila a figura do almocreve Martinho Afonso, possuïdor de um arcabuz, ou outra arma de fogo, de espantosa novidade para aquela gente. E, ao conhecer a desgraça que atormentava o tímido e nobre povo de Aguiar, propôs-se desde logo restituir a paz e a felicidade aos homens bons e a tôda a grei, com esta simples operação: aniquilar a «Cabicanca».

E, como se empunhasse a lança de *Os Nibelungos* ou soltasse a flecha de *Parsifal*—ou ¿quem sabe?!—como gostaria de ter feito a Lucifer o glorioso S. Miguel Arcanjo,—o nosso Martinho Afonso deu ao gatilho e... eis que tomba moribundo, em pleno adro, aquele tão asqueroso inimigo da paz pública.

Aguiar exultou de contentamento. Nobreza, Clero e Povo homenagearam e encheram de dádivas o libertador, que bebeu vinho,—"escorropicha, escorropicha"!—

até fartar. Houve descantes e danças na Praça; deram-se festas nos salões. Na Senhora do Castelo cantou-se um solene *Te Deum*. E, mais tarde, após a morte do novo Guilherme Tell — durante muitos anos, à missa conventual, o sacerdote rezava um *De profundis* ou um *Padre nosso* de pública gratidão por alma do Heroi. Os tempos decorreram em paz até às lutas da Restauração — e depois até à guerra Peninsular.

*

Da sua categoria de vila secundária, suponho ser, em terras beiroas, o derradeiro aglomerado municipal sobrevivente, de entre tantos pequenos concelhos criados na alta idade média.

Dos seus irmãos da reconquista, equivalentes em grandeza e honrarias, ¿quantos se pulverizaram já, ou jazem decadentes, quási extintos?

Não falando de Jarmelo, que, por ser pátria de Pero Coelho, executor da morte de Inês de Castro, foi amaldiçoada e destruída por ordem de D. Pedro o Cruel, — ¿que resta de Codeceiro e Valhelhas, Sortelha e Alfaiates, Castelo Mendo e Castelo Bom, Castelo Rodrigo e Marialva, Longroiva, Numão e Carapito?

Linhares, de tôdas a mais rica e poderosa, adormeceu em meados do século passado e só agora vai consolidar-se seu grandioso castelo. ¡Abençoada tarefa!

Noutras vilas da região, como Trancoso e Celorico, coevas de Aguiar da Beira, e repovoadas na mesma época, notamos, a par de seus castelos, muralhas e barbacans do século XIII, a renovação social que lhes deram os palacetes do século dezoito, seus novos arruamentos e novas construções, estucadas e coloridas ao gôsto da arte nova.

Outras há onde aqueles padrões de guerra desapareceram e onde à simples vista se não pode descriminar

Fig. 2

a época da fundação: indicaremos Gouveia e Seia, ambas modernizadas e progressivas, oferecendo-nos por isso perspectivas bem diferentes, quer as olhemos atravez de seus edifícios públicos e particulares, quer nos embrenhemos no seu viver social de constante esfôrço agrícola, comercial ou fabril, sempre nervosas, fumegantes.

Aguiar da Beira, essa, porém, permaneceu intacta, invulnerável, abstracta do que sucede à sua volta, numa quietude letárgica,... quási imponderável.

E continua vegetando, sem mudar de fisionomia. Dir-se-hia, (perdôe-se a redundância) que a vila, tôda de pedra, ainda mais se petrificou...

Mas, ¡pelo amor de Deus! — conservemo-la assim como está, e veneremo-la como um relicário cívico-feudal, onde, tempos fora, os turistas de todo o orbe venham embeber seus olhos, ávidos de exotismo, no mais interessante espécime de burgo beirão dos anos de mil trezentos e tal.

Assim como é, (apetece dizer: *como sempre foi*) devem seus naturais guardá-la na sua característica própria, e tirar daí o melhor provento para efeitos de turismo. Parece-me que haveria tôda a vantagem em consolidar as ruínas do castelo romano, enquanto o Estado ou algum benemérito aguiarense não se propuser efectivar a sua reconstrução — ao menos como atalaia ou mirante.

Vem a propósito apontar a grandiosidade do panorama que dali se disfruta: Trancoso, Guarda, Linhares, Gouveia e Mangualde, com as Serras da Estrêla e Caramulo a servir de fundo, constituem um admirável friso de paisagem portuguesa.

E êsse notável painel a que acima nos referimos, recortado pela tôrre e pelourinho num ceu de lua plena ou no azul puríssimo das madrugadas — onde se enxerguem ainda os sinais da constelação polar, é neces-

sário mantê-lo íntegro, defendendo-o das arremetidas iconoclastas e das intempéries. Mas, ¡cuidado! Que o cimento e o ferro fiquem dissimulados nas entranhas da alvenaria; e que os picos, as escadas e bijardas dos alvenéis e canteiros não toquem nos capitéis e pilastras; que não rocem sequer um palmo de fachada ou cornija. E que a cal ou a tinta, de qualquer côr, nunca vão ali manchar aquele santuário de granito quartzoso e áspero, numa intenção que, mesmo boa, venha alterar sacrilegamente essa curiosa e rara peça de museu, — que é tôda a vila de Aguiar da Beira.

Por estranho paradoxo, a sua riqueza turística advem-lhe justamente, neste caso especial, da humildade e singeleza de aspecto.

¿Não tem palácios suntuosos, nem chalés multicôres, nem usa telha do tipo marselhês?

¡Tanto melhor!

O burgo mantém sua unidade de estrutura, de pura linhagem avoenga, e apresenta-se irrepreensível de indumentária... tal como se vestiu em eras passadas, alheia ao decorrer dos séculos.

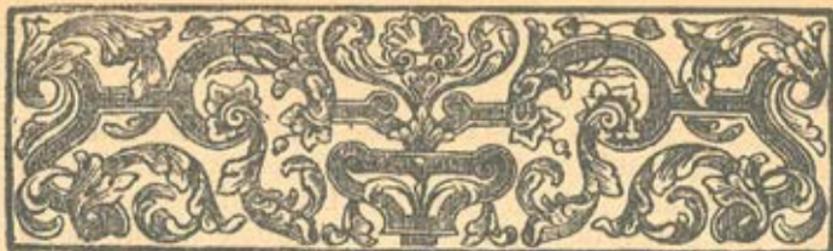
Parece-me aconselhável que o município de Aguiar da Beira, (se ali não há Comissão de Turismo), promova, como fôr possível, pela gravura e outros meios adequados à espèculação turística e comercial, a divulgação e o reclamo de tão interessante povoado.

E se, para receber os visitantes, se torna indispensável criar comodidades de trânsito, de acolhimento e pensão, — elementarmente exigidas pelas pessoas que viajam, vindas de longe, convém, a meu ver, que as respectivas instalações se levantem em bairro próprio, fóra dos arruamentos da antiga vila, para que se não afronte o estilo e o ambiente do que é antiqüíssimo, com o tom janota das casas de hoje, às quais, de resto, não pode nem deve faltar a complexa aparelhagem de tubos, fios, para-raios, chaminés, etc., elementos denunciadores da nossa

civilização, de que assás nos orgulhamos, obrigando-nos entretanto, como sempre, a lutar e sofrer.

Prosseguindo minha rota de viageiro, segui em direcção a Dornelas, estância aprasível, bastante arborizada. Perto dali, junto à ponte do Dão, fui encontrar-me com um português de lei, de fino quilate moral, portador de uma sólida e notável bagagem históricò-científica. Refiro-me ao Sr. Dr. José Maria de Andrade Saraiva, o talentoso autor de *Os perigos que ameaçam a Europa e a Raça Branca.* É um daqueles beirões descendentes de Godos, de antes quebrar que torcer. Sua vida exemplar de virtude e de labor fêz dele uma figura respeitável, merecedora da consideração geral de seus conterrâneos.

«E ainda agora perpassa na minha imaginação tão estranha aguarela, amarelo-púrpura, daquele poente de Setembro, a refractar-se na cantaria negra, selvagem, dêsse burgo medieval,—velho, mais velho do que a Sé da Guarda.»

José Paulo Pereira

AINDA OS CASEBRES DO LORETO

demolição dos casebres do Loreto foi cousa que deu que falar. Já n'esta Revista foi publicado um manuscrito que tem por assunto aquele trabalho de demolição, e no qual se fazem várias referências aos moradores dos casebres, e outras de caracter político, que mal soaram aos agentes da crítica teatral do tempo, proïbindo a representação da comédia.

Tudo o que se sabe àcerca do palácio antecessor dos casebres, do local, e da pitoresca e variegada colónia que os habitava na época do seu desaparecimento, foi brilhantemente descrito pelo sr. Visconde de Castilho no vol. II de *O Bairro Alto de Lisboa*, 2.ª edição, pág. 75. Aí se acham reproduzidos os desenhos únicos que existem dos restos do palácio, devidos à curiosidade dêste ilustre cronista da cidade.

Qual o motivo da celeuma que levantou a obra de demolição dos casebres, não sabemos ao certo; mas pre-

(1) Vid. o tom. III desta Revista, pág. 5.

sumimos que, esquecidos já os alfacinhas das ruínas a que o terremoto de 1755 reduziu a cidade, e das obras que foi necessário realizar para o rasgado traçado pombalino da nova Lisboa, não podiam habituar-se a ver grandes trabalhos de demolição quási no coração da cidade, e não concebiam largos planos de melhoramentos, mesmo sacrificando apenas prédios em ruínas e inestéticos.

Outra razão se poderá suspeitar, qual é a compaixão pública pelos moradores dos casebres, que a um tempo se viam privados das suas moradias e do seu negócio, que, nêsse sítio, devia geralmente ser muito lucrativo.

Entre a papelada do editor desta Revista encontrou êle uma fôlha sôlta alusiva ao acontecimento, que tem por epígrafe *Segunda parte do pronunciamento da velhada contra a demolição dos casebres do Loreto — Conversação entre dois ratões de chinó russo e o janota que chegou tarde*. Daqui se infere que houve uma 1.ª parte, e no texto promete-se a publicação de uma 3.ª parte, que ignoramos se chegou a ver a publicidade.

O poemeto compõe-se de 33 quadras rimadas, e versa sôbre uma conversação entre dois velhotes, que desabafam o seu mau humor pela obra de demolição dos casebres, lamentando as pobres vítimas do camartelo:

> Teimo... e direi sempre:
> Todos aqui soffreram...
> N'este arranjo os pobres gatos
> Mais que todos padeceram.
>
> Era dó vê-los de noite
> Por aqui por ali miando,
> No meio d'estas ruinas
> Um asylo procurando.

Os donos sem habitação,
Os Gatos postos na rua:
Estes crimes bradam alto
Desde a terra até á lua.

Tem palavras de elogio para alguns dos logistas dos casebres, cujo negócio ou indústria lembra com enternecimento, e menciona os estabelecimentos ou seus proprietários seguintes:

Um Justino, com cautelas da lotaria;
Um Rocha, com casa de pasto com bifes;
Um talho;
Um José Maria;
Uma estância de madeiras;
Uma casa de iscas;
Um Café de Moka, que leiloou a casa;
Um botequim novo;
Uma modista, que se mudou para a rua da Barroca;
Uma carvoaria;
Uma velha dos melões;
Uma menina namoradeira;
Um mestre ferrador;
Um alfaiate, que se mudou para a Rua de S. Roque.

Na mesma versalhada alude-se, como na comédia acima referida, à demolição ser feita por soldados de sapadores e por operários da Câmara, ao desafio, para o que se estimularam êstes últimos com gratificações especiais.

Mas o que também muito preocupava os velhotes, eram as condições desabrigadas em que ficava a nova praça, como se não tivessem então, como hoje temos, o exemplo do Rossio, que em ocasiões de vento norte transorma as embocaduras das ruas do lado sul da praça em grutas de Eolo.

Cercada por seis ruas,
Cada uma a deitar vento,
Chapéos, toucas e bandós,
Porá tudo em movimento.

Ha de ser coisa galante
P'ras janotas de balões,
Quando por aqui passarem
Nos dias de furacões.

Como será lindo vêl-as
Assopradas por seis bocas,
Com as saias entufadas
No ar dançando polkas!

Ah! que se eu pudéra
Arrastar estas canellas,
Aqui vindo acocorar-me,
Que grandes espreitadelas!

A brèjeirice sempre foi fruta de todos os tempos! Todavia, se os velhotes vivessem mais uns 75 anos, não careciam do trabalho de acocorar-se para satisfazerem a sua curiosidade lubrica.

A. Vieira da Silva

BIBLIOGRAFIA
SOBRE A FEIRA DA LADRA DE LISBOA

Do nosso ilustre amigo e colaborador Sr. Dr. Carlos Santos (Pai), recebemos, acompanhados duma gentilíssima carta, mais sete n.os para acrescentar a longa bibliografia que fecha o artigo do Sr. Coronel Vieira da Silva, de págs. 89 a 102 dêste volume:

1815 — *Mapa chronologico do Reino de Portugal e seus dominios* (anónimo, mas é de Lourenço de Mesquita Pimentel Souto Maior e Castro). Refer. à pág. 18.

1879 — *Universo Illustrado.* À pág. 383 do vol. dêste ano, artigo sôbre Lisboa Velha, assin. por Silva Pereira.

187... — *Diccionario de invenções, viagens e descobertas antigas e modernas,* por Alberto Pimentel. Vol. II, à pág. 43-45.

1887-90 — *Revista Archeologica e Historica,* por Borges de Figueiredo e Alexandre de Sousa. Vol. II, à pág. 141.

1901-11 — *Serões.* 2.ª série, vol. VIII, à pág. 136, artigo assin. por Manuel Costa.

1925 — *Dr. Bernàrdino Gomes (1768-1823),* por Vergílio Machado, à pág. 95.

1926 — *Diario da Tarde,* de 28-VIII. Artigo de Matos Sequeira.

Lxa-29-III-1935

Dr. Carlos Santos

PARA A HISTÓRIA DE LISBOA NA IDADE-MÉDIA

O CHAFARIZ DE ANDALUZ E O FURADOURO

o organizar o cartório do Cabido da Sé de Coimbra, encorporado no Arquivo da Universidade, aconteceu passar-me pelas mãos um documento cujo sumário dizia assim, no cursivo largo e bem legível que um remoto cónego cartorário do século XVIII pausadamente nele traçou:

Era 1353. Mayo 11:

Instrumento de Como o Cab.º tomou posse dos bens que Francisco Pires Vinagre Conego que foi nesta Sé tinha no Furadoiro termo de Lisboa, e de hua vinha ao Chafariz de Andaluz.

G.8.r.l:m.2.n.27.

Portuguez.

Interessaram-me sempre documentos da Idade-Média; para mais, aquêle dizia respeito a Lisboa, à Capital.

Tive, naturalmente, curiosidade de o ler; a referência ao chafariz de Andaluz prontamente me trouxe à me-

mória o lindíssimo padrão medieval que nele se encontra ainda, e onde, a par da inscrição, uma formosíssima barca da costa, de ingénuo recorte, evoca a famosa náu dos corvos, o corpo de S. Vicente trazido a Lisboa e a piedosa e comovida ternura com que no sêlo e armas a cidade ficou memorando a lenda pelos tempos fora.

Mas o documento falava ainda em Furadouro.

Sou pouco versado em topografia medieval de Lisboa; ainda assim, alguma coisa tenho lido do que um ou outro estudo olissiponense benemerentemente vai trazendo a público; contudo, não me ocorria que em leituras tivesse alguma vez topado aquêle nome — *Furadouro.*

Onde seria aquilo?

Teria desaparecido de todo nas contínuas transformações citadinas êsse vélho lugar, outrora têrmo de Lisboa?

Que lhe corresponderia hoje?

E qual a sua origem?

Era natural a curiosidade; e como era igualmente inocente, compulsado debalde o índice da *Lisboa Antiga,* ocorreu-me consultar algum conhecedor da topografia lisboeta, pessoa bem enfronhada em ruas e bêcos da Capital; lembrei-me logo do nosso Cardoso Marta (nosso, da *Feira,* é claro...); erudito, curioso, espírito sempre aberto a tôdas as solicitações, não havendo em Lisboa rua nem bêco onde não tenha metido... o pé, o que êle não souber ninguém o sabe.

Pedi-lhe, portanto, na melhor das intenções, que socorresse a minha ignorância e me dissesse onde era, em Lisboa, o *Furadouro.*

Mas como quer que no mesmo bilhete lhe anunciasse o projecto que então nutria de ir passar uns breves dias na Capital, Cardoso Marta, solícito, alegre e sempre bem disposto, respondeu pressuroso; não sei, porém, que associação de ideas no seu espírito se formou — ain-

da hoje o ignoro, desisti da projectada viagem— que o seu postal chegado na volta do correio era assim concebido:

Amigo: Radiante por o ter cá! Venha breve. Avise chegada. E não tenha preocupações; Lisboa é terra de recursos, tudo se há-de arranjar; furadoiros aqui há muitos!

Abraços. Cardoso Marta.

Não percebi nada.

Em todo o caso desisti da viagem.

E arrumei o documento.

Passado tempo voltou-me êle às mãos; li-o novamente, decidi copiá-lo e... trazê-lo à *Feira*... Talvez algum leitor lhe pegue e o decifre. Eu é que já não pregunto a mais ninguém!

Êle aí vai, portanto.

In nomine Domini. Amen. Sabão todos que en a era de mil trezentos, e cincoenta e trez annoz, vinte e sete dias de Maio em Lisboa, e no Foradoiro termo de Lisboa em prezença de mim Roi Vicente publico Tabeliom da dita Villa, e das testemunhas, que adeante som escritas Joaõ Domingues Vegado de Coimbra, e testamenteiro de Francisco Pires em outro tempo Coonigo dessa meesma já passado por si e em seu nume, e em nume de João Pires Raçoeiro da dita Sé, e outro Si testamenteiro com el do dito Francisco Pires per poder dhuma procuracom feita per mañão de Affonso Mendis Tabaliom da dita Villa de Coimbra, de seu signal assignada, da qual o teor de vervo a vervo tal he:

Em nume de Deus. Amen. Conhoscão quantos esta procuraçom virem que eu João Pires Priol da Alhada, e testamenteiro de Francisco Pires em outro tempo Coonigo de Coimbra, faço, e ordinho, e estabelesco meu procurador verdadeiro lidimo, e abastoso assi como melhor pode, e deve ser, e mais valer João Domingues Tes-

tamenteiro Conigo do dito Francisco Pires o portador desta prezente procuraçom pera demandar, pedir, e receber por mim, e em meu nume, e no seo todelas Couzas assi beens movis coma de raiz que o dito Francisco Pires havia ou de dereito devia a haver em Lisboa, e em seus termos, e dou-lhe comprido poder pera demandar e receber Conto, e recado de qualquer, ou de quaisquer pessoa ou pessoas, que os ditos bens, ou parte delles teve ou houve de veer, e de recadar, dou-lhe comprido poder pera dar por quite, ou por quites aquelle ou aquelles, de que receber alguã Couza, e dou ao dito meu procurador Comprido poder pera entrar preito ou demanda Com qualquer pessoa ou pessoas querentes a mim, ou a elle embargar alguma Couza das ditos beenz, e dou--lhe Comprido poder pera demandar, defender, responder, alegar, propoer, razoar, recomvir, recuzar, contradizer, exeiçom, ou exeições poer, avir e compoer, comprometer, e dou-lhe comprido poder pera dar juramento em minha alma de qualquer maneira que dereito mandar, e pera leixa lo a outra parte se mester for, e pera estar á Sentença ou a Sentenças assi per nos, Come contra nos, e pera apelar, e Soplicar, e a apelaçom, e Soplicaçom Seguir, e renunçar Se mester for per dante qualquer juiz, ou juizes, alvidros, ou ordinairos assi Eccreziasticos, Como segraes Convinhavis ao feito, ou perdante nosso Senhor El Rey, ou perdante Seo Sobrejuiz ou Sobrejuizes, Ouvidor, ou Ouvidores, ou perdante sa Corte, e dou ao dito meu Procurador comprido poder, pera meter ou fazer meter em posse dos ditos bens o Cabido da Sé de Coimbra, ou seu procurador, ou seu Procuradores, e pera pedir por mim, e Em meu nume, e no seo Estromento, ou estormentos da entrega que fezer dos ditos beens, e dou ao dito meu procurador comprido poder pera estabelecer, ou soestabelecer outro, ou outros procurador, ou procuradores em Meu Nume, e em seu logo, e pera o revogar, e depois da revogaçom o officio da procura-

çom em si filhar cada que quizer, e vir que lhe fará mester, e pera fazer todelas Couzas que verdadeiro, e lidimo procurador pode, e deve fazer, e que eu fazer poderia Se per minha pessoa prezente fosse, e eu hei firme, e estavil pera sempre que quer que pelo dito Meo procurador, ou pelo seo Soestabaleçudo for feito, e procurador, e nas ditas Couzas Só obrigamento de todos Meus beens, e prometo a arrelevalo de todo o encargo de Satisdação Com sas Clauzulas de dereito, em testimonio da qual Couza fiz ende ao dito Meo procurador Seer feita esta procuraçom per mão de Affonso Mendis Tabeliom de Coimbra, E Eu davandito Tabeliom a rogo do dito João Pires esta procuraçom com Minha mão propria escrevi em ella este meu Signal puge em testimonio de verdade.

Feita foi em Coimbra oito dias de Mayo da era de mil e trezentos, e Cincoenta e trez annoz.

Que prezentes forom Dom Gil Fernandis Maestrescola de Coimbra Martim Affonso Mercador, Francisco Affonso Escrivão testemunhas, a qual procuraçam leuda o dito João Domingues per poder della entregou, e meteu em posse por Si e por o dito João Pires testamenteiro sobredito, cujo procurador he Pero Pires Clerigo dEl Rey, e Coonigo da dita Se de Coimbra, em nume e em logo do Daião e Cabido da dita Se de Coimbra todelos erdamentoz que o dito Francisco Pires havia em na Cidade de Lisboa, e em seo termo Convem a Saber entregou ao dito Pero Pires perante mim Tabeliom Sobredito huã assanha com sás Seáras, e Com sas perteenças, e Com seos figueiredos; item lhe entregou hum Moinho Com seus figueiredos, e com Sás perteenças; item lhe entregou huma sessega de moinho Com seu figueiredo, e Com todas Sás perteenças, e huns paredeiros da par do passo, as quais Couzas Som em termo de Lisboa, du chamão o Foradoiro; item lhe entregou huma vinha com sas arvores, e Com todas Sas perteenças.

a qual jaz sobre la fonte de Andalucos, item lhe entregou em Lisboa en a Costa huma Caza Com todas Sas perteenças os quaes beens, e heranças acaecerom ao dito Francisco Pires de seu padre, e de sua madre, e os quaes forom entregados ao dito Pero Pires per telhas, e per moégas, e per chaves, e per rama, e per terra; item lhe entregou no dito logo do furadoiro hum moinho de vento Com sas perteenças, as quaes Couzas o dito Pero Pires recebeu pera o Daião, e pera o Cabido da Sé de Coimbra come seo procurador, e logo de prezente o dito Pero Pires procurador do Daião, e do Cabido da Sé de Coimbra per poder duma procuracom feita per mão de Affonso Mendis Tabeliom da dita Villa de Coimbra, e do seo Signal assignada, a qual adeante he escrita, entregou ao dito João Domingos Vogado de Coimbra procurador de Crara Pires Criada que foi do dito Francisco Pires em nume do Daião e Cabido todelos sobreditos bens, que a dita Crara Pires os tivesse, e lograsse em dias de Sá vida, e houvesse os froitos, e os Novos delles, e mantevesse per os ditos bens huã Capella em na dita Sé de Coimbra segundo he conteudo en no testamento do dito Francisco Pires, e a Sá Morte da dita Crara Pires todelos ditos beens ficarem livres e quites aa dita Sé Segundo he conteudo em no testamento do dito Francisco Pires, e o teor da procuraçom do dito Pero Pires tal he:

Conhoscão quantos esta procuraçom virem que Nos Maestre Raimundo Daião, e Cabido da Sé de Coimbra fazemos, e ordinhamos, e estabelecemos nossos procuradores verdadeiros lidimos e abastosos assi como melhor podem, e devem seer, e mais valer os honrados Barões Dom Egas Lourenço Daião de Lisboa, e Dom Francisco Domingues Priol da Alcaçova de Santarem, e Pero Pires, e Domingos Martins Procurador de Nosso Senhor El Rey nossos companhões todos em sembra, e Cada hum delles per si, assi que a Condiçom dum nom seja me-

lhor que a do outro, mais o que hum começar o outro o possa acabar damos aos ditos Nossos procuradores, e a cada hum delles Comprido poder pera demandarem, e receberem a posse de todelos beens assim Movis coma raiz que Francisco Pires em outro tempo nosso Coonigo havia e de dereito devia a haver em Lisboa, e em seos termos e pera os entregarem por nos, e em nome do dito Nosso Cabido a Crara Pires Creada do dito Francisco Pires, ou a seu procurador, os quaes beens o dito Francisco Pires mandou por Sá alma aa dita Sé de Coimbra pera lhe manteerem huma Capela per elles pera sempre, e damos aos ditos nossos procuradores Comprido poder pera entrarem preito ou demanda Com qualquer pessoa ou pessoas, que aos ditos nossos procuradores quizerem embargar alguma Couza do nosso dereito, e damos-lhes Comprido poder pera demandar, defender, responder, alegar, propoer, razoar, reconvir, e recuzar, Contradizer, exeiçom, ou exações, poer, avir, e Compoer, Comprometer, e pera meter vogado, ou vogados, procurador, ou procuradores á dita demanda Se mester for, e pera darem juramento em nossas almas de qualquer maneira que dereito mandar, e pera leixala a outra parte se mester for, e damos-lhes comprido poder pera estar a Sentença ou as Sentenças assi por nos, Come contra Nos, e pera apelar e Soplicar, e a apelaçom, e a Suplicaçom Seguir, e renunçar se mester for perdante qualquer juiz, ou juizes, alvidros, ou ordinairos, assi ecreziasticos, come Segraes Convinhavis ao feito, ou perdante Nosso Senhor ElRey, ou perdante seo Sobrejuiz, ou Sobrejuizes, ouvidor, ou ouvidores, ou perdante Sá Corte, e damos-lhe Comprido poder pera pedirem, e demandarem por nos, E em nosso nume estromento ou estromentos, ou outra qualquer Escritura de qualquer maneira que virem que faz mester, e pera os receberem, e damos-lhes Comprido poder pera darem por quite, ou por quites aquel, ou aquelles, de que receberem alguma

Couza em Nume do dito nosso Cabido, e rogamos qualquer Tabeliom de qualquer lugar, que esta Nossa procuraçom vir, que faça estromento ou estromentos ou outras quaesquer escripturas que os ditos Nossos procuradores, ou cada hum delles mandarem fazer, ou pedirem, e damos-lhes comprido poder pera estabelecer, ou Soestabelecer outro, ou outros procuradores, ou procurador em seos Logos, e logo do dito nosso Cabido, e pera o revogar, e depois da revogaçom o officio da procuraçom em Si filharem Cada que quizerem, e virem que lhes fará Mester, e nos havemos firme E Estavil pera todo Sempre que quer que pelos ditos Nossos procuradores, ou per cada hum delles, ou pelo seo Soestabelecudo for feito, e procurado em nas ditas Couzas Só obligamento de todos nossos beens, e prometemos a relevalos de todo o Encargo de Satisdaçom Com sas Clauzulas de dereito, em testemonio da qual Couza Nos Sobreditos Daião, e Cabido fezemos ende aos ditos Nossos procuradores Seer feita esta procuraçom per mão dAffonso Mendis Tabeliom de Coimbra, e Eu davandito Tabeliom a rogo dos ditos Daião e Cabido esta procuracom com minha Mão propria escrevi, E Em ella este meu Signal puge em testemonio de verdade.

Feita foi em Coimbra onze dias de Mayo da era de mil, e trezentos, e cincoenta e trez annos.

Que prezentes forom João Pires Raçoeiro da Sé de Coimbra, Fernão Pires Clerigo, João Pires Açaagador Gonsalo Eanes Porteiro testemunhas.

A qual procuraçom perleuda o dito João Domingues procurador da dita Crara Pires per poder duma procuraçom feita per mañão do dito Affonso Mendis Tabeliom de Coimbra a qual adeante he escrita recebeo do dito Pero Pires os ditos erdamentos pera a dita Crara Pires Só as Condições de Sussoditas, da qual procuraçom o teor tal he:

Conhoscão quantos Esta procuraçom virem que Eu

Crara Pires Creada de Francisco Pires em outro tempo Coonigo de Coimbra faço e ordinho, e estabelesco por meu procurador verdadeiro Lidimo, E abastoso assi como Melhor, e mais firme pode e deve seer, e mais valer João Domingues meu marido o portador desta procuraçom pera pedir, e demandar per mim e em Meu Nume, e pera receber todelos beens movis, e de raiz que o ditto Francisco Pires havia, e de dereito devia a haver em Lisboa, e em seus termos, os quaes o dito Francisco Pires a mim mandou em dias de minha vida tanto pera manteer per elles huma Capella Segundo he Conteudo em seu testamento, e dou ao dito meu procurador comprido poder pera dar por quite, ou por quites aquelle ou aquelles de que receber alguma Couza em meu nume, e dou ao dito meu procurador comprido poder pera Entrar preito ou demanda Com qualquer pessoa, ou pessoas querentes embargar a mim, ou ao dito meo procurador alguma Couza de meu dereito, e pera meter — *(sic)* ou vogados, procurador, ou procuradores em seu logo aa dita demanda se mester for, e pera dar juramento em minha alma de qualquer maneira, que dereito mandar, e pera leixalo a outra parte se mester for, dou-lhe comprido poder pera — *(sic)* defender, responder, allegar, propoer, razoar, reconvir, recuzar, contradizer, exeiçom ou exeições poer, avir, e compoer, comprometer, e pera estar a Sentença, ou as Sentenças assi por mi, come contra mim, e pera apellar, e Soplicar, e a appelaçom, ou a Suplicação Seguir, e renunçar, se mester for, perdante qualquer Juiz, ou Juizes, arvidros, ou ordinairos, assi eccreziasticos Come Segraes convinhavis ao feito, e dou-lhe comprido poder pera arrendar, e emprazar os ditos beens ou parte delles, e rogo qualquer Tabeliom, que esta procuraçom vir que faça Cartas ou estormentos ou outras quaesquer escripturas, que o dito meo procurador mandar fazer de qualquer maneira per razom dos ditos beens, e dou ao dito Meu procurador

Comprido poder pera estabelecer ou Soestabelecer, outro ou outros procurador, ou procuradores em seo logo, E Em meu nume, e pera o revogar, e depois da revogaçom o officio da procuraçom em si filhar cada que quizer, e vir que lhe fará mester, e pera fazer todelas Couzas, que verdadeiro, e Lidimo procurador pode e deve fazer, e que Eu faria Se per minha pessoa prezente fosse, e Eu hey firme, e Estavil pera todo Sempre que per o dito meu procurador, ou pelo seo Soestabeleçudo for feito, e procurado Nas ditas Couzas Só obrigamento de todos meus beens em testimonio da qual Couza fiz ende Seer feita esta procuraçom per mão de Afonso Mendis Tabeliom de Coimbra, E Eu devandito Tabeliom a rogo da dita Crara Pires esta procuraçom com minha Mão propria escrevi, e Em ella meu signal puge em testimonio de verdade.

Feita foi em Coimbra onze dias de Maio era de mil trezentos, e cincoenta, e trez annos.

Que prezentes forom Roi Pires de Lisboa Joane Mendis dito Gordo, Martim Nunis, Abril Eanes Capateiros testemunhas.

As quais Couzas assi feitas perdante mim Roi Vicente Tabeliom Sobredito o dito João Domingues procurador da dita Crara Pires em seu nume della pedio ende a mim hum estormento com nos teores das ditas procurações, E Eu a seu rogo dei a elle escrito per minha Maão e assignado de meu Signal que tal est.

Testemunhas Vicente Esteves dabucellas, Vicente da Eixára Morador em Lisboa. Joanne Eanes que foi Tezoureiro da Magdalena; João Carmoneiro de Santo Antonino, João Martins das Marnotas Estevão Fernandes de Ponte.

Lugar do Signal + publico.

Apura-se de tudo isto — o leitor viu — que o Cónego da Sé de Coimbra, Francisco Pires, possuia em Lisboa,

e no Furadouro, seu têrmo, os seguintes bens, herdados de seus pais:

— *na cidade*, uma casa de habitação e suas pertenças, situada na *Costa* (*do Castelo*, presumivelmente), e uma vinha com suas árvores e pertenças sobranceira à *fonte de Andaluz*.

— *no Furadouro*, uma azenha com sua searas, pertenças e figueirais, um moínho de vento com seus figueirais e pertenças, um terrado de moínho também com pertenças e figueirais, e uns pardieiros a-par do Paço.

Fêz testamento de tudo ao Cabido de Coimbra com reserva de usufruto a favor de Clara Pires, sua criada, sob condição desta e do Cabido manterem para todo o sempre na Sé, com os rendimentos dos bens, uma capela instituída por alma dêle.

Para boa execução das suas disposições nomeou seus testamenteiros o Prior das Alhadas e raçoeiro da Sé, João Pires, e o advogado João Domingues que, segundo se depreende do último documento, era casado com a referida criada Clara Pires.

O cónego morreu e, em 8 de Maio de 1315 (reduzida a Era de César a anos de Cristo), o testamenteiro João Pires passou procuração ao colega João Domingues para êste poder tomar posse dos bens de Lisboa e seu têrmo.

O referido advogado, testamenteiro do Cónego e marido da criada herdeira, empossou o Cabido nos ditos bens, na pessoa do clérigo Pero Pires, comissionado da Sé para tomar a referida posse solidàriamente com o Deão de Lisboa D. Egas Lourenço, com o Prior da Alcáçova de Santarém D. Francisco Domingues, e com Domingos Martins, procurador régio.

Data a procuração do Cabido, àquêles comissionados, de 11 do citado mês; nesse mesmo dia, e no mesmo tabelião de Coimbra, que foi Afonso Mendes, a criada Clara Pires delegava no advogado João Domingues,

seu marido, os necessários poderes para êle tomar posse do usufruto deixado pelo Cónego.

Em conseqüência, o referido Pero Pires, delegado do Cabido, cometeu a posse da herança ao dito advogado.

Munido dêstes documentos, segue João Domingues para Lisboa a apresentar-se ao tabelião Rui Vicente exibindo as procurações que o habilitavam, pedindo que lhe conferissem a posse do moinho, da azenha, do terrado, dos pardieiros e dos figueirais, no Furadouro, e da casa na costa e da vinha da fonte de Andaluz, na cidade. Por fim, tomada a posse, e tendo-o o referido tabelião acompanhado aos locais onde as propriedades ficavam, requereu o advogado certidão de todos os documentos.

O tabelião passou-a, seis testemunhas assinaram, e tudo terá ficado consumado.

Passados anos, em 1334 (Era de 1372), em 21 de Março, compareceu na claustra da Sé de Coimbra o notário da cidade João Domingues, o vigário capitular André Anes, D. Gil Fernandes mestre escola, e outros, para assistirem à leitura dum velho contrato de arrendamento daquelas propriedades de Andaluz e do Furadoura a Joane Anes, *murzelo* de alcunha, contrato feito em 1309 (Era de 1347) pelo cónego Francisco Pires no tabelião Estêvão Martins, de Coimbra, que para o caso lavrou duas cartas partidas por A B C.

A renda fôra fixada em 40 libras portuguesas pagas anualmente por dia de Santa Iria, além de determinadas bemfeitorias.

Apresentava agora êsse documento, que merece a pena de ser lido e é como segue, o porteiro do Cabido da Sé de Lisboa, Vicente Domingues:

In nomine Domini Amen. Sabam quantos este estromento virem como vinte e hum dias de Março da

era de mil e trezentos sateenta e dous annos na Crasta da Sé da Cidade de Coimbra em lôgo hu se de costume Sol fazer Cabido em prezença de mim João Domingues publico Tabalião de nosso Senhor El Rey na dita Cidade prezentes as testemunhas que adeente som escritas Vicente Domingues que se dezia porteiro do Cabido da Sé de Lisboa prezentou perdante Andre Annes Vigairo do dito Cabido de Coimbra Vagante a Sé per morte de Dom Reymundo Bispo que foi do dito Lôgo prezentou e per mim Sobredito Tabalião leer fez hum estromento feito e asinado per mão de Estevão Martins tabalião que foi de Coimbra do qual o theor tal he.

Sabam quantos este estromento virem que Francisco Pires Coonigo da Sé de Coimbra de minha boa livre vontade arendo e outorgo a voz Joanne Annes dito Murzelo aquella minha azenha que eu hei no lôgo que he dito o Furadoiro com duas minhas sesegas doutras duas minhas asenhas com Sás Searas e com Sás Cazas e com todelas outras sás perteenças e com aquel meu moinho derribado e com aquella minha vinha que eu hei em lôgo que he dito Andaluzas e com todos meus figueiredos que eu hi hei e de dereito devo a haver e com nas minhas Oliveiras que eu hei no dito lôgo do Furadoiro as quaes couzas são todas no termo da Cidade de Lisboa as quaes couzas todas sobre ditas todas aqueecerão de parte de meu Padre Pero Soares e de minha Madre Mariafonso arendo e outorgo a vós Sobre dito Joanne Annes todelas ditas minhas couzas per tal preito e condição que vós tenhades e hajades ellas em paz e sem contenda nenhuã em todolos dias das vossas vida tanto e vós devêdes dar a mim ou aos meus Sucessores des que eu passar ou a quem esta Carta mostrar em cada hum anno por dia de Santa Eyrea em paz e em salvo sem contenda nenhuã quareenta libras de dinheiros portuguezes e asi em cada hum ano em todolos dias de vossa vida tanto e vós Sobredito Joanne Annes devedes

fazer a mim sobre dito Francisco Pires ou a meus successores á vossa custa propria hum moinho na Sesega no lôgo que he dito adaraeira e aquella minha caza que he derribada susso em na Quintã apres de mim sobredito Francisco Pires e de Sancha Pires e outro Si devêdes manteer e fazer e refazer todelas ditas minhas couzas em seu boom estado asi em come a ellas comprirem e mester fezerem per que mais possão e devão valer e nom desperecer e outro si devêdes podar e amergulhar e empaar e cavar e arendar tapar a dita minha vinha em cada hum anno aos tempos convinhaves á vossa custa propria em todolos dias da vossa vida tanto e á vossa morte todelos ditos lugares devem ficar a mim sobredito Francisco Pires, ou a meus successores des que eu passar em páz e sem contenda nenhuã com todos seus melhoramentos e acrescentamentos e com todas Sás bemfeitorias e se per ventura em algum tempo eu ou alguns meus successores des que eu passar a vós eu ou os meus successores tulher quizer ou quizermos todelas ditas couzas e cada humas comprindo vós a mim sobredito Francisco Pires ou aos meus successores depós minha morte se perventura aqueecer todelas ditas couzas e cada humas entam eu sobredito Francisco Pires ou os meus sucessores depóz minha morte devemos a vós peitar em lôgo e nome de pena cem Libras de dinheiros portuguezes e toda via todelas ditas couzas ficarem firmes e estaves e cada humas atá o dito tempo como dito he e se vós a nós sobredito Francisco Pires ou os meus successores depós minha morte não comprirdes todelas ditas couzas e cada humas entam vós sobredito Joanne Annes devêdes a mim sobre dito Francisco Pires ou aos meus Sucessores depós minha morte semelhavelménte peitar a dita pena e o feito ficar entre nós firme e estavel atá o dito tempo como dito he e eu ou os meus Successores tolhermos a vós todelas ditas couzas se quizermos das quaes couzas todas sobreditas fezemos ende

entre nós seer feitas duas cartas partidas per A. B. C. per mão de Estevão Martins publico tabalião d'El Rey em Coimbra e Eu Estevão Martins tabalião sobredito a todas estas couzas de susso ditas prezente fui e a rogo das ditas partes duas cartas partidas per A. B. C. com minha mão escrevi e em cada huma dellas este meu Sinal pugi em testemunho das ditas couzas aquesto foi feito em Coimbra vinte e nove dias de Julho na era de mil e trezentos e quareenta e sete annos testemunhas João Martins Capellão da Igreja de Sam Salvador da Cidade de Coimbra Martim Annes que se dezia de Guimaraens e homem do dito Francisco Pires.

O final do traslado que hoje se encontra na pág. 123, verso, do cartulário intitulado *Copia de Emprazamentos*, do Cabido, no Arquivo da Universidade, completa o que nessa reunião de 21 de Março de 1334 se passou a êste respeito:

O qual estromento perleudo per mim Sobre dito Tabalião Dom Gil Fernandes Meestre Escolla de Coimbra em nome do Cabido pedio ao dito Vigairo dizendo lhe que o dito Cabido cumpria o theor do dito estromento e eigeminado e como nom era razo nem borado nem antre linhado nem em nenhum lugar de si suspeito deu a mim Sá outoridade como Juiz ordinhairo pera tornar o dito estromento em publica forma sô meu sinal esto foi feito no dito logo hu dia mez e era sobredita testemunhas que prezentes forão João Pires que foi Prebendeiro João Gomes Prebendeiro João Lourenço Tabalião Vicente homem de Andre Annes e outros E eu João Domingues Tabalião sobredito a esto prezente fui e a rogo do sobredito Dom Gil Fernandes e per mandado e autoridade do dito Vigairo o dito estromento em publica forma torney e este estromento como theor do outro com minha mão escrevi e em el meu Sinal pugi em testemunho de verdade que tal he — Lu-

gar do Signal publico.

(A referida cópia está epigrafada de «Arendamento de propriedades no furadouro e em Andaluzas termo de Lisboa, N.º 77».)

Acabam os documentos e eu mais nada sei; nem sequer — revertamos ao começo — *onde é, em Lisboa, o Furadouro*...

Lembra-me o eminente historiador de Lisboa, o Sr. Engenheiro Augusto Vieira da Silva, que na freguesia de S. João da Praça, próximo da Ribeira e do chafariz de El-Rei, havia outrora um lugar com essa denominação; e tem a bondade de me citar um documento da Tôrre do Tombo, comprovativo *(Chelas, maço 3, n.º 41, a. D. 1426)*;

> ...aa porta chamada do furadoiro freguezia da egreia de sanhoane da praça da porta de fora descontra o mar onde jazem os navios que vaam e vem pera Frandes E pera aragan e outras partes.

Aponta-me ainda a *crónica de D. Fernando*, de *Fernão Lopes* (pag. 282 da ed. de 1816), mas não conhece outras referências ao local nem o pode identificar na topografia actual de Lisboa.

Em que terão sido transformados os moínhos e os figueirais do cónego Francisco Pires, mais da sua criada Clara Pires e do marido João Domingues?

A referência à vinha da fonte de Andaluz (de *Andalucos*, diz um dos documentos; outro, *Andaluzas*) passará a ser doravante a mais antiga notícia dêste vélho chafariz lisboeta.

Conhecia-se apenas o que *José Sérgio Veloso de Andrade*, antigo arquivista da Câmara de Lisboa, escrevera na sua *Memória sôbre chafarizes, bicas, fontes e poços públicos de Lisboa, Belem, e muitos logares do*

têrmo (Lisboa, Imprensa Silviana, 1851); a página 131, consigna a *nota 26*:

«Bica d'Andaluz.

Tem um padrão aonde se diz ter sido feita em 1374; e é a maior antiguidade que temos encontrado em toda esta nossa curiosidade.»

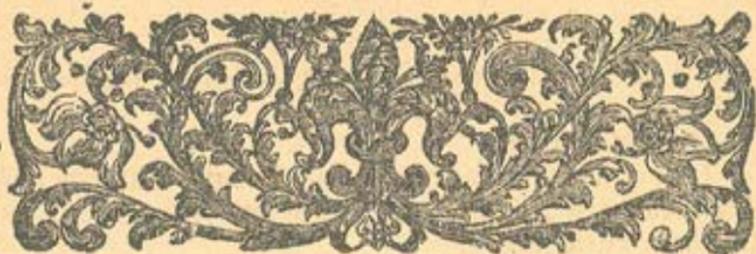
O ano de 1374, reduzido à cronologia cristã, equivale a 1336; a data do nosso documento mais antigo, feita idêntica operação, fica em 1309.

Quere dizer: sempre foi mais um passo de 27 anos que se deu neste bisbilhotar de história local, o que não é indiferente, havemos de convir, tratando-se, demais a mais, de épocas tão recuadas e de escassa documentação.

Um àparte, agora: o leitor reparou no onomástico das procurações transcritas?

O testador chamava-se Francisco *Pires*; um dos testamenteiros, João *Pires*; a criada do Cónego, Clara *Pires*; o procurador do Cabido que recebeu os bens, Pero *Pires*; testemunhas da procuração do Cabido ao Pero, além do testamenteiro João *Pires*, clérigo, Fernão *Pires* e outro João *Pires*, *açaagador*, isto é, *aguçador*, afiador de facas e armas; e até uma testemunha da procuração da criada se chamava Rui *Pires*.

Não dá assim a impressão de que tudo aquilo se passou, afinal, em família, numa grande família?...

A. G. da Rocha Madahil

O «AUTO DA FLORIPES»

lugar das Neves fica na convergência de três freguesias do concelho de Viana-do-Castelo: Alvarães, Mujães, e Vila-de-Punhe. No largo onde as três freguesias se encontram, precisamente no ponto onde elas se encontram, — a curiosidade popular ergueu uma tôsca mesa de granito, com três assentos também de pedra, — cada assento em sua freguesia...

Pois é nesse largo que se realiza, por ocasião da romaria da Senhora das Neves a 5 de Agôsto, o *Auto da Floripes*, com renome por todo êste pedaço do Norte de Portugal.

O *Auto da Floripes*, a que o povo do lugar chama simplesmente *as comédias*, é interessantíssima sobrevivência do vélho teatro popular.

É levado a efeito ao ar livre, em longo estrado alto. A representação decorre em declamação estira-

da, com acentuado alongamento das últimas sílabas das frases, como quem as está a proferir para muito longe e quere de lá ser ouvido, e fecha movimentadamente por cantos e bailados.

Os «papéis» — e nunca o têrmo foi menos próprio porque não há papéis de espécie alguma — passam tradicionalmente da memória dos vélhos «actores» para a memória dos seus descendentes, ou, em duas palavras, são hereditários, desde tempo inatingível.

O tema do *auto* é o costumado tema das «reisadas» populares, enraïzado nas inesquecidas lutas entre *cristãos* e *infiéis*. *Infiéis, pagãos, turcos* e *mouros* — tudo é um, na sabedoria popular.

Assim, no *Auto da Floripes*, há o *partido cristão*, representado por Carlos Magno e sua gente, e há o *partido mouro* ou *turco*, onde se vê o Almirante Balão à frente da sua tropa variegada, e na companhia do temível Ferrabrás, filho dêle e rei de Alexandria. Ao Almirante Balão, chama o povo também — *rei turco* ou *rei mouro*.

O *auto*, como se está a ver, diz respeito à guerra entre Carlos Magno e o Almirante Balão, e, particularmente, ao desafio entre o Conde Oliveiros, um dos Pares de França que seguiam o grande imperador, e Ferrabrás, que fica vencido e convertido ao cristianismo.

Historiemos a acção:

Ferrabrás, sabendo que o imperador Carlos Magno estava em Mormionda com seu exército — do qual sobressaem cavalheirosamente os doze Pares de França —, para lá partiu, seguro da sua respeitável fôrça, a desafiar, êle sòzinho, êsses doze guerreiros de sangue destemido e gentil.

Ferrabrás, chegado a Mormionda, como não aviste ninguém, começa a bradar por Carlos Magno, e pe-

los doze Pares, convidando-os a vir, um a um, bater-se com êle. Só os ecos respondem. Então, Ferrabrás estira-se no chão, para descansar, — não sem ter lançado ainda, em brados vigorosos, um novo desafio aos doze Pares de França, agora a todos juntos.

(Ferrabrás deveria tirar o elmo e prender o ginete a uma árvore, antes de se deitar no chão, mas, como no tablado não há ginete nem árvore, Ferrabrás deita-se muito simplesmente num lençol de alvo linho, recostando-se em fofa travesseira arrendada...)

Surde o Conde Oliveiros, que, embora ferido, quere batalhar com o *turco*.

Ferrabrás pasma diante da pequenez e aparente fraqueza do Par de França, que, ainda por cima, está ferido. O Conde, por seu lado, finge ser pobre guerreiro sem nome.

Trava-se longa discussão, e Oliveiros, por fim, ajuda o rival a levantar-se e a armar-se. Batem-se. O cristão é quem vence. Ferrabrás, mal ferido, sentindo a morte, é iluminado pela graça do Espírito-Santo, e converte-se ao cristianismo. Pede então o bàtismo.

Este desafio, cheio de peripécias, entre o Conde Oliveiros e Ferrabrás, é, como disse já, o núcleo do *auto*, ocupando grandíssima parte da representação.

Oliveiros, apiedado abertamente do seu novo correligionário, trata-lhe os ferimentos. Nessa altura, Ferrabrás diz-lhe que fuja, porquanto não tardariam os *turcos*, que estavam ocultos atrás de um outeiro, e que, sabendo da sua derrota, não deixariam de acudir.

Vêm os *turcos*. Oliveiros é prêso e levado para o *campo* dêles. Os cristãos acodem mais tarde, e só encontram o prostrado Ferrabrás, a quem conduzem para o *campo* cristão.

Carlos Magno envia embaixadores ao Almirante Balão, reclamando-lhe a entrega de Oliveiros e também das relíquias santas que Ferrabrás havia roubado

em Roma. O Almirante prende quanto embaixador lhe aparece.

Ora, o bravo Almirante Balão tinha uma filha mansa, chamada Floripes. Floripes, apaixonando-se por um dos prisioneiros — que era o Par de França Guido de Borgonha —, obrigou o carcereiro Brutamontes a dar fuga aos cristãos, e com êles se passou para o *campo* de Carlos Magno.

O papel de Floripes é sempre desempenhado por homens. No teatro popular, as mulheres não têm ainda entrada...[1]

A «Floripes» que eu vi, em 1910, era um rapagão. Trazia «mantinha» na cabeça, saia de pano preto, chambre verdé com rendas, chale amarelo no braço, leque ao pescoço, e guarda-sol na mão. Chegou ao tablado num carro de cortinas, aos acordes do Hino da Carta.

O Almirante, vendo safar-se a rapariga, bota-lhe cantigas apropriadas. Eis uma:

> Minha filha Filoripes
> que tánto me falseastes:
> deixaste-la minha lei,
> meus inimigos soltastes.

E Floripes responde:

> Ó sinhor pai me perdôi,
> qu'isto num foi consirdado;
> se le fiz algũa ofênsia,
> foi p'ra ser mulher casada.

Então, fere-se uma grande batalha. Os *turcos* es-

---

(1) Cfr. o que digo na *Revista Lusitana*, volume XXX (1932), artigo *O Teatro dos «Grupos de Boas-Festas», do Pôrto*, pág. 249 (pág. 51 da separata), n.º 54.

grimem com os espadagões. Os cristãos dão tiros com as suas armas de carregar pela bôca. Os tambores rufam, imitando o fragor dos combates.

Sucedem-se, com fastidiosa simetria, peripécias e mais peripécias.

Os cristãos vencem, é claro, — e tudo acaba da melhor forma.

Nossa Sinhora das Neves
é 'strêla de Portugal;
já se renderam os turcos,
vivam todos em gèral!

Nossa Sinhora das Neves
é guia de tôda a Terra;
já se renderam os turcos,
já se acabou tôda a guerra.

Após êste côro, entoado por todos os figurantes, há um bailado, ao som das filarmónicas. Depois,

Dêmos fim a êste baile,
q'a nós assim nos combéim;
regale-se, meu sinhor,
até ó áno que béim.

Assim termina o velhíssimo *auto* das Neves, uma das tradições mais curiosas que sobrevivem entre o povo do Norte, e de cuja interpretação e movimentação tratei já, por miúdo, na *Revista Lusitana.*(1)

Bem merecidos são os aplausos com que sempre, e à farta, a multidão assistente às *comédias* cobre os ingénuos figurantes, — aldeãos que, através de mil di-

---

(1) Volume XV (1912), págs. 93-101.

ficuldades modernistas, heròicamente conservam o seu *auto*, precioso documento vivo para o estudo do nosso teatro popular.

Viana-do-Castelo

CLÁUDIO BASTO

NOTULAS DE VIAGEM

III — A CAPELA DAS NECESSIDADES, NO TERMO DE ARRAIOLOS.

Há cêrca de três meses, fui convidado a passar uns dias na quinta do Almargem, freguesia de S. Pedro de Gafanhoeira, concelho de Arraiolos. No segundo dia, fui com os meus hospedeiros ver a festa da Senhora das Necessidades, a uns quilómetros dali. Como em quási todos os arraiais, ou romarias, havia uma parte profana, outra religiosa.

Passava-se a primeira na Tapada dos Veados, recinto murado, mal arborizado, onde uma trintena dêsses esbeltos animais (a maioria era corças), andava em correrias desvairadas, ante o rodar dos carros e a invasão paulatina de romeiros.

Ora ali perto fica, encravada em terrenos alheios, uma propriedade da casa de Bragança: a capelinha da Senhora que se festejava. Um ou dois marcos junto às paredes, com as letras C. B. encimadas por uma corôa régia, e as mesmas repetidas no arco da capela-mor são, ao que pude ver, as únicas marcas de posse da casa proprietária.

Transposto um pequeno alpendre sem interêsse, entra-se na capela, pequena, de uma só nave, paredes forradas de azulejo até o entablamento. Esta faiança de revestimento, de vulgar pintura decorativa azul sôbre fundo branco, é de fábrica lisboeta, fins do setecentos, e versa os vários símbolos da Virgem (rosa mística, estrêla da manhã, etc.), de sofrível desenho. O coro é humilde, sem interêsse artístico. Ao alto, porém, das paredes,

corre um friso de ingénuos ex-votos, quadrinhos pincelados em madeira e fôlha de lata ou zinco (os mais numerosos), não sei se algum em tela. Tratam, na sua maioria, de curas milagrosas — o doente, em leito simples ou de docel, o médico enfronhado na sua importância, a família ansiosa esperando o diagnóstico, ou em postura suplicante, de olhos na Virgem que, invariavelmente, aparece no alto, num ângulo do quadro, nimbada de divino explendor. Outros são curas de gados, objectos perdidos desastres de viação celestialmente remediados — emfim, pequenos quadros onde se reflecte a vida do monte e da charneca alentejana, como os ex-votos das igrejas do litoral reproduzem a existência agitada da gente do mar. E' um pequeno museu de quadros votivos que merece ser visitado.

Passado o sub-côro e entrando na capela, vemos ainda, nas paredes laterais que susteem o coro, duas inscrições em azulejos, uma de cada lado, lendo-se na do lado direito de quem entra, sobranceira à pia da água benta:

ESTA AGOA BENTA ME
SEIA SAUDE, E VIDA;
E PORELLA MINHAS VE-
NIAES CVLPAS ESTIN-
CTAS.
ESTA ERMIDA HERA
DE S.TO ESTEVO E PORDE-
VASAÕ HOIE HE DASRA
DAS NESECIDADES.

E do lado esquerdo:

ESTA OBRA MAN-
DÁRAÕ FAZER OS-
DEVOTOS DEN. S.RA

DAS NECESSIDADES
COMASSUAS ESMÓ-
LAS, NO ANNO
DE 1781.
PEDESE HVM P. N. AVE-
M.ª PORESTES DEVOT.OS

Esta ermida, curiosa pela invulgaridade de ter tido duas invocações primeiro de *S.to Estevo* e, depois de restaurada, por *devasão,* da Sr.ª das Necessidades, tem, observada exteriormente, do lado do portão da tapada, o aspecto dum acumulado de pequenas construções. Numa dependência vive o sacristão com a família.

Ainda assisti à procissão (que há anos se não fazia) que saiu em direcção à tapada e, dando volta às terras lavradas que rodeiam a capela, tornou a entrar nesta. Depois, concluida a venda a quem mais deu, das promessas e ofertas (paios, presuntos, bolos, fruta, etc.) tudo acabou dentro da tapada, em corridas de argolinha e de sacos, e as indispensáveis comesainas e danças, polvilhadas de poeira, à sombra do escasso arvoredo.

Julho de 1935.

C. M.

UMA INTERDIÇÃO Á CIDADE DO PORTO EM 1700

Padre Manuel da Costa, Prepósito da Congregação do Oratório de São Felipe de Nery, do Pôrto, em um documento avulso, dá-nos a noticia de uma interdição que uns Juizes Apostólicos lançaram sôbre a cidade do Pôrto em 1700, nos seguintes termos:

Memoria do q. se fez nesta Cong.am do Pôrto no tempo do Cessacio a Divinis. (1)

Em 15. de Abril deste prez.e anno de 1700 pella Contenda q. entre si tiveraõ huns Juizes App.os, se pos nesta Cidade pela froixidaõ de quem o naõ

---

(1) *Cessatio a Divinis* é a suspenção de todos os actos do culto.

soube atalhar, hum Cessacio a Divinis q. durou da tarde de dia 15. de Abril athé a sabbado seg.te 17. do d.o mes, a noite em q. chegou a anullatoria de huns dos juizes, q. morava em Guimarães.

Do d.o Cessacio tivemos noticia a 6.a f.a 16. do d.o mes de Abril pellas 9. horas da minhã, tempo em q. ja tinha ditto missa a maior p.te dos P.ds, e os mais q. faltavaõ q. heraõ sinco se abstiveraõ de a dizer, e assim mandamos fechar a porta da Igreja, e lançar a g.te secular fora, v.to o d.o Cessacio comprehender toda a cidade e seos suburbios.

Em todo o tempo q. durou o d.o Cessacio naõ se tangeraõ os nossos sinos nem a Camp.a p.a a oração da tarde como costumamos p.a vir a gente de fora, e so se tangia a Camp.a do Corredor ou Escada p.a os actos da Comunid.e e o sino a noite p.a as Ave M.as

Na oraçaõ, o Veni Ste. Sptus. e as comemorações do fim se diseraõ sem nenhum modo de canto, mas resado tudo em voz baixa, mas inteligivel. O exerc.o da noite p.a a gente de fora se fes no Orat.o da mesma sorte, e naõ na Igreija como se custumava etc.

No sabbado seg.te nenhuns dos Pds. disseraõ Missa, naõ obstante alegar se o exemplo de Cazo semelhante no Cessacio q. ouve no tempo do Snr. Bispo D. Fern.do, em que os padres q. entaõ havia na Cong.ão q. heraõ menos do q. agora, a foraõ dizer a Villa Nova, assim na Igreija das Freiras, como na Serra, na Igreija dos frades, e outra Hermida q. ha na d.a villa, passando p.a isso o Rio, e a cid.e como lhes hera neces.o & c, o que nesta ocasiaõ naõ fizemos pellos inconvenientes, q. se consideraraõ, e por evitar os q. nos constou, se exprimentaraõ na ocaziaõ sobred.a e juntam.te algua notta, q. poderia haver vendonos ir 18 p.es q. agora somos, fora de

caza dizer Missa, q.do os Religiozos as diziaõ nas suas Igreijas a portas fechadas pellos privilegios q. p.a isso dizem ter, se bem naõ o fizerão assim os p.ds Bentos, os pds. Loios e os da Comp.a

No sabbado a noite, se entrou em consideraçaõ por escrupullo de alguns padres se no D.o seguinte estavamos obrigados a ir dizer missa e a irem na ouvir os Irmaõs, v.to o poder ser indo ou a Villa Nova, ou a algua igreija das q. estaõ fora dos suburbios, e assentou-se q. naõ estavamos obrigados ao preceito como afirma Avila 6.a p.te de Cessat. a Divinis Disp 1.a Concl. 2.a e falando do tempo do Interdito no q. tem a Bulla diz o mesmo 5.a p.e Disp. 4. onde diz ter esta opiniaõ por mais provavel Leandro lhe chama probavel, porem tendo assentado nisto, e deixarmos de ir dizer, e ouvir missa, as dez horas da noite ouvimos repicar os sinos, por ter cheda a Nullatoria do juiz de Guimarais, em q. cessando, o d.o Cessacio no D.o dissemos missa como se fez em toda a Cidade.

Poucos dias depois chegou outra vez o Cessacio mandado pello juiz q. hera de Lxa hum dos dous entre q. havia a contenda, mas atalhou-se, e não se chegou a por, por se fazer hua junta por ordem do Sr. Bispo de alguns Religiosos, e os seos Ministros, na qual se assentou q. prendessem huns clerigos q. heraõ os por cuija cauza se punha o Cessacio, pa dessem huns papeis q. pedia o do Juiz, o q. feito a outro dia pela minhã, prezo hum dos d.os clerigos, entregou logo os papeis q. tinha, com q. se contentou a pte.., e naõ se falou na materia, como havia de ser ao principio, se tomara este expediente, e naõ seguira só o seu dictame o Sr. Bispo, ou o concelho de certos dous religiozos, com q. entaõ se aconselhou, e naõ quiz consultar os seos Ministros.

As Missas, q. deixamos de dizer, satisfizeraõse as q. heraõ das Capellas naõ fazendo cauza da opiniaõ q. ha q.do o Capelaõ esta legitimam.te empedido q. naõ tem obrigaçaõ de dizer as missas da sua capella, como affirma Torresilha no Tomo 3.º das Consultas varias, na consulta 6.ª de Capellanias Pg. 24, a 29, citando a muitos Auctores, o q. naõ seguimos porq. sendo as missas q. se deixaraõ de dizer poucas, naõ quizemos ficar com esse escrupullo, nem averiguar muito este ponto, como fariamos se fossem mais as d.tas Missas, as outras q. naõ heraõ de capellas perdemos dellas a esmola, e se naõ disseraõ.

Por ocasiaõ do dº Cessacio sube q. os suburbios desta Cidade chegavam alem desta Cidade por todas aquellas igreijas aonde se estendiaõ ás cazas conventuadas, por onde Sto Ovidio, e a Igreja das freiras de Monchique, inda saõ suburbio.

Esta memoria fiz do referido eu o p.de M.el da Costa sendo Prepº desta Cong.am pa constar do q. fizemos aos vindouros pa q. vendosse em semelhante cazo, obrem o q. lhes parecer melhor, e mais acertado.

O P.e Mel. da Costa

Do original guardado no arquivo do Gov. Civil do Porto extraímos êste curioso documento, revelador de intrigas de sacristia no derradeiro ano do séc. XVII.

ARMANDO COUTO

A VINDA DE D. JOÃO III A COIMBRA EM 1550 E O «VENTRE DA CIDADE»...

saüdoso rebuscador das velharias conimbricenses Dr. Simões de Castro, ao documentar tão minuciosamente, como o fêz, a segunda viagem de D. João III ao nosso velho burgo quinhentista, de visita à Universidade para cá transferida treze anos antes, desenterrou muitos manuscritos inéditos do fundo dos arquivos e bibliotecas.

Pois faltou-lhe transcrever ou mesmo referir-se a três acordos da câmara que, não alterando em nada a descrição daquele autor, completam-na, todavia, dando-lhe um tom de tão ingénuo pitoresco, que bem merecem ser conhecidos e... saboreados, porque de manjares tratam.

D. João III fazia-se acompanhar de sua esposa, a Rainha Dona Catarina, de sua irmã, a Infanta Dona Maria, de seu filho, o Príncipe D. João, quatro anos após vitimado pela diabetes, sem lograr ver o *Desejado* filho, vindo ainda na régia comitiva muitos nobres da sua côrte.

Durante os dez dias que pousaram na Lusa Atenas — os que vam de 6 a 16 de novembro de 1550 — ia a nossa terra ser teatro de movimento desusado, atraindo de tôda a parte os forasteiros ávidos de ver a família real e as festas brilhantes desde o préstito imponente com que a Universidade a foi receber a S. Martinho, que era um nunca acabar de lentes, com seus capelos e borlas, todos a cavalo, a gente da câmara, a clerezia, as procissões, as prédicas; o doutoramento realizado com toda a pompa, as disputas académicas; as solenidades religiosas; as *pelas*, os *prazeres*, as *luminárias*, no rio e em terra, os torneios dos *senhores fidalgos*, até à tourada em homenagem do Príncipe e a que deu a honra da sua presença o monarca, em tribuna especial.

Ora, entendeu a Câmara, com uma certa antecipação que devia prevenir as coisas de modo a não faltarem na praça os géneros de primeira necessidade.

Da maneira como o realizou, mais saborosamente do que eu di-lo a pena do escrivão Pedro da Costa nos seguintes acordos que, por supor inéditos, vou transcrever integralmente:

«Nesta camara xj dias deste mez de out.º de b^{c} l^{ta} Annos nesta Camara e vereação atraz Asentarão e Acordarão os ditos Juiz e Vereadores e p^{or} e p^{dores} q (1) eu P.º da Costa espvão da camara vaa por este bpado com carnyceiros e p^{as} q o entenderem a comprar e compre Ate çem boys e vaquas e ate oyto touros que lhos vendesem e dozêtos carneyros tudo Isto a custa e desp^{a} do dr^{o} da cidade o que todo sera e he p^{a} a vinda de S. Alteza que no fim deste mes vem a esta cidade e que ho guado carneyros boys vaquas se cortassem nos açouges da dita cidade e se vendera todo aos que com sua A. vem e asy aos outros da ter^{a} e se ouver guanho façam pla cidade e se ouver quebra a cidade pagara com to-

(1) Não há qq tilados na tipografia.

das as despesas que se nisto fezerem e acomta de todo q eu dito espvão ha dee pordese dinheiro e os touros seram para se dar e apresentar ao prinçepe noso sõr q vem com sua A. e por fee delo mandarão fazer este asento q asynarão P.º da Costa q ho spvy.»

Não se pode dizer que o ventre da cidade não ficasse bem recheiado: cem bois e vacas, duzentos carneiros, só pelo que respeita ao capítulo carnes, denotam um apetite digno de respeito.

Sobretudo se atendermos a que ainda não vai longe o tempo em que ouvi afirmar, um tanto irònicamente, que em Coimbra se matava meio boi por dia!

Tambem se pensou no peixe necessário para tanta gente:

«P^do^» (1)

«Nesta camara atras xxix de outr^o^ de jb^c^l^ta^anos nesta cidade de cojmbra e camara della omde estavam em vereação o Juiz e V^ores^ e p^dor^ e p^dores^ abayxo asynados por tos (todos) foy pratjcado e asentado como sua A. e o princepe noso sõr vinhã a esta Cidade neste mes de nov.º e q para suas comydas se avya mester m^to^ p^do^ e carnes q era necessario proverẽ se de mui^tos^ mantimentos e q quato era carneyros e boys e vaq^as^ tinha ja nisto provydo e qto a p^dos^ q era necessario prover nyso para o que asentarã que se fosem busquar m^tos^ p^dos^ e se trouxesem e que se dese o guanho onesto e justo aos allmocreves e p^as^ q os trouxesem e que os ditos allmocreves coprasẽ e trouxesẽ a esta cidade os ditos p^dos^ posto q lhes custasẽ caro nos portos para a cidade ser abastada porque nyso lhẽ dariã ganho conforme o drt^o^ e por fee delo asynarã aquy todos p^o^ da costa o spvy.»

Quanto aos oito touros, êsses eram expressamente para a tourada, que de facto se realizou no domingo, 9 de novembro, à Praça Velha, hoje do Comércio, para

(1) Pescado.

tal armada em redondel, com trincheiras, palanques e tribunas—uma evidentemente reservada para os senhores da câmara [1]—curros, que eram os açougues, foliões mais o seu rei, com trombetas, charamelas e tambores... que não sei bem se teriam entusiasmado o moço príncipe, cujos olhos tristes adivinhavam, porventura, o seu próximo fim.

Mas a câmara não tratou apenas do *ventre da cidade* e da tourada para o príncipe, pois, como se depreende do terceiro acôrdo, deu providências para se festejar condignamente o monarca, que não voltara a Coimbra desde 1527, ano em que fugindo do tabardilho então grassando na capital, se refugiara em o nosso burgo:

«Vereaçam»

«Aos xbiij de outubro de jb^{c} l^{ta} Ann os nesta cidade de cojmbra na torre da vereaçam fezeram vereaçam o doutor Joam bajam Juiz de fora e Joam glz e frco bramdam e m^{ell} leitam e Amt^{o} vaz vereadores e geronimo mz procurador sendo presentes guaspar piz e Ant^{o} piz procuradores dos xxiiij p^{o} da Costa o spvy.»

"nesta Camara deram cujdado e carguo a m^{ell} ley-

---

(1) A Câmara tinha lugar privativo para assistir aos *touros*, pelo menos desde 1518:

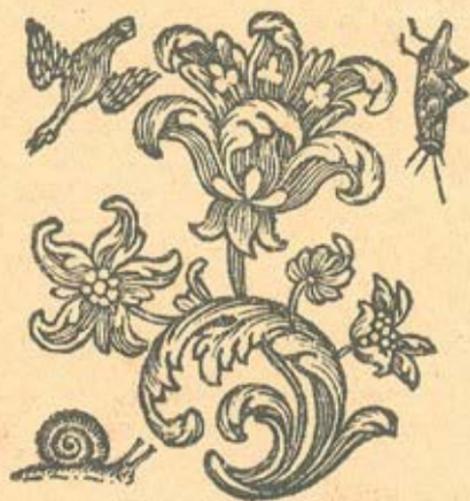
"Acordo sobre a estancia dos Regedores da Cidade para verem os touros»

«Aos 7 dias do mez de Junho de 1518 acordaram... em camara que na estancia em que elles ham de estar vendo os touros não estaram outras mais pesoas: somente o Juiz e todolos os oficiais da camara e o alferes (*da bandeira*) e os almotaceis que tem de Reger a proçisão do Corpo de Ds por mandado da camara a Reger e hu tabeliam.

E quallquer outra pesoa que se for a dita estancia sendo pyão pague quinhentos Rs da cadea e se for de mor condição pague mil Rs sem cadea as quaes penas seram a metade para as obras da camara e a outra metade para o alcaide e meirinho. Inofre da ponte o fiz.»

tão Vor que mamde fazer pelas e outras festas e prazeres e luzes para a vimda de sua A. e niso guaste e despenda todo o dro que necessairo for e seu roll mandamos ao thezoureiro q pagasse SS. primeiro de lhe ser paguo trara o roll ha camara e hy o leremos e mãdaremos ao thezoureiro que por nosso mamdo lhe ja pague e as cousas de que tem cuydado e carguo leve por nosa êstrução e asynarão aquy o Juiz e vereadores e procurador o spvy."

Tudo o mais que se passou, e foi bem interessante, podereis lê-lo na descrição citada, com o que não dareis por mal gasto o vosso tempo.

A. da Rocha Brito

OUTRA ACHEGA SOBRE OS CASEBRES DO LORETO

IS um outro documento, de teor igual ao que foi publicado à pág. 156 do n.º 4 do tômo 6.º da *Feira da Ladra* pelo grande mestre dos que, como eu, se interessam pela Lisboa de outros tempos.

É um soneto anónimo que se lê à pàg. 352 do 3.º vol. da *Ilustração Luzo-Brazileira* (1859), e tem por título:

POR OCASIÃO DA DEMOLIÇÃO DOS
CASEBRES DO LORETO.

Por ti sinto, Loreto, agudas febres.
Aos teus prantos de dor, meus prantos uno
Que a mão que poz por terra o teu Neptuno
Faz bradar tambem os teus casebres!

Oh! Maldito progresso, não celebres
Assim os teus triumfos! Qual gatuno
Roubas o fossilismo, sem tribuno
E um só brazão não há que tu não quebres!

Que mal faziam essas pobres casas,
Onde habitava antiga rabigana?
Onde o môcho encolhia as negras azas!

Mania do progresso, tão tyranna
Se os becos, que ainda restam, não arrazas
Com Lisboa infeliz dás em pantanas.

A acrescentar à lista dos estabelecimentos vários que existiam nos referidos casebres do Loreto e de que fala a tal fôlha sôlta que serviu de base ao artigo do Coronel Vieira da Silva, lembro a que vem publicada à pàg. 209 do 5°.vol. do *Summario de várias histórias*, de Ribeiro Guimarães (1872), lista muito mais completa por mencionar os localejos nas quatro faces do quarteirão onde existia o palacio do Marquês de Marialva e limitado pelas três ruas do Loreto, Horta Sêca dos gatos e Largo do Loreto.

Não transcrevo essa lista, que é interessante, por desnecessária, pois que não há amador de livros, sobretudo dos que se interessam pelas coisas de Lisboa velha que não tenha o *Summario*.

Nota da redacção

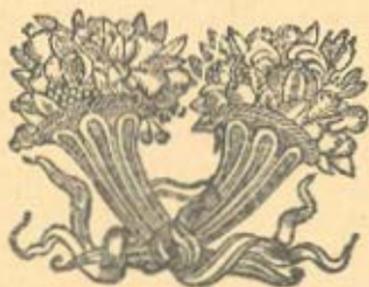
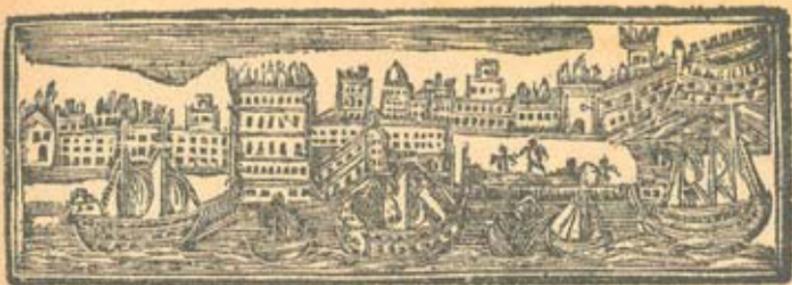
A *Feira da Ladra*, publica hoje êste artigo, último, escrito pelo ilustre radiologista falecido no dia 4 do corrente Dr. Carlos Leopoldo dos Santos. Não pôde o nosso querido colaborador rever as provas de forma que vai sem êsse último retoque.

A *Feira* não dá uma notícia bio-bibliografica desenvolvida do Dr. Carlos Santos porque o nosso colaborador Sr. Ernesto Soares já o fez há poucos anos, no *Arquivo Nacional de Ex-libris* Vol. I pg. 154.

Em nome do corpo redatorial desta revista e dos seus leitores, deixamos aqui expresso o sentimento de amargura que a todos atinge e que enluta não apenas os amigos, mas a própria Nação.

Ainda sôbre o mesmo assunto possuo um mauscrito em borrão com muita emenda que foi escrito por Xavier da Cunha; são versos humorísticos, alguns com graça, caricaturando os diferentes moradores dos tais casebres. Tem por titulo ***Por campos ubi Troja fuit***. Em seguida ao titulo, e entre parenteses, a nota a lápis: *(Para sair em folhetim)*.

E' possivel que chegasse a ser publicado (o que ignoro) e por isso não os transcrevo; mas são realmente interessantes.

D.r Carlos Santos pai

PSEUDO-CAMAFEUS PORTUGUESES

palavra *porcelana* foi entre nós empregada, no seculo XVI, em várias acepções, designando-se, até, por ela objectos de ouro e prata.

Já então se aplicava tambem, por analogia, a louças de grande apreço, que nos vinham do Oriente e que, pela brancura e translucidez, eram comparaveis ao nácar, isto é, á verdadeira porcelana.

Afirma-se, em geral, que o processo empregado na China para fabricar essa preciosa especie ceramica só foi revelado á Europa nas cartas do missionario Dentrecolles (1664-1741). A verdade, porêm, é que as lendas e misterios que envolviam a porcelana e lhe davam caracter, digamos assim, sobrenatural, estavam, ou deviam estar, dissipados, desde que, em 1570, o dominicano português fr. Gaspar da Cruz descrevera minuciosamente aquele processo, no seu *Tratado em que se*

cõtam... as cousas da China.

E' certo, contudo, que só no comêço do seculo XVIII (1709) se iniciou na Europa, com caracter verdadeiramente industrial, o fabrico da porcelana.

Em Portugal, foi José Ferreira Pinto Basto quem, no ano de 1824, fundou, na sua quinta da Vista Alegre (região de Aveiro), a primeira fabrica, que, todavia, só em 1832, depois de casualmente descoberto, no concelho da Feira, o caulino, conseguiu produzir a verdadeira porcelana.

Ensaios, tentativas, experiencias, haviam-nas feito anteriormente Bartolomeu da Costa, João Manso Pereira, o Dr. Domingos Vandelli e talvez o engenheiro Pedro Celestino Soares.

Dessas tentativas, resultaram medalhas, de que já me ocupei, enumerando agora sómente aquelas que imitam camafeus e eram, em geral, destinadas a aneis:

I — Medalha oval, no genero das de Wedgewood, com o busto de D. Maria I, de côr branca sobre fundo azul, ou côr de pinhão. No reverso, uma camada branca e, em volta, a seguinte legenda:

JOÃO DE FIGUEIREDO FECIT * LISBOA ARCENAL REAL DO EXERCITO. 1782.

Aparecem exemplares sem essa coberta no reverso e, portanto, sem a legenda.

Dim.: — 18 mil no diâmetro menor e 25 no maior.

No Museu da Academia das Ciências e no Museu Municipal do Porto, ha exemplares desta medalha correspondentes a cunhos diversos, porque o busto da rainha, igual, sempre, no desenho, varia quanto ás dimensões. Um deles tem, em volta do busto, emoldurado, as legendas seguintes:

MARIA I. D. G. REGINA. PORT. ET AG.
I FIG^{do} 1782.

Num dos especimes do Museu Municipal do Porto (não esmaltado), o busto, as legendas e a moldura são

brancos e o fundo côr de tijolo.

Mede 30 mil. no diâmetro maior e 25 no menor.

II — Medalha oval, com o busto do principe D. José. A figura é branca; e o fundo, geralmente, azulado, ou côr de pinhão. No reverso, que é branco, uma data na parte superior:

LISBOA • 17 . . .

Não ha concordancia, quanto ao ano, entre os exemplares que conheço: 1783, 1793 . . .

Tem-se pretendido que a personagem representada seja D. Pedro III, ou o rei D. José. Creio que será o malogrado principe do Brasil, não só porque assim o indica o inventario da Academia das Ciências (copia do antigo), mas porque, entre êsse busto, primorosamente modelado, e retratos conhecidos do filho primogenito de D. Maria I, como o existente na Biblioteca Nacional e o gravado por Joaquim Carneiro da Silva para o tom. II da obra *Os Estrangeiros no Lima,* ha, sem duvida, alguma semelhança.

Dimensões, as da medalha anterior.

III — Medalha circular, com moldura, representando, de perfil, para a direita, os bustos de D. Maria I e D. Pedro III. Em volta, esta inserição:

MARIA. I. ET. PETRUS. III. PORTUGALIAE. REGES.

Na parte inferior:

I FIGUEIREDO. 1780

Figuras e legendas, brancas. Fundo, côr de pinhão. Moldura, azulada.

Diametro, 5 cent.

IV — Medalha oval, com o busto de D. Maria I, de perfil, para a esquerda. O busto é de pasta desigual, branca-azulada; o fundo, côr de pinhão. Á direita, na parte inferior, as iniciais *S. L.*, que não sei interpretar.

V — Medalha oval, com o busto do principe regente, D. João, de frente. Busto, branco; fundo, de côr escura.

VI — Medalha oval, com o busto de D. João VI, de perfil, para a direita. Busto, branco; fundo, cinzento. Na parte inferior do reverso, lê-se, em caracteres italicos, gravados: — *Na Ilha Grande.*

Mede 6 cent no diâmetro maior e 51 mil no menor.

VII - Medalha oval, com o busto do principe D. João, de perfil para a direita, O busto, branco, apresenta bastante relêvo. O fundo é cinzento. No reverso, igual ao fundo, tem gravada esta marca:

MANSO

R. JAN

Dim. da medalha: — 20 X 27 mil. Da marca: — 9 X 5 mil.

VIII — Medalha identica á precedente, apresentando, porem, em vez do busto do principe D. João, o da princesa D. Carlota Joaquina.

IX — Medalha oval, com o busto do principe D. João, de perfil, para a esquerda. O busto, branco, é bastante levantado. Fundo, azul-claro; reverso, cinzento.

Dim.: — 18 X 25 mil.

X — Medalha oval, com o busto de D. Pedro III (?), de côr branca, sobre fundo acinzentado. Na secção do braço, as iniciais J. M.

Dim.: — 22 X 19 mil.

XI — Medalha oval, com o busto de D. Maria I, de perfil, para a direita. Exemplar na Academia das Ciências, apenas com a primeira cocção.

Dim.:—28X35 mil.

XII—Medalha oval, tendo, numa das faces, o busto de D. Maria I, coroado de louros, e na outra, o de D. Pedro III, em trajo de côrte, ambos de perfil, para a direita, e de côr branca. Fundo, azulado.

Dim.:—20X25 mil.

XIII—Medalha oval, com o busto do principe D. João, de frente, de pasta branca, sobre fundo côr de pinhão. Reverso, branco.

Dim.:—33 + 27 mil.

XIV—Medalha identica à precedente, com o busto da princesa D. Carlota Joaquina.

XV—Medalha oval, com o busto de D. Carlota Joaquina, de frente. Peça de ensaio, imperfeita, completamente branca.

Dim.:—25 X 18 mil.

XVI—Medalha oval, com o busto de Pio VI, de perfil, para a direita. Exemplares na Academia das Ciências correspondentes a dois cunhos, iguais quanto ao desenho. Peças de ensaio.

Dim.:—16X20 e 21X25 mil.

A medalha descrita sob o n.º I, é, indiscutivelmente, obra de Bartolomeu da Costa, o fundidor da estatua equestre de D. José. E' de crer que igualmente o sejam as medalhas n.os II e III.

A João Manso Pereira, professsor de humanidades na Baía e no Rio de Janeiro e cultor apaixonado da quimica e da mineralogia, pertencem, indubitavelmente, as medalhas a que correspondem os n.os VI a X. De uma fazenda denominada *da Pedra*, que pertencia aos carmelitas do Rio de Janeiro e ficava na enseada da Ilha Grande, recebeu João Manso Pereira, segundo declara, em memoria que corre impressa, certa argila branca, em que reconheceu o caúlino.

O gravador de armas do Arsenal do Exercito, João de Figueiredo, é artista conhecido e teve numerosos discipulos.

Espero que alguns dos leitores desta revistazinha ampliem a lista que aí fica, a titulo de ensaio, com a indicação de especies de que não logrei haver noticia.

D. José Pessanha

DAVID PEREZ

(SUBSÍDIOS PARA A SUA BIOGRAFIA)

Os reis da dinastia de Bragança cultivaram apaixonadamente a música, razão pela qual chegaram a alcançar subido renome em algumas côrtes europeias. Êste facto encontra mais fácil explicação, quando, ao percorrermos a série dos nossos reis, desde D. João IV, que foi verdadeiro mestre no culto de Euterpe, os vemos cultivarem, com paixão e por vezes com proficiência, esta formosa arte. Do fundador da dinastia diz-nos Galhegos:

> Cuidadoso, solicito, engolfado
> no imenso mar da Música, procura
> ir por algum caminho desusado,
> a dar novos preceitos e doçura:
> e a descobrir na orgânica harmonia
> números novos, nova melodia.

É êste monarca o autor da célebre *Defensa de la Música moderna contra la errada opinion del Obispo Cirillo Franco*, obra publicada anónima em 1649, e na qual

o autor refuta, com conhecimento do assunto, opiniões erróneas sôbre a teoria musical. É ainda o Restaurador que consegue reunir, em uma opulentíssima biblioteca, as principais obras de música sagrada e profana de autores nacionais e estranjeiros e da qual publicou naquele mesmo ano a primeira parte do Catálogo. Mais um dos muitos prejuizos irreparáveis que o terremoto de 55 nos causou, foi a perda dessa preciosa colectânea.

E seguem-no, com o mesmo entusiasmo, apreciando ou cultivando a música, os demais reis, seus sucessores, até ao malogrado Senhor D. Manuel II a quem mais de uma vez tivemos ocasião de ouvir, entretendo os seus ócios a dedilhar os orgãos da Basílica de Mafra, aproveitando, como artista, o recolhimento a que o levavam aquelas majestosas e solitárias arcarias. E é na verdade á sombra dêsses pórticos mudos, alheados do mundo exterior, onde melhor podemos sentir os efeitos sobrenaturais dessa arte divina que nos eleva o espírito até ao Creador.

D. Pedro II, embora desconheçamos os seus méritos pessoais, como músico, sabemos, todavia que contribuiu para o engrandecimento da Capela Real, instituição verdadeiramente artística por onde passaram os maiores talentos musicais da Europa d'então dotando-a com palácio próprio no sítio da Calcetaria, junto à Moeda. É verdade que neste reinado, vindo já do anterior, se nota certa decadência que logo vem a terminar no seguinte com o advento ao trono de outro rei artista a quem tanto devem as artes em geral e particularmente a de Euterpe. É êste monarca que maior brilho dá à arte da música e do canto, mandando vir para Portugal artistas italianos, tanto de música sacra como profana.

Chegamos assim ao reinado de D. José, cultor entusiasta e que neste ponto em nada desmerece das magnificências de seu pai, contratando por elevados preços artistas, como Conti e Caferelli que recebiam a eleva-

da soma de 72.000 francos anuais, apenas com tres meses de trabalho. (1)

É numa destas levas de artistas italianos que nos aparece o célebre compositor David Peres, em 1752, estipendiado com 50.000 francos anuais, afora os proventos que competiam como mestre dos Infantes, da Princeza e os de Compositor. Esta intimidade com as pessoas reais serve para nos explicar as regalias que mais tarde, após a morte do artista, a família do mesmo veio a usufruír.

David Peres, napolitano, veio para Portugal aos quarenta e um anos de idade em 1752, estreando-se na opera *Demofoonte* interpretada por dois grandes artistas Giziello e Raff; assistiu ao grande terremoto e teve ocasião de apreciar, tomando parte activa, na evolução por que passou a arte da música no nosso país na sua mais brilhante época, visto que só veio a falecer em Outubro de 1778, atravessando assim o reinado de D. José e parte do de D. Maria I.

Sôbre a magnificência com que eram representadas as operas de mestre David Peres e outras que apareceram no Teatro real, em tempo dêste monarca, muito se tem escrito e muito há ainda a fazer, para uma história perfeita. A música, o canto, a coreografia, os cenários, tudo é digno de aturado e minucioso estudo. A opulência com que eram postas em cena essas peças mostram-no bem os dois libretos conhecidos de que há notícia, com reproduções a água-forte dos cenários. Temos presente a colecção das dezassete estampas que ilustram os folhetos, por elas vemos que, a não haver exagêro por parte dos desenhadores, ainda hoje os nossos teatros, em questão de maquinaria deixam muito a desejar, se os compararmos com essas maravilhas da arte cénica, onde se representavam verdadeiros campos de batalha cobertos de cadáveres de homens e animais, ou onde se erguiam al-

(1) *Essai Statistique* Adrien Balbi. Tom. II pag. CCV.

taneiros monumentos arquitectónicos da antiguidade grega e romana. A reprodução que se faz duma dessas estampas dá-nos bem a medida por que havemos de aquilatar do valor de semelhantes invenções teatrais.

E, se quisermos atender nas subscrições das estampas, veremos que não se trata de simples abridores anónimos; os nomes de Berardi e Dorneau, cenógrafos, célebres ou de Bouteux, o arquitecto do rei são garantia do valor das águas-fortes.

Sôbre a acção de David Peres durante a sua estada entre nós e do papel que desempenhou como compositor e mestre de música da Camara Real, remetemos os leitores que queiram profundar o assunto, para as obras dos ilustres musicógrafos Ernesto Vieira e Sr. Joaquim de Vasconcelos. Não é êsse o fim do nosso estudo; os documentos referentes ao artista agora encontrados são apenas um subsídio para a sua biografia, que em parte vêm corrigir o que se encontra no *Dicionario dos Musicos* de Ernesto Vieira.

Diz-nos êste escritor que David Peres morreu em 1780, quando do horroroso crime praticado pelos contrabandistas no navio sueco Patristen, facto novamente trazido a lume pelo nosso amigo Dr. Pedro Vitorino a páginas 70 do Vol. VI desta revista, onde se reproduz a estampa que serve para perpetuar iconográficamente o acontecimento.

Ernesto Vieira fiou-se no testemunho de Ribeiro Guimarães que publicara uma desenvolvida notícia do crime, no *Jornal do Comercio*. Não nos admira que quàsi um século depois se confundisse o nome do tio, David Peres com o do sobrinho João Peres, apesar de se haverem já publicado os *Sucessos de Portugal* do juiz Gramoza, em 1880, dez anos antes do *Dicionário dos Musicos*, quando o próprio tezoureiro da Casa Real, Antonio Gomes da Silva, testemunha coeva dos acontecimentos, cometeu igual êrro em uma informação que corre

manuscrita junto á Sentença impressa, existente na B. N. L. Coleção Moreira. Fundo Geral, 853. pag. 249.

Êsse interessante documento pretende fundamentar a própria sentença onde se dão os nomes completos dos reus e das vítimas e lá nos aparece o nome do presbítero João Ferro Peres, nome que se lê também claramente na estampa que reproduzimos e que está junta na mesma coleção Moreira.

Ainda que, como vimos, os nomes venham enganados, a precisão com que se faz o relato e a nota que o acompanha, embora já de letra diferente, levam-nos a transcrevê-lo.

»*Esclarecimentos acerca dos contrabandistas que foram justiçados, sendo postos os quartos pelas praias da Costa de Portugal dados por Antonio Gomes da Silva, Thezoureiro da Caza Real, testemunha coeva destes factos.*

David Peres, Mestre de Musica da Senhora Rainha Dona Maria I e de suas irmãs, embarcou em um navio de contrabandistas, que fazia viagem para Genova, na altura do Cabo de Espichel do Norte, estando a dormir foi morto, e as pessoas todas de sua familia, escapando somente um rapaz que se escondeu entre uns couros; fizeram dois rombos no costado do navio para que parecesse se afundara, dando á costa nas praias do mesmo cabo, saindo os criminosos nas lanchas. A gente de terra vendo naufragar o Navio, acudio a toda a pressa e ahi achou vivo o rapaz que se evadira ao furor dos asssassinos, entre os couros, o qual referiu tudo como se tinha passado.

Sendo os ladroens presos se encontrou o Relogio de David Peres na algibeira de hum que era o Fanqueiro e chefe da quadrilha protegido pe-

lo Principe das Asturias, depois Rey de Hespanha, Carlos IV.

(Em letra diferente e escrito muito mais tarde)

O Reo Placido Fernandes Maciel já havia estado em degrêdo na Bahia e voltou ao Reyno por morte de El Rey D. José. Era o ladrão mais fino e esperto do seu tempo. Negou constantemente e só pela boca pequena e extrajudicialmente disse — se eu me não tivesse metido com estes brejeiros, não me sucedia esta. — Era tal a sua presença de espirito que quando o conduziam no carro para a forca, empenhando-se o povo para o ver, perguntando em altas vozes pelo Placido, disse aos irmãos da Misericordia que o conduzião — Parem senhores para essa gente me ver e disse para elle — aqui estou eu que sou o Placido — e com a mesma presença de espirito subiu as escadas da forca. O Reo João Martins Polido pertencia à familia do Dr. Francisco Martins Polido, medico dos doidos e doido elle mesmo no presente ano de 1859. Este doutor é natural de Barrancos, próximo á Hespanha e lá aprendeu a matar gente por diversa maneira.

Na verdade o *Patristen* levava para a Itália o espólio do falecido mestre, era seu portador o sobrinho o presbítero João Ferro Peres e destinava-se a D. Olímpia Peres, irmã de David. Embora não fôsse possuídor de grandes cabedaes, são de notar os objectos de ouro e prata e a quantia em dinheiro. Junto à mesma sentença da Colecção Moreira existe a relação dêsses bens a qual transcrevemos:

Rol das pessas e fato que levava D. João Ferro Peres, embarcado no navio sueco denominado

Patristen de que era Capp.am Jes Plausen que sahio deste porto no dia 2 de Junho de 1780 cujo rol foy remetido a esta Intendencia pelo Consul de Napoles no dia 7 do presente mez.

2 *Baus com fato, hum delles Entra (?) N. 1 e que era mais rico.*
1 *Caixa com biscoito.*
2 *Ditas com arros, presuntos etc.*
1 *Dito de velho com fato.*
1 *Dito com provisões.*
1 *Dita com hum Relogio grande.*
1 *Relogio de por em meza em hum dos baus e papeis de Musica em sobre caixa.* (1)
1 *Pequeno cofre com roupa branca com a marca feita de pregos D. P.*
1 *Pedaço de pao Brazil muito grande.*
1 *Comdeça com hum presepio.*
1 *Dita com roupa branca para meza.*
1 *Caixinha a direcção de Francisco Paloma em Roma.*
1 *Dita a direcção de Fernando Migliacei, em Napoles.*

Rol das joias principais

1 *Par de frechas de ouro para sapatos e calções com brilhantes no meio e nos cantos.*
1 *Fivela para pescocinho toda de brilhante.*
1 *Anel de Saphiras.*
1 *Dito de brilhantes.*
1 *Dito de Coração de Jesus.*
1 *Dito com o coração de Maria.*
1 *Ornaline antiga com huma cabeça.*
1 *Habito de Christo todo de brilhantes.*

(1) Não deve ser de estranhar a redacção cheia de barbarismos que aparece neste e noutros documentos escritos pelo Consul de Napoles que era italiano.

1 *Jogo de Fivelas de Ouro e repetição.*
1 *Dito de prata.*
1 *Bengala com castão de ouro.*
1 *Dita com castão de ouro e hum relogio em cima do castão.*
1 *Dita com castão de prata lavrada.*
1 *Espadim grande de ouro.*
1 *Dito de prata.*
3 *Caixas de ouro, duas quadradas e huma redonda.*
1 *Botão grande de brilhantes para chapeo.*
26 *Talheres, 6 dos quaes tem Armas Reaes e os mais tem a marca D. P.*
2 *Colheres grandes.*
2 *Garfos grandes.*
2 *Facas grandes de trinchar.*
6 *Pratos muito usados sem marca.*
4 *Castiçaes, 2 grandes e 2 pequenos, sem marca.*
1 *Bacia e jarro.*
4 *Pratos de meza cosinha usados.*
2 *Supeiros pequenos com seo prato.*
2 *ditos com seus pés.*
2 *Calix hum dos quais he dourado.*

Dinheiro.

1 *Bolsa redonda de sola com 100 pesos e 100 moedas.*
100 *Pessas de 6$400 rs em hum embrulho de papel de musica sellado.*
1 *Embrulho pequeno que ia a entregar ao Sr. Antonio Pamplona. em Florença com huma carta em cima a direcção do Sr. João Piaggio, consul de Portugal em Genova e continha este embrulho todas as diferentes moedas antigas de prata e cobre dos Reys de Portugal.*

Morto David Peres, foram os seus bens entregues

ao Consul de Nápoles Vicente Mazziotti para que promovesse a sua remoção e fizesse dêles entrega á irmã D. Olímpia. Nada sabemos da honestidade com que foi liquidado o assunto, até à chegada aqui do sobrinho João Ferro Perres, mas das contas apresentadas, cuja relação se transcreve, vamos ouvir huma pessoa autorizada que é o próprio João Antonio Pinto da Silva, guarda-joias da Rainha e amigo verdadeiro do músico, como teremos ocasião de mostrar.

A conta de liquidação é de 61$340, importância exagerada para a época e em grande parte constituída por despesas de carruagens; a Raínha teve dó da infeliz senhora que perdera o irmão e pagou a quantia pedida, sem que o consul o soubesse. Pinto da Silva não quis vender os bens do espólio em Portugal e numa carta escrita a D. Olímpia, datada de 18 de Dezembro de 1780, aconselha-a; *em todas as ditas cartas segurey a V. M. que lhe he munto mais conveniente mandar hir os seus trastes para ahi os vender ou fazer delles o uso que lhe parecer, na certeza de que nesta forma serão munto mais bem reputados, e não experimentará V. M. os descaminhos que por procuradores costumão acontecer; e para prova disto que digo basta participar a V. M. que em lugar das quatro moedas de 4$800 rs que V. M. me mandava dar ao Consul Mazziotti das despezas que fez com os ditos trastes, me entregou o mesmo Mazziotti huma relação das ditas despezas que importa 61$340 rs cuja quantia logo lhe paguey, e não receberá V. M. della incomodo algum porque foy satisfeita por conta da Raynha Nossa Senhora que não quiz que V. M. sentisse aquelle prejuizo. Por este facto verá V. M. o que são Procuradores e ficará certa de que se S. Mag. me não mandasse entregar os ditos trastes pouco ou nada viria V. M. a receber delles.*

Da Conta apresentada por Mazziotti, por ser um pouco extensa, sómente transcrevemos algumas das ver-

bas que justificam plenamente as argúições do guarda-joias.

Por ter mandado hum homem em Sesimbra para fazer tirar de bordo do Navio o Orologio grande e mais caixas pertencentes ao Rev. D. João a 600 rs por dia por termo de 10 dias, inclusas as cavalcaduras...................... 6$000

Por ter hido duas vezes ao Sr. Ayres de Sa por sege........................ 1$840

Por porte de cartas da Sra D. Olinda com varias cartas da entregar.......... 2$460

Por ter hido mais vezes da o Sr. Intendente para otter a liçença e a ordem para o Juiz de fora de Sesimbra para fazer tirar a certidão da morte de D. João Ferri. .... 3$600

Despezas para a certidão da morte de Rev. D. João Ferri, direitos ao Juiz de fora de Sesimbra do Vicario G. e Melo........... .... 4$800

Por mais direitos consulares........ (1) *25$000*

D. Olímpia Peres, talvez mal aconselhada, ainda pensou em fazer a venda do espólio do irmão, em Lisboa e para isso chegou a mandar dizer a Pinto da Silva que enviaria aqui um outro seu filho. O guarda-joias, em cartas que lhe dirige e a João Piaggio, queixa-se da insistência e da sua atitude neste caso e evita que se perca todo o recheio da casa do músico, que durante tantos anos levara a amealhar. Ouçamos Pinto da Silva: ***Aqui recebi carta de D. Olympia Peres escrita antes da noticia da merce que S. Mag. lhe fez, de dez mil reis por mez. Eu me compadeço muito desta aflita mulher porem a sua mesma aflição ou os seus conselheiros a fa-***

(1) Arquivo de Santa Luzia Cx. N.º 257.

zem bastantemente inconstante nas ordens que tem mandado a respeito dos trastes do espolio de seu irmão o Mestre David Peres; e ultimamente me aviza de que se rezolvia a mandar hum filho a esta corte, cuja deligencia lhe não aprovei porque certamente não ha de encontrar aqui os agasalhos e obsequios, como na vida de seu tio, e vem fazer huma despesa que naturalmente lhe será sencivel. Emfim faça o que melhor lhe parecer, na certeza de que os Trastes do dito espolio ou lhos remetterei no Navio que me nomear ou os entregarey aqui a quem me ordenar, para lhos vender porque eu não o posso fazer; porem para tudo isto quero ordens positivas e invariaveis........................... (2)

Cinco mezes depois desta carta estavam terminados os trabalhos do guarda-joias, pois a 21 de Agosto de 1781 mostra a sua satisfação por saber que tinham chegado a porto e salvamento os bens do seu amigo.

Pinto da Silva que conhecemos através da sua correspondência, é hum dos homens mais extraordinários em matéria de honestidade profissional e está longe de ser apenas um bonacheirão, como no-lo pretende apresentar Teixeira de Carvalho. Quem tiver acompanhado a vida movimentada da Côrte portuguesa durante o reinado de D. Maria I e tenha lido esses curiosos registos da correspondência trocada entre o guarda-joias e os que dependiam directamente do Paço, fica atónito perante tanta energia, impondo delicadamente a sua vontade. desde ao mestre das obras do Paço de Salvaterra até aos nossos embaixadores nas côrtes estranjeiras. E, quando se trata de questões que envolvam dinheiros públicos, o seu escrúpulo toca as raias do exagêro. A arrumação e documentação de todos os negócios da côrte portuguesa, ainda os mais simples, onde apenas se trata de pequenas importâncias, até àqueles em

---

(2) Arquivo de S.ta Luzia Livro II de correspondência do Particular.

que se contam por muitas dezenas de contos as despezas, tudo está perfeitamente documentado e conferido e por vezes até descutido com certa acrimónia.

O cuidado que Pinto da Silva pôs na liquidação dêste negócio do espólio de David Peres e o interêsse que mostrou na concessão de uma pensão a favor de D. Olímpia, tornaram-na, como era natural, obrigada para com êle a ponto de, por mais de uma vez querer recompensá-lo com alguma lembrança que no futuro lhe recordasse o seu falecido amigo. O guarda-joias recusou sempre e até com certa secura; oiçamo-lo: *pelo que V. M. me diz a respeito das Reliquias, agradeço-lhe munto a offerta que me faz, mas eu mandarey todas tanto pelo gosto que tenho de que V. M. receba tudo que veyo para o meu poder, como porque para eu ter memoria da amizade que conservey com o seu irmão, não necessito deste incentivo......* e passados muitos meses em carta de 21 de Agosto de 1781 voltava o guarda-joias, *pelo que pertence à offerta que V. M. me fazia de hum dos ditos Relogios, eu o agradeço a V. M. munto, mas não o aceitei, porque para ter lembrança de amizade que tive com o sobredito Snr. David Perez, basta conservar em meu poder hum retrato que na sua vida sempre delle tive.*

Um ponto a esclarecer na vida de David Peres é o da sua cegueira que Joaquim de Vasconcelos põe em duvida. Numa carta dirigida por Pinto da Silva a D. Diogo de Noronha em 16 de Setembro de 1782 resolve-se a dúvida, pois nela se lê: *todas as missas que o Mestre Peres fez com Instromentos são bastantemente grandes, e como tais contrarias a condição que lhe pertende esse Cavalleiro Romano, de que façam pouca despeza; e as ultimas que o dito Mestre compos e ainda depois de sego* (sic) *são sem Instromentos por serem feitas para a Real Capela de N.ª Sr.ª da Ajuda; e a respeito de todas ellas estou prompto a observar o que V. Ex. for servido*

Após a morte de David Peres a Raínha, depois de lhe ser dirigida uma súplica pela irmã do músico, concedeu-lhe uma pensão o que Pinto da Silva participou a João Piaggio em carta que não chegou a ser expedida porque sucedeu o desastre do navio, mas em 7 de Janeiro de 1781 enviava outra sôbre o mesmo assunto, *serve esta unicamente de hir à presença de V. M. por este modo, com munta satisfaçam minha participar-lhe que a Rainha Nossa Senhora, atendendo ao serviço do Sr. David Perez, foi servida despachar a V. M. com dez mil reis por mes, durante a sua vida, com o vencimento do primeiro do corrente em diante, ordenando que estes lhe sejam pagos por João Piaggio, consul geral desta Corte na Republica de Genova; E nesta mesma ocasiam lhe escrevo, para que fassa a V. M. pronpto e effectivo o pagameuto da dita Mezada, de que lhe dou muntos parabens........*

Ignoramos os termos em que Olímpia Peres fez o pedido, nem quais as expressões de agradecimento que o seu coração lhe ditou, visto não conseguirmos encontrar a correspondência por ela enviada a Pinto da Silva; apenas conseguimos saber por uma carta, assinada por Lorenzo Ferro Perez que ainda em 1792 D. Olímpia, já muito doente, recebia a dita mesada, e novamente implorava o auxílio da Soberana, visto o estado de doença em que se encontrava, *cui giacendo oppressa in letto, mi ha commandato perció che in suo nome le porgressi le piú sinceri regraziamenti del suo cuore, e nel medesimo tempo pregassi V. S. Illma a compiacersi di rassegnare alla prelodata M. S. D. G. l' annessa Supp.ª arvorolandola della sua valevolissima protezione, essendo memore dll'amicizia, e cordialitá passata trá V. S. Illma e David Peres di lei Fratello, per cui é troppo sicura di ricevere un tal favore dalla sua innata bontá, mediante la quale é nella ferma certeza di dover sperimentare gli generosi effeti dlla Real Clemenza in tali*

sue critiche circostanze per le quali oggi piú che mai ha bisogno di solievo, e socorro in simile grave e dispendiosa infermitá che l'opprime e porgendo le anche tanto io che mio Fratello li piú sinceri ringraziamenti per li tanti favori compartiteci ed obligazioni che le professiamo, tuto pieno di sincera stima passo a confermarmi..... a) Lorenzo Ferro Peres

A generosidade da Soberana estendia assim o seu manto de caridade, protegendo ainda catorze anos depois a família do seu mestre d'infância e do artista que tantos momentos de prazer espiritual dera a essa côrte que sabia viver uma vida de arte, umas vezes em Lisboa, outras em Queluz ou em Salvaterra, mas que não esquecia na adversidade esses artistas que lhe proporcionavam tantos momentos de alegria e de bem-estar.

É fastidioso e deslocado neste lugar, mas muito digno de que alguém se ocupe do assunto, o estudo das variadas manifestações da arte no reinado da raínha D. Maria I, não esquecendo ao observador o enorme papel de impulsora que é devido *directamente* à soberana. Percorra-se toda a documentação que ainda existe, parte arquivada e parte dispersa, alguma dela até em sítios pouco próprios para arquivo e ver-se-á qual o papel de Mecenas que cabe a D. Maria I a quem ainda alguns insistem em querer ver apenas uma louca e beata.

David Peres não era sómente o artista, era o mestre e o amigo a quem a soberana se afeiçoara a tal ponto que até a própria família, embora vivendo afastada da nação, beneficiava dessa amizade recebendo um subsídio, durante muitos anos.

E para rematarmos éste mal alinhavado artigo faremos ainda referência a uma outra manifestação de amizade que a raínha dispensou ao mestre. Quando da sua morte, D. Maria I ordenou que o funeral fôsse feito a expensas da côrte e com tôda a pompa. A descrição da função religiosa melhor do que nós a farão os docu-

mentos existentes em Santa Luzia na Caixa 10.

Como italiano tôdas as cerimónias foram feitas na igreja dos Barbadinhos Italianos e a armação da casa e demais despesas de entêrro foram feitas por incumbência de João Antonio Pinto da Silva, pelo armador Pedro Alexandrino Nunes. Pelas contas existentes, sabemos que houve exéquias no dia 5 de Novembro, com missa cantada por grande corpo de cantores, visto que foram necessarias 15 seges para transporte dos mesmos. Estas e o jantar dêstes e dos que intervieram nos oficios divinos, importaram na quantia de 76$800 reis.

Seguem os documentos

RELAÇÃO DAS DESPEZAS QUE TENHO FEITO NO FUNERAL DE DAVID PERES MESTRE QUE FOI DE S. MAG. POR ORDEM DO SR. JOÃO ANTONIO PINTO.

Despendi com doze Padres a 480 rs cada hum	5$760
Com o P. q. levou a Estola	1$600
Com o Sa Christã da Cruz	$800
Com hu homem que vestio o defunto e Armou	$960
Com dous mossos das ordens	1$600
Com dous forradores	1$600
Com os Coxeiros mossos	6$400
Com os mossos da sejes	$960
Com os Sineiros	2$400
Com galegos que levarão a sera a St.ª Apollonia e hum arrate que se gastou	$680
Com dous arxotes de esparto	$160
Com a offerta aos padres Barbadinhos	12$800
Despeza do Armador Pedro Alexandrino	57$880
Despeza que fizeram os padres Barbadinhos com sera e mais perparos como consta do seu rol	16$135

Despeza que fizeram os padres na armação da essa no dia que se cantou a missa	2$800
	140$755

DESPEZA QUE FEZ O MESTRE ARMADOR PEDRO ALEXANDRINO NUNES COM OFFUNERAL DO SENHOR DAVID PERES: QUE EM SANTA GLORIA HAJA FEITO POR ORDEM DE S. MAGESTADE QUE D. G. E EXPEDIDA PELO SENHOR JOÃO ANTONIO PINTO DE SILVA E DETERMINADA PELO RE.do SR. P. JOZÉ RABELLO EM 30 d'8 tbr. de 1778.

Pelo Aluguel de 30 Cortinas de dois panos de damasco roxo, para forrar a sala toda, e oratorio e essa a 200 rs	6$000
Pelo Aluguel de 10 Sanefas do dito damasco, guarnecidas com galões e franjas entrefinas, para guarnecer a dita sala em roda	2$000
Pelo Aluguel do docel e espaldar e sanefas de damasco de ouro, com suas guarnições de galões e franjas.	3$200
Pelo Aluguel de 6 Toxeiras douradas a 300 rs	1$800
Pelo Aluguel de 3 Pessas de Passamene novo para guarnecer a dita Armação da Sala e Essa a 1000	3$000
Pelo Aluguel da Madeira da Essa	$400
Pelo Aluguel de 110 Covados de baetas para forrar huma casa em baixo, e escada a 30	3$300
Pelos Carretos das ditas armações e toxeiras e madeira da Essa de levar e trazer	$600

Por	*jornaes de Offeciais, que Armarão e desarmarão tudo*	$800
Por	*Alfenetes para armar tudo*	$800
Por	*14 Covados de Chamalote preto para forrar o Caixão por fora*	9$800
Por	*2 Covados dito cor de ouro para a Crus do dito a 700*	1$400
Por	*14 covados de Tafetá branco para forrar o dito por dentro*	5$040
Por	*24 varas de galão de palheta para guarnecer o dito caixão por fora a 160-*	3$840
Por	*6 varas dito mais estreito a 100*	$600
Por	*10 argolas de latão para o dito a 300*	3$000
Por	*duas fixaduras de latão dourado para o dito a 300*	$600
Por	*1.500 cravos de latão para guarnecer todo o dito por dentro e por fora*	1$600
Por	*caixão em madeira e jornais de carpinteiros*	2$800
Por	*trabalho de forrar e guarnecer e cravar todo o dito*	2$800
Por	*Armamento de Cavaleiro que consta de Capacete e trasado e puas*	2$00
Por	*3 Covodos de velinho de prata para cobrir o corpo*	$900
	Somma rs.	57$880

ERNESTO SOARES

DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS

MEMENTO MORI [1]

(A VELHA FEIRA DA LADRA)

ONTA-SE que Teófilo Gautier, encontrando certo dia Paulo de Saint-Victor junto ás tendas dos alfarrabistas do Cais de Voltaire, em Paris, lhe observara:

—¿ «Vous achetez des livres? C'est bien plus spirituel que d'en faire».

Êste episódio, que li algures há muito tempo, reapareceu ontem de súbito na minha memória, quando atravessava o velho Campo de Santa Clara, de Lisboa, em demanda de um amigo forasteiro que se alojara na chamada «mess» dos oficiais do exército.

Nesse lugar de alto nível, onde D. Afonso Henriques acampou, há quási 800 anos, para combater os moiros fortificados no castelo, realiza-se actualmente,

(1) **Excepcionalmente, e dado o seu interêsse, reproduzimos do «Primeiro de Janeiro» de 4-VIII-935 êste excelente artigo, que ficará em paradelo com o que, à pags. 89 dêste volume, fêz imprimir o nosso ilustre colaborador Sr. Engenheiro Vieira da Silva.**

duas vezes por semana, um mercado tam antigo e tam enraïzado na tradição popular, que nenhuma vereação municipal conseguiu propor, sem imediato malôgro, a sua proscrição definitiva. Em tôrno da singular denominação que o distingue e quási estigmatiza — «Feira da Ladra» — acocoraram-se outrora, de olhos perscrutadores e fantasia em brasa, alguns filólogos, historiógrafos e simples curiosos. Do embate das opiniões e conjecturas que uns e outros forjaram resultou afinal saber-se, com sacrifício de poéticas lendas, que não houve nenhuma ladra histórica na história daquele antigo facto social, e que o vocábulo difamatório da designação moderna não era mais que uma vulgar corruptela do arcaísmo «lada» (margem de rio). Certo, esta explicação não deixará de causar estranheza aos que só conhecem a arruda pelo cheiro e as urtigas pelo tacto; pois o Campo de Santa Clara, alcandorado numa das famosas colinas de Lisboa, nem margeia o Tejo, nem sequer o pode avistar sem estôrvo — tantas são as casas e as igrejas arruadas na larga encosta que o separa do cais de Santa Apolónia. Mas quem procurar nos arquivos as raízes que em tam caseiro problema prendem o presente ao passado, logo achará a solução conciliadora. Foi com efeito à borda do rio, junto das «Portas do Mar», que em 1147, pouco depois da tomada de Lisboa aos sarracenos, nasceu a celebrada feira. Transferida mais tarde para o antigo Terreiro do Paço, chão ribeirinho por excelência, nenhuma contra-indicação mareou o seu direito de posse ao nome primitivo. Ainda era cedo; só no fim está o ponto, como usavam dizer os nossos avós. Em 1755 o grande terramoto convulsionou o Tejo, abateu o Paço da Ribeira e reduziu a um acervo de ruínas as belas arcadas onde os feirantes, expulsos outrora das «Portas do Mar», haviam procurado refúgio. O velho mercado, já decadente, sem lugar na cidade baixa invadida pelos reconstructores pombalinos, foi então desterrado

para a Praça da Alegria. Ali permaneceu, com público fiel, até 1836, ano em que — fugindo às revoluções que os amigos e inimigos da Carta maquinavam sem cessar — procurou mais sossegado poiso nas altas terras de Santa Clara.

Na «Feira da Ladra», como se esta fôsse realmente um bazar de receptadores, tudo se vende: roupas de toda a espécie, novas ou usadas; calçado, chapéus e simples bufarinhas de adôrno; louças de serviço doméstico e de ornamentação; cortinas, tapetes, oleados; ferramentas para as mais diversas artes e ofícios; ferragens e velhos utensílios de latão; malas, cabazes, quadros religiosos e profanos, brinquedos, instrumentos músicos, objectos ou fragmentos de objectos sem utilidade aparente, que se diriam colhidos ao acaso nas valetas das ruas; bolos doces, frutas, e até — denunciados de longe pelo seu desagradável cheiro — queijos de refugo e mariscos de vária idade. Os europeizados chineses que todos os dias percorrem as ruas de Lisboa, em busca de pequenas vaidades a contentar, também ali concorrem, em grande número, com os seus mostradores portáteis constelados de jóias falsas, assim como os saloios que guiam por entre a multidão o seu jumento ajoujado de tremoços e as mulheres que vendem sinas, palitos, flôres artificiais ou horríveis estatuetas de gesso.

Mas outro comércio se explora ainda, nessa babilónia popular: o dos livros usados. E foi justamente quando achei diante de mim algumas dezenas de volumes espalhados nas pedras da calçada, sôbre uma velha serapilheira — ensurdecido pelos brados com que a vendedora os oferecia «a 10 tostões, a escolher» — que me ocorreram as palavras de amarga ironia dirigidas por Teófilo Gautier ao autor de «Les Deux Masques». Porque, examinando as obras ali expostas, ninguém poderia duvidar de que o ofício de fazer livros é hoje, em grande parte do mundo e particularmente no nosso país, o me-

nos «spirituel» e caroável de honra ou proveito. Os estudantes miúdos, os soldados e os populares que naquele dia, a meu lado, no Campo de Santa Clara folhearam, farejaram ou sopesaram vários volumes, a fim de assegurarem bom emprêgo comercial ao seu «escudo», e até a rústica mulher que os vendia com tamanha canseira vocal, a todo o instante atestavam com perfeita inconsciência, mas também com firmeza, essa deprimente verdade. Uns e outros mostravam-se, de facto, bem mais argutos que todos nós, autores de hoje, ainda inquinados pela superstição de que pode coexistir com o tumulto, as aspirações e os dogmas da vida contemporânea, um público dotado da curiosidade intelectual indispensável para procurar e amar a companhia dos livros.

No esfiapado retalho de linhagem que constituía o balcão da bibliópola da «Feira da Ladra», encontrei com surpresa algumas obras literárias que, podendo dar lustre a qualquer mercado urbano, eram naquele barbaramente sacrificadas. Mais de um dêsses livros, cujo êxito os anúncios dos jornais todos os dias exaltam, publicando o lisonjeiro balanço das edições esgotadas e dos «milhares» devorados, jaziam ali, a par de outros melhores ou piores, no chão calcetado do Campo de Santa Clara — debalde oferecidos, por um misérrimo escudo, á multidão que passava. De certa peça dramática representada num dos teatros de Lisboa, obra estimável dada a lume em edição de relativo luxo, com estampas desenhadas e coloridas por mãos de aneis, havia numerosos exemplares sem uso algum, as fôlhas ainda por cortar. Abundavam, porém, mártires de todos os ideais: grossos tomos de história, de metafísica, de direito, brochuras variadas de viagens, novelas, ensino, algumas de política, muitas de poesia e religião. Certos romances (os piores, evidentemente) eram folheados com notória preferência. Durante os escassos minutos que ali me detive, assisti à venda de dois, cujos títulos, mentindo co-

mo actores no garrido cenário das capas, prometiam leitura de excitante pico amoroso. Não nomeio as obras que com maior mágua surpreendi naquela vala comum das Letras pátrias, por saber que o respeito é lei em todos os cemitérios. Posso entretanto revelar, sem risco de lesão alheia (visto que se trata de um escritor imunizado por justa glória contra as desfeitas do Destino) que comprei ali, pelos desvalorizados «dez tostões» do nosso tempo, o segundo volume dos «Maias», de Eça de Queiroz, exemplar da terceira edição, completo, limpo, quási sem uso, folheado por certo uma só vez. Foi uma compra inútil, porque o romance não minguava na minha livraria particular; efectuei-a, porém, sem hesitar, quási sem pensar, obedecendo a um instintivo movimento de vontade, em que havia talvez indignação, talvez pudor ferido...

Êsse livro de tam nobre estirpe tenho-o aqui, a meu lado, enquanto tristemente escrevo a breve história do seu desar. E, vendo-o assim, humilhado e humilde, sinto que a sua companhia não é inútil, que a sua obscura dôr me fala em segrêdo. «Memento, homo...» — mais uma vez desce da sombra infinita a voz que abateu no primeiro homem o orgulho de todos os homens... Os antigos eremitas tinham razão quando colocavam uma caveira humana diante dos olhos, nos ermos onde se penitenciavam.

D. João de Castro

A EMBAIXADA DO «MAGNÍFICO» DA MADEIRA AO FILHO DO «MAGNÍFICO» DE FLORENÇA

oi o pontificado do culto filho de Lourenço de Médicis notável no enriquecimento da Cúria Romana pelas dádivas com que a cristandade de antanho homenageava seu pai espiritual e pelo impulso dispendido por êste, na divulgação da cultura antiga.

Mas não foi sòmente nos estudos da Antiguidade que João de Médicis, quando em 1513 subiu ao sólio pontifício sob o nome de Leão X, mostrou os recursos de que era detentor e que tanto esmaltariam o século de quinhentos, até merecer o seu nome. Foi êle ainda o padrinho carinhoso dos literatos e artistas seus contemporâneos, a quem grandemente protegia.

Viu, é certo, nascer o cisma luterano, mas não obstante isso, nunca deixou, mesmo nessas horas de amargura, de receber grandes demonstrações de filial

carinho e submissa vassalagem de alguns grandes do mundo cristão, o que, de certo modo, serviria de lenitivo à sua dôr.

Em 1514 recebe Tristão da Cunha e a sua luzidíssima comitiva; e, logo em 1519, sai do Funchal outra sumptuosa embaixada, mimo do «Magnífico» senhor da então vila dêste nome.

Era o terceiro capitão donatário do Funchal, o nobre Simão Gonçalves da Câmara, filho segundo de João Gonçalves da Câmara, 2.º do nome e 2.º capitão donatário e de sua mulher D. Maria de Noronha, de quem tomara primitivamente o apelido. Por seu pai, era neto do povoador da Madeira, João Gonçalves — o *Zarco* — e de sua mulher D. Constança Rodrigues de Almeida — a *Capitôa* — e foi nado na vila da jurisdição de seu avô, ainda vivo em 1463.

Com a morte de seu irmão primogénito recebeu, por ordem de El-Rei D. João II, a casa de seus maiores e o governo da Capitania, para o que teve de mudar o apelido materno de Noronha no de Câmara, concedido por Afonso V a seu pai, para perpetuar a descoberta duma gruta de lobos marinhos no lugar que veio a chamar-se Câmara de Lobos.

Certamente Simão Gonçalves, ao tomar conhecimento da grandiosa embaixada enviada a Roma pelo "Venturoso" e na qual ia o pontifical mais rico «de sua qualidade, que de memória de homens nunca se vira [1]" concebeu a ideia de obsequiar o glorioso sucessor de Pedro para, do mesmo passo, mostrar seu poderio e conseguir grandes honrarias para seu filho D. Manuel de Noronha da Câmara, que depois veio a ser Bispo de Lamego, e então andava em serviço de Leão X, de quem chegou a ser secretário.

O académico Henrique Henriques de Noronha,

---

(1) Damião de Gois.

dá-nos nas suas *Memorias* (1) uma pormenorizada exposição do que foi tão preciosa menagem que, juntamente com as suas valorosas acções, *de q. estam cheas as Historias do seu tempo, lhe grangearão o renome de Magnifico.*

Constava esta, diz-nos Henrique Henriques, *de hum fermozo, e bem ajeazado Cavalo Percico, ao qual luvava de redea hum gentil homem, e alto Mouro, com Marlotas de Ouro bem adreçado, e entre as mais couzas de que se compunha, hia o Sacro Palacio todo figurado em Asucar, com nova, e curioza invençam armado: nelle se viaõ os Cardeaes da altura de hum homem, cada hum da mesma materia compostos, e adornados; conduzia esta fabrica bem acondicionada em caixões, hum Joaõ de Leiria seo gentil homem, q. pella prodencia, e fermosa dispoziçaõ do corpo, enchia grandem.te o lugar de embaixador, a tempo de m.tos creados, vestidos de veludo preto á Portuguesa, e por Secretario da embaixada hum Capitular desta Seé, natural do Algarve chamado Vicente Martins, o qual com m.ta elegancia dispos a falla.*

Foi verdadeiramente sensacional a entrada, em Roma, de tão *puxante* cortejo, não se sabendo o que mais admirar — se a novidade, se a galantaria do mimo.

Ao discurso em latim, de Vicente Martins, respondeu Sua Santidade *com grãdes expreções de agradecim.to rompendo em particulares louvores do Capitaõ, pois parecia a offerta mais de Rey, q. de vassalo, e engrandecendo lhe os merecim.tos de seo filho, lhe prometia fazelo grande na Igreja de Deos*, o que certamente fizera a não morrer passados dois escassos anos.

Não se esqueceu êste Papa de agraciar com particulares honrarias tanto a João de Leiria como ao Cónego Secretário, os quais mereceram dois benefícios simples

(1) *Memorias da Historia da Diocese do Funchal, na Ilha da Madeira — Anno 1722*, manuscrito apógrafo da Biblioteca Municipal do Funchal.

e uma cadeira de cónego na Sé de Coimbra.

Extranhamos, hoje, a singularidade da lembrança de Simão da Câmara; mas, ao olharmos o desenvolvimento da indústria açucareira indígena, que consentiu ao «Magnifico» não só fabricar com tão grande perfeição figuras da altura de um homem, mas ainda esmerar o seu trabalho com uma execução tão cuidada que chegou tôda a obra a Roma sem a mais ligeira beliscadura, não deixaremos de apreciar e aplaudir a excentricidade quási americana do engenhoso Capitão.

Avaliaram em tanto os antigos a oferenda daquele

> *......Capitam q. o tempo chama*
> *Magnifico, nas cbras e na fama* (1),

que Manuel Tomaz não podia deixar de celebrar em sua *Insvlana* tal façanha, dizendo-nos que

> *Sera de tal valor, preço, e estima*
> *o prezente real, e alto regalo,*
> *que dira o Sol, q. a May Igreja anima*
> *parecer mais de Rey, q. de vassalo.*

Funchal, Set. 1935.

FERNANDO DE AGUIAR

(1) Manoel Thomas, *Insvlana*. Amberes, 1635

GARRETT ACTOR

ssim como Gil Vicente, o fundador do teatro português no século XVI, representou alguns dos seus autos, também o seu restaurador e nacionalizador, Almeida Garrett, no século XIX, desempenhou o papel de actor em algumas das suas belas criações dramáticas e, até mesmo, em outras alheias.

Garrett veio em 1816 dos Açores, onde seus tios, o piedoso bispo de Angra, D. Frei Alexandre da Sagrada Família, e o desembargador João Carlos Leitão, o haviam encaminhado na senda literária, infundindo-lhe o gôsto pelos clássicos gregos e latinos e pelos principais escritores portugueses, franceses, italianos e ingleses, a fim de se matricular na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e ali encontrou um ambiente propício para as suas precoces tendências literárias e artísticas.

Os estudantes muito se dedicavam então, na lusa Atenas, ao teatro, seguindo assim as antigas tradições dos seus antecessores do século XVIII, que nos teatros

armados nos Colégios de S. Bento, da Broa e das Artes e na rua dos Coutinhos, representaram, entre outras, peças de Molière e de Voltaire, como refere Martins de Carvalho nuns interessantes artigos publicados no *Conimbricense*.

No ano lectivo de 1817-1818 recomeçaram as representações no teatro dos Coutinhos, nas quais Garrett tomou parte com os seus condiscípulos Joaquim Larcher e José Maria Grande, que faziam os papéis de damas.

Para êste teatro escreveu Garrett as tragédias *Xerxes* e *Lucrecia* e outras composições ligeiras, cujos títulos se perderam.

Em Fevereiro de 1819 foi à cena no teatro dos Grilos a segunda daquelas tragédias. O autor recitou o prólogo e, segundo parece, desempenhou o papel de *Bruto*. Ainda neste ano representou em várias peças, entre elas numa farsa intitulada *Kaipira*, conforme refere o seu biógrafo, Gomes de Amorim, nestas palavras: «Garrett representou no *Kai-pira* e em quantos entremezes ridículos lhe ofereciam partes cómicas, do mesmo modo que aceitava os grandes papéis trágicos. A maleabilidade do seu talento prestava-se a todos os géneros, embora aceitasse alguns papéis que lhe repugnavam, unicamente por não haver outro que os fizesse».

Em Julho de 1820 realizaram-se alguns ensaios da sua peça *Merope*, mas os sensacionais acontecimentos políticos dêsse ano não permitiram a sua representação.

No ano seguinte, em Agôsto, estando Garrett em Lisboa, realizaram-se em casa de Paulo Midosi, no largo do Pelourinho ou no Chiado, os célebres ensaios da sua tragédia *Catão*.

Esta peça subiu á cena, pela primeira vez, no velho teatro do Bairro Alto, em 29 de Setembro e, em repetição, em 2 de Outubro. Garrett, que recitou o pró-

logo, desempenhou nela o papel de *Bruto* e um outro; Joaquim Larcher, Carlos Morato Roma, Luiz Francisco Midosi, José Maria Grande, Jervis de Atouguia e Pereira Marecos encarregaram-se das restantes personagens.

Num dos seus prólogos anónimos não deixou Garrett os seus créditos de actor por mãos alheias, quando se refere a estas representações: «O auctor, actor tambem, desempenhou o papel do jovem Junio Bruto e obteve a mais completa ovação que ainda conseguio talvez nenhum dos nossos poetas».

Nessa récita Almeida Garrett apaixonou-se por Luiza Midosi, que depois desposou e que, num camarote, em todo o esplendor da sua ridente e formosa mocidade, assistia ao espectáculo. Paulo Midosi assim a descreve, em folhetins que sairam no *Diario de Noticias*: «Os cabelos eram fios de ouro, os olhos de um azul límpido como ceu sem nuvens; nas faces casava-se a açucena maravilhosamente com a dália vermelha desmaiada».

Nessa noite histórica representou-se também a farça *O Corcunda por amor*, composta por Garrett com a colaboração de Paulo Midosi.

Nela desempenhou Garrett o papel de *Augusto*. Efectivamente, quando no *Impromptu de Cíntra*, adiante mencionado, um tal Silva lhe pregunta: "Tu que papel fizeste nesta peça (*O Corcunda por amor*)?", Garrett responde-lhe. "Eu? Eu fiz o de Augusto. Não te lembras?" Aquele *Impromptu de Cintra*, ligeira cena dramática, foi composto e representado na Quinta da Cabeça, em Sintra, em 8 de Abril de 1822, quando Garrett, o autor, e sua esposa, estavam em plena lua de mel.

Garrett representou nela conjuntamente com os seus amigos José Miguel da Silva, Diogo Folque, Carlos Pereira de Melo Vergolino, Carlos de Sá Viana e

António Peregrino Madeira.

Foi publicada esta peçazinha, por ocasião da comemoração do 1.º centenário do nascimento de Garrett em 1899, no *Jornal Saloio*, de 20 de Fevereiro, e depois em folheto, constituindo o n.º 1 do *Culto Garreteano*, publicado pela casa Guimarães & C.ª.

Passaram-se longos anos, durante os quais se deram em Portugal notáveis acontecimentos históricos, que obrigaram Garrett a emigrar e, depois de triunfante o regime constitucional, o fizeram ocupar o cargo de primeiro representante de Portugal na Bélgica e o de deputado. Por isso, só em 1843 voltou Garrett a manifestar as suas aptidões cénicas. Nesse ano, durante a convalescença de uma grave canelada—bendita lhe chama Bulhão Pato, no seu livro *Sob os ciprestes*—convalescença passada na casa do páteo do Pimenta, junto da sua amada Adelaide Pastor, idealizou e concluiu o admirável drama *Frei Luiz de Sousa*, inestimável joia do teatro nacional.

Antes de ir à cena em teatro público, o que só se efectuou em 1850, no teatro de D. Maria II, na noite de 4 de Abril, em que na sua elegante sala de espectaculos se inaugurou a iluminação a gás, foi êle representado no teatro da Quinta do Pinheiro, situada entre Palhavã e as Laranjeiras, pertencente a Duarte de Sá, por curiosos amadores.

A leitura dêste drama, a distribuição dos respectivos papéis e os necessários ensaios, que duraram algumas semanas, realizaram-se em casa da formosa D. Maria Krus, uma das inspiradoras das *Folhas cahidas*, que nela conseguira formar um dos raros e mais selectos salões portugueses.

Os principais papéis: Madalena de Vilhena, Maria, Manoel de Sousa Coutinho, D. João de Portugal, Frei Jorge, Prior e Miranda, foram respectivamente interpretados por D. Emilia Krus de Azevedo, Maria da Conceição e

Sá, Joaquim José de Azevedo, Antonio Pereira da Cunha, Duarte Cardoso de Sá, António Maria de Sousa Lobo e Duarte de Sá Júnior. O autor do drama fêz o papel de Telmo, o velho e dedicado escudeiro de D. João de Portugal, por impossibilidade dum amigo.

Acêrca da forma como se houve o insigne poeta neste desempenho, ouçamos Fialho de Almeida, que, num artigo intitulado *A sociedade de Lisboa em 1840*, incluído no livro *Vida errante*, arquivou naturalmente o testemunho dalgum dos espectadores de tão notável e histórica récita. Eis as suas palavras: «Dissemos que Almeida Garrett se encarregara do papel de Telmo Pais. Tôda a gente esperava que êle desse uma figura cheia de caracter e desdobrasse no actor o coriscante génio que como dramaturgo revelara. Êrro profundo! Garrett, em primeiro lugar, sabia mal o papel, e o seu recitativo, particularmente empenhado em fazer belezas literárias, imprimiu à criação um empolado de mau gôsto e tirou ao personagem precisamente aquilo que sôbre a cena poderia individualizá-lo: a dedicação dum velho servidor que vacila entre a lembrança de um amo morto e a afectuosa nobreza de um amo vivo, e teimando em guardar ao primeiro a fé jurada, mercê de um pressentimento inexplicável». Desta crítica de mestre Fialho se conclui que se pode ser um magistral dramaturgo, porém um mau actor.

Aos intérpretes e mais pessoas que concorreram para a sua representação, ofereceu Garrett exemplares especiais do drama, com a indicação de *Edição do Theatro do Pinheiro* e dedicatórias impressas, enriquecidas com a sua assinatura autógrafa.

No ano de 1844, provavelmente, fundou-se em Lisboa uma sociedade dramática, a *Sociedade Thalia*, de que Almeida Garrett foi vice-presidente, constituída por pessoas das mais distintas da alta sociedade da época. Para a inauguração, em 11 de Abril, do seu teatro, que,

segundo afirma Sousa Bastos na *Carteira do Artista*, era no palácio dos Condes de Rezende, no Campo de Santa Clara, hoje ocupado pelas Oficinas Gerais de Fardamento e Calçado, Arquivo Histórico Militar e Arquivo Geral do Ministério da Guerra, compôs Garrett a comédia em um acto *O tio Simplício*, obtendo geral aplauso, como se lê num dos prólogos do autor.

Concorreu ainda Garrett com outras peças suas para êste teatro, como as comédias *Falar verdade a mentir* e *As profecias de Bandarra*. Dos diversos amadores dramáticos que ali se apresentaram, todos êles das melhores famílias, mencionaremos, entre as senhoras, a duquesa da Terceira, as marquesas de Subserra e de Fronteira, a condessa da Lapa, a viscondessa de Asseca, D. Maria da Madre de Deus Azevedo Coutinho e D. Emília Krus; e entre os cavalheiros, o marquês de Subserra, os condes do Farrobo e de Melo, Duarte Cardoso de Sá, Ernesto Biester, Alexandre Magno de Castilho, José Maria de Sousa Lobo, D. Luiz e D. António da Câmara Leme, António Pereira da Cunha, António José de Sousa Gomes (futuro marquês de Penafiel) e Augusto de Faria, pai do sr. marquês de Faria, a quem devemos uma colecção dos raros programas das representações desta sociedade.

No teatro da Sociedade «Thalia» representaram-se outras composições dramáticas portuguesas, algumas de Mendes Leal, e outras em francês, cujo desempenho foi devidamente apreciado na época, pela *Revista Universal Lisbonense*, do velho Castilho.

Numa das últimas, *Édouard en Écosse, ou La nuit d'un proscrit*, drama em três actos, que foi à cena em 29 de Janeiro de 1846, desempenhou Garrett o papel de *Mylord Dathol*.

É possivel que tivesse representado no Dàfundo, em casa da família Palha, em 1847, no provérbio em um acto *O noivado no Dafundo, ou Cada terra com*

seu uso, cada roca com seu fuso, que Almeida Garrett compôs propositadamente para ser desempenhado por amadores.

Finalmente, no Teatro do Timbre, construído na travessa do Noronha, representou também Garrett, segundo informa o nosso ilustre confrade Matos Sequeira no seu belo livro *Teatro de outro tempo*.

Terminam neste ponto as nossas notas àcêrca de *Garrett actor*, que constituem mais um capítulo da agitada vida do insigne escritor.

HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA
DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

Três amigos e colaboradores nossos, figuras de nobre relêvo literário, desapareceram da arena da vida no breve transcurso da publicação dêste volume: os Drs. Manuel de Sousa Pinto, Júlio Dias da Costa e Carlos Santos Pai. Já memorámos saüdosamente o último a págs. 197 dêste volume.

O primeiro na crónica, na novela, na crítica, no jornal, no professorado, firmou lugar marcante por direito de conquista, criando em Portugal e no Brasil, seu país de origem, um nome que não será facilmente esquecido.

Por sua vez, o Dr. Dias da Costa mergulhou nas sendas ásperas da investigação histórico-literária, e especializou-se em assuntos camilistas, estudando a fundo a vida e obras do mestre do *Eusébio Macário*, sôbre as quais deixou alguns volumes indispensáveis ao perfeito conhecimento de ambos.

O director e o editor da *Feira da Ladra*, que êles freqüentemente honravam com excelentes escritos, relembram com saudade o seu grato convívio e depõem nos seus túmulos um ramo votivo de cipreste.

Fim do Tômo Sexto

ÍNDICE

OS ARTIGOS PRECEDIDOS DE UM ASTERISCO SÃO ACOMPANHADOS DE GRAVURAS.

ERRATAS

Muitos deslises, ainda que de pouca monta, escaparam, designadamente no último número dêste volume que, por ausência do director da revista, não teve uma revisão conscienciosa: O critério dos leitores se encarregará de os corrigir.

Em todo o caso, chama-se a atenção para o 4.º verso do soneto de págs. 196, onde o verbo *bradar* se deve substituir por *desabar*.

Assinatura:
6 números, 20 esc.

Número avulso
4 escudos

Redacção e Administração:
Rua de Santa Ana, à Lapa, 77